



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE CAMETÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E CULTURA -
PPGEDUC**

JOÃO BATISTA WANZELER

**EDUCAÇÃO EM MOVIMENTO, TRABALHADORES RURAIS EM
FORMAÇÃO: um estudo sobre lideranças no Sindicato dos Trabalhadores e
Trabalhadoras Rurais de Cametá/PA
(décadas de 1970-90)**

**CAMETÁ-PARÁ
2015**

JOÃO BATISTA WANZELER

**EDUCAÇÃO EM MOVIMENTO, TRABALHADORES RURAIS EM
FORMAÇÃO: um estudo sobre lideranças no Sindicato dos Trabalhadores e
Trabalhadoras Rurais de Cametá/PA
(décadas de 1970-90)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura, na linha de pesquisa Educação Básica, Tecnologia, Trabalho e Movimentos Sociais na Amazônia, da Universidade Federal do Pará, Campus Universitário do Tocantins/Cametá como exigência à obtenção do título de Mestre em Educação e Cultura, sob a orientação do Prof. Dr. Francivaldo Alves Nunes.

**CAMETÁ-PARÁ
2015**

JOÃO BATISTA WANZELER

**EDUCAÇÃO EM MOVIMENTO, TRABALHADORES RURAIS EM
FORMAÇÃO: um estudo sobre lideranças no Sindicato dos Trabalhadores e
Trabalhadoras Rurais de Cametá/PA
(décadas de 1970-90)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura, na linha de pesquisa Educação Básica, Tecnologia, Trabalho e Movimentos Sociais na Amazônia, da Universidade Federal do Pará, Campus Universitário do Tocantins/Cametá como exigência à obtenção do título de Mestre em Educação e Cultura.

APROVADA: 29 de Abril de 2006

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Francivaldo Alves Nunes
PPGEDUC/UFPA – Orientador

Prof. Dr^a Maria Marize Duarte
PPGCR- Avaliadora Externa

Prof. Dr^o Glmar Pereira da Silva
PPGEDUC/UFPA – Avaliador Interno

Prof. Dr^o Carlos Leandro da Silva Esteves
UFPA – Avaliador Externo

**CAMETÁ-PARÁ
2015**

Dedico (*in memoriam*) a minha mãezinha Maria Isáira Batista Wanzeler e ao sobrinho Jefferson Rubens Wanzeler da Silva, minha gratidão e saudades eternas.

AGRADECIMENTOS

Agradecer é o simbolismo cujo significado principal é reconhecer que o que eu sou ou fiz é fruto da interação coletiva dos outros em mim.

A Deus por nos proporcionar a vida, a incompletude do ser humano e o questionamento de sua própria existência.

A Francinalva, minha esposa e companheira, as nossas filhas Sofia Vitória e Sindy Emanuelle, presentes enquanto Família nos momentos das conquistas pessoais e acadêmicas.

A meu pai José Etevaldo e a todos meus irmãos, pelo amor e o apoio incondicional que sempre me proporcionaram.

Gratidão ao orientador, o Prof. Dr. Francivaldo Alves Nunes, pela amizade, dedicação e profissionalismo durante a construção desta pesquisa.

Aos colegas e professores (as) do mestrado, que possibilitaram a convivência acadêmica e a compartilhar o conhecimento nesta jornada.

Grato ao casal Eraldo e Suely, pelo apoio amável desde o processo de seleção do mestrado e por suas compreensões da realidade dos movimentos sociais na região Tocantina, em suas contradições e luta de classe.

Aos Professores: Dr. Gilmar Pereira da Silva, Dr^a Maria Marize Duarte e Dr^o Carlos Leandro da Silva Esteves, membros da banca examinadora que sem dúvida contribuíram com suas observações significativas.

À Universidade Federal do Pará/Campus Universitário do Tocantins/Cametá, por ter proporcionado as bases científicas e os incentivos para a realização deste estudo.

A todos trabalhadores e trabalhadoras Rurais do município de Cametá, que com sua bela história de luta popular, me inspiram a acreditar com propriedade em uma sociedade de transformação social através da organização coletiva.

A todos que me ajudaram neste momento tão especial da minha vida.

Muito Obrigado!!!

RESUMO

A presente dissertação objetiva analisar o processo de formação de lideranças sindicais em Cametá/PA nas décadas de 1970/90, destacando os aspectos significativos desse processo educativo dentro do lócus de observação o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cametá, situado no Nordeste do Estado do Pará, que se constituiu ao longo dessas décadas, na principal entidade representativa dos interesses dos trabalhadores rurais do Município de Cametá. Posiciona os processos educativos considerando o histórico da formação sindical e as influências das diversas concepções educativas. Abordaremos as primeiras iniciativas formativas e as experiências sequenciais que proporcionaram a criação de espaços específicos de formação e qualificação dos trabalhadores rurais que atuavam neste sindicato e como estas formações foram importantes para a construção de lideranças políticas. A pesquisa caracterizou-se a partir de uma abordagem qualitativa, onde foi utilizado um conjunto de documentos produzidos no interior da entidade, como anais de congressos, atas, relatórios, registros fotográficos e cartilhas educativas que faziam referências às experiências formadoras. Como instrumentos de coleta de dados foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com líderes, assessores, pesquisadores e demais membros do sindicato. A idéia é, para além de uma identificação de informações, analisar os dados à luz do contexto em que foram produzidos, associarmos com os resultados das entrevistas na pesquisa de campo. Por fim, a pesquisa relata a trajetória histórica deste movimento nesta região, e como estes estão interligados ao cenário das organizações políticas a nível estadual e nacional, onde se transformaram em sujeitos comprometidos com os projetos sociais em defesa da cidadania, opondo-se ao domínio da lógica do capital.

Palavras-chave: Educação, Movimentos Sociais, Formação Sindical, Cametá.

ABSTRACT

This dissertation aims to analyze the process of formation of union leaders in Cametá / Pa in the decades of 1970/90, highlighting the significant aspects of the educational process within the observation locus the Union of Rural Workers of Cameta, located in Para State Northeast , which was along these decades, the main body representing the interests of rural workers in Cametá. Positions the educational processes based on the history of union training and the influences of different educational concepts. We will cover the first training initiatives and sequential experiences that led to the creation of specific areas of training and qualification of rural workers who worked in this union and how these formations were important for building political leaders. The research was characterized from a qualitative approach, where we used a set of documents produced within the body, such as conference proceedings, minutes, reports, photographic records and educational booklets that were references to formative experiences. As data collection instruments were conducted semi-structured interviews with leaders, advisors, researchers and other members of sindicato. A idea is, in addition to an identification information, analyze the data to the context of the light in which they were produced, associate with the results the interview in field research. Finally, the survey reports the historical trajectory of this movement in the region, and how these are linked to the scenario of political organizations at state and national level, which became subject committed to social projects in defense of citizenship, opposing the domain the logic of capital.

Keywords: Education, Social movements, Union training, Cametá.

SUMÁRIO

ABREVIATURAS.....	9
LISTA DE IMAGENS.....	10
INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO I – SINDICATOS EM FORMAÇÃO, PRÁTICAS DE LIDERANÇAS.....	19
1.1 Antecedentes ao STTR-Cametá e formação política no campo.....	19
1.2 O sindicalismo no Pará.....	27
1.3 O STTR-Cametá, entre formação e atuação.....	35
1.4 Conquista do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cametá em observação..	43
CAPÍTULO II – AGENTES SINDICAIS, CONHECIMENTOS E FORMAÇÃO DE LIDERANÇAS.....	55
2.1 Atividades de formação política e os agentes sindicais envolvidos.....	55
2.2 Prática de formação, percepção das lideranças no Sindicato.....	77
2.3 Lei Anilzinho e a experiência de formação.....	83
2.4 Igreja Católica e organização sindical rural.....	88
2.4.1 As cantinas comunitárias.....	90
2.4.2 O projeto de cultivo experimental de Braço-Miri.....	92
2.5 Trabalhadores Rurais e a construção da barragem de Tucuruí.....	96
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	110
DOCUMENTOS DE CONSULTA.....	113
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	116
ANEXOS.....	121

ABREVIATURAS

APAAC	Associação Paraense de Apoio às Comunidades Carentes
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
CEB's	Comunidades Eclesiais de Bases
CUT	Central Única dos Trabalhadores
CNBB	Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
CNOC	Confederação Nacional dos Operários Católicos
CCs	Comunidades Cristãs
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COs	Círculos Operários
CPT	Comissão da Pastoral da Terra
CP Z-16	Colônia de Pescadores Artesanais de Cametá Z-16
ENFOC	Escola Nacional de Formação de Jovens Trabalhadores Rurais
FASE	Federação dos Órgãos de Assistência Social e Educacional
FETAGRI	Federação dos Trabalhadores na Agricultura
FUNRURAL	Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ITERPA	Instituto de Terras do Pará
JUC	Juventude Universitária Católica
MODERT	Movimento em Defesa da Região Tocantina
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
ONG's	Organizações Não-Governamentais
PC	Partido Comunista
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PT	Partido dos Trabalhadores
SAPPP	Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuaristas do Pará
STTR	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SINTEP	Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Pará
ULTAP	União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Pará

LISTA DE IMAGENS

Imagem 01: Capa do Relatório do V Congresso dos STTR-Cametá, 2003.....	68
Imagem 02: Capa da cartilha da Lei Anilzinho ou “Lei dos Posseiros”	84
Imagem 03: Comunidade de Nova América, município de Cametá saudando os participantes do “Encontrão Anilzinho”, 1983.....	86
Imagem 04: Plenária do Encontrão Anilzinho, município de Cametá, com presença do Bispo da Prelazia de Cametá D. José Elias Chaves, 1983.....	87
Imagem 05: Entrada do sitio Bração Miri em 1980.....	94
Imagem 06: Policiais da Ditadura Militar em vigília as Manifestações do dia 25 de Julho de 1984.....	97
Imagem 07: Presença da “policia secreta” disfarçada de fotógrafo, em registro as manifestações dos trabalhadores rurais, 1984.....	99
Imagem 08: Cartaz 25 de Julho, Dia do Trabalhador Rural, em 1984.	101
Imagem 09: Manifestação do 25 de Julho, 1984.....	102
Imagem 10: Manifestação dos Trabalhadores contra a Barragem de Tucuruí e o bloqueio dos policiais militares, 1984.....	104
Imagem 11: Manifestação dos Trabalhadores contra a Barragem de Tucuruí/PA, presença da Policia Militar, 1984	105
Imagem 12: Passagem da Equipe de negociação com a presença de D. José Elias Chaves (de camisa manjas compridas branca), 1984.....	105
Imagem 13: Pronunciamento do Engº Agrônomo Bernardo Krommendijk, em manifestação dos atingidos da Barragem de Tucuruí/PA, 1984.....	106
Imagem 14: Manifestação contra os danos causados pela construção da Hidrelétrica de Tucuruí, 1984.....	107
Imagem 15: O povo organizado contra a Hidrelétrica de Tucuruí.....	107
Imagem 16: Encontro de Formação do STTR-Cametá, Janeiro/2001.....	109

INTRODUÇÃO

O conhecimento adquirido dentro do movimento sindical, me ajudou a valorizar minha profissão de agricultora. No sindicato fui buscar minha identidade de trabalhadora. Não sabia bem quem eu era, mas agora eu sei. Antes eu era apenas uma agricultora, mas agora sou uma sindicalista e conheço meus direitos e sei como a forma de conquistar.¹

As palavras de Maria do Socorro, delegada sindical na localidade de Pacajá, município de Cametá/PA e filiada desde 2003, expressa bem o sentimento de importância que o sindicato desempenha, não apenas na formação de lideranças, mas na construção de estratégias de lutas que busquem assegurar e conquistar direitos sociais. Neste aspecto, a proposta deste trabalho é analisar a trajetória do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Cametá (STTR) pela perspectiva do processo de formação política empreendida por esta entidade. Por formação política compreendemos um processo sistemático de preparação de quadros e lideranças de uma organização, realizada através de espaços como cursos, seminários, oficinas, palestras e a própria vivência destes agentes no interior do sindicato e das experiências de ações de luta desenvolvidas. Por formação, entendo-a como um instrumento de construção de representações sociais que, por sua vez, encontra-se em disputas por diferentes atores políticos.

De acordo com os estudos de Manfredi (1996) sobre movimento operário-sindical do Brasil, a historiografia oficial da educação brasileira enfocou o sistema escolar e espaços de formação oficial como sendo o *locus* privilegiado da educação das classes subalternas. No entanto, a educação dos trabalhadores (tanto do campo, quanto da cidade) ocorreu, sobretudo, em espaços associados a processos de sociabilidades cotidianas, geralmente vinculadas ao trabalho e a movimentos coletivos, incluindo neste debate os sindicatos. Sobre a questão, a autora ainda aponta que os estudos que tomam a formação política como foco, geralmente tendem a priorizar temas relativos à estrutura e dinâmica do próprio movimento, dando pouca ênfase às suas interfaces com a educação. No caso, poucas são as preocupações que evoquem à formação no sentido da sua organização e de seu poder político. Para combater estas afirmações, é surpreendente haver uma escassez de pesquisas sobre o tema, nas Ciências Sociais, na

¹ Entrevista com Maria do Socorro Demétrio Itaparica, delegada sindical do STTR de Cametá, junho de 2015.

Educação e ainda mais difícil de observar na História. Dentre as pesquisas que se voltaram à formação de lideranças, poucas trataram do sindicalismo rural e da formação de lideranças. O contrário também é válido. Embora autores como Favareto (2006), Medeiros (1989; 2010), Novaes (1991), Palmeira (1985), Picolotto (2011), Ricci (1999) e Tavares (1992) evidenciem aspectos da formação política sindical, o trabalho formativo empreendido pelas instituições em que esses agentes atuam, no caso dos sindicatos, não se constitui como foco principal de suas análises.

O STTR é a entidade sindical representativa dos trabalhadores rurais do município de Cametá. Mesmo sem haver vasto material bibliográfico sobre o sindicalismo rural no Pará, acreditamos ser possível estudar a trajetória deste sindicato. Observamos que, desde sua origem, foram realizadas atividades de formação política que adquiriram novos significados, redefiniram discursos, práticas, bandeiras e valores. Cumpre destacar que estes eventos contaram (e comumente contam) com a presença de pesquisadores e assessores, geralmente convocados por contribuírem com algum conhecimento específico de interesse da entidade. Os eventos também proporcionaram (e proporcionam) o encontro entre antigas e novas lideranças, promovendo a socialização e a ressignificação de seus conhecimentos e idéias, em um movimento de permanências e rupturas quando se trata dos aspectos envolvidos no sistema de formação.

O objetivo desta pesquisa, entre outras questões, é explorar esse viés, refletindo sobre a prática de formação de quadros e lideranças do STTR de Cametá desde sua fundação, entendendo os processos que levaram ao surgimento dos cursos e atividades formativas. Nestes movimentos de compreensão, procuramos também identificar continuidades e rupturas neste processo, como apontamos anteriormente. Para que estas ações tenham êxito, algumas ferramentas teóricas nos foram necessárias.

Para Gohn (2009, p. 24), os sujeitos sociais, no caso das lideranças sindicais, são os que estão inseridos em diferentes lugares sociais, lutam por uma sociedade democrática, são trabalhadores e trabalhadoras, membros de movimentos, partido políticos, entidades sociais, religião entre outros. As lideranças se apresentam como capazes de se constituírem enquanto autores de ações históricas. Neste contexto, a autora analisa os sentidos e os conceitos fundamentais para o entendimento da realidade brasileira, apontando três pontos primordiais: Participação, Identidade, e Autonomia. No primeiro, é responsável em desenvolver o processo que dão sentido às ações individuais e coletivas dos envolvidos; o segundo perpassa por toda uma experiência na vivência que procura dar sentido e significado a um grupo ou movimento social,

tornando-o protagonista de sua história, desenvolvendo uma consciência crítica “desalienadora”, agregando força sociopolítica a esse grupo ou ação coletiva, e gerando novos valores e uma cultura política nova; o terceiro apresenta-se quando já se construiu e adquire a capacidade de tornar-se um “sujeito histórico”, que sabe ler e “re-interpretar” o mundo, ou melhor, quando “o sujeito adquire uma linguagem que possibilite participar de fato, compreender e se expressar por conta própria”. A constituição de lideranças sindicais parece seguir estas condições.

De acordo com Bourdieu (1989, p. 36), “a luta que opõe os profissionais, numa referência a mandantes ou líderes é, sem dúvida, a forma por excelência da luta simbólica pela conservação ou pela transformação do mundo social”. Desta forma, o campo político é um campo de lutas que têm em vista transformar ou manter a relação de forças que confere sua estrutura. Porém, este campo possui a peculiaridade de suas lutas se fazerem sentir por intermédio da relação que os mandantes têm com seus mandatários, em conseqüência, a distância diferencial destes mandantes com os instrumentos de produção política. Em outras palavras, o campo político como espaço de disputa é também o espaço de formação de lideranças, que se formam como mandantes no processo de relação com outros agentes, que podem estar na condição de líderes ou mandatários.

Dada a concorrência entre os agentes que se encontram envolvidos no campo político, nele é onde se encontram a gênese de produtos políticos, bem como os problemas, os programas, as análises, os comentários, os conceitos. Instrumentos que entendemos que são fundamentais na construção de projetos de formação. Segundo o autor, o mundo social é em si uma luta; sendo assim, as representações que os grupos sociais têm de si e dos outros grupos contribuem para o que esses conjuntos são e o que fazem, entendendo que uma representação que um determinado grupo tem do mundo social não lhe é dado, mas é um produto de inúmeras atividades de construção de representações, por vezes antagônicas, que estão constantemente se fazendo e se refazendo e se depositando em palavras comuns.

A transfiguração do mundo social em uma manifestação pública ou num discurso constitui um ato de institucionalização. No entanto, estes atos são naturalmente desiguais, uma vez que os agentes de construção destas institucionalizações têm acessos e instrumentos variados de construção de representação social e política. Em grande medida, isso também compete à posição do agente na estrutura social. Nesse sentido é que em momentos de constrangimentos econômicos e sociais, os grupos sociais

ameaçados de cair na descontinuidade da luta atomizada podem vir a agregar-se a uma organização que produza a representação de sua continuidade enquanto tal.

O exercício de liderança de uma organização em representar os interesses instituídos de seu grupo social de referência no campo político advém dessa liderança possuir um modo particular de pensamento e de ação, exigido para a participação no campo – ou *habitus político* –, em consonância com a organização que representa. A representação é fruto de articulações, que envolvem diferentes interesses, mas que passam pelo consenso ou aceitação. Porém, é necessária ao mandante a aquisição de uma preparação especial que lhe confira o *status* de “líder”, de liderança. Estes pensamentos de Bourdieu (1989) nos permitem discorrer que a formação política, com etapas, ritos e provas, é o espaço que garantiria ao candidato à liderança um *corpus* de saberes específicos – ou *capital político* –, acumulado pelo trabalho político passado da organização ou grupo social junto às suas representações presentes, conferindo-lhe uma linguagem política que o torne capaz de dialogar com aqueles membros da organização com quem trava debates. Nesse âmbito, Bourdieu (1989) declara que a busca pela elevação do nível de instrução, ou o aumento do capital escolar, tem força determinante, no sentido dos grupos sociais fazerem valer seus projetos dentro do campo político. Assim, é importante conhecer o processo de elaboração dos “saberes ensinados na formação do *habitus político* e, com isso, entender o sentido das tomadas de posição de uma organização”.

A ação de normalização ou “disciplina”, que tanto os membros mais antigos do grupo quanto os mandatários impõem ao líder político, com sua própria cumplicidade, determina, em certo grau, o próprio jogo político. Bourdieu (1989) afirma que a aptidão de um indivíduo que o torna um político possibilita (por pressuposto) que ele preveja as tomadas de decisão dos outros políticos. No entanto, na medida em que os membros de seu grupo de referência também vão adquirindo conhecimento político, o seu líder – seus mecanismos e “formas de jogar” – também vão se tornando “previsíveis”. Assim, sob diferentes razões, um “investimento” no jogo político – como, por exemplo, a formação política – reflete no próprio resultado e na condição do jogo. O jogo está nas “divisões” (BOURDIEU, 1989), na conservação ou transformação dos sistemas de classificação no campo político, ou campos simbólicos (as representações construídas), e nas instituições que perpetuam suas representações, seja no seio das organizações, seja no próprio campo.

Pensar a história de lutas no campo no Brasil e na Amazônia, em especial no Pará, à luz das reflexões de Bourdieu, significa pensar as representações políticas como “lavradores”, “trabalhadores agrícolas” e, no início dos anos 1960, “camponeses”, em sua maior parte como resultados das lutas dos trabalhadores do campo que emergiram na cena política por volta dos anos 1950. Entretanto, também foi resultado de um processo de construção de uma representação política elaborada por distintos mediadores que buscavam traduzir demandas pontuais em uma linguagem mais geral (MEDEIROS, 2010). A regulamentação da organização sindical rural pelo Estado e a criação de sindicatos abriu um “posto de poder”, que desembocou na fundação de várias organizações sindicais e na consolidação de uma categoria representativa da “unidade de classe”: os “trabalhadores rurais” (PALMEIRA, 1985; MEDEIROS, 2010).

A história do STTR de Cametá nos permite perceber que ela buscou elaborar representações do mundo na direção de obter a adesão dos trabalhadores do campo, bem como de influenciar nas instituições do Estado no sentido de assegurar-se enquanto representante destes trabalhadores. O direito de falar em nome de um grupo e “deter” sua força é medido pelo “valor de verdade” – capacidade de naturalizar as representações em histórias – que estas lideranças têm (BOURDIEU, 1977). A capacidade de se forjar como liderança implica, portanto, é expressar o “valor de verdade” para o grupo a que representa, o que significa compreender e apreender os interesses e saber construir representações onde estes estão expostos e são compreendidos pelos liderados.

Dada a precariedade de acesso aos espaços de construção de conhecimentos que os trabalhadores do campo têm (escolas, universidades, mas também os espaços de instituição de políticas), temos a noção de que a prática formativa do STTR-Cametá expressou um esforço do Sindicato em agrupar as distintas realidades e conflitos dos trabalhadores rurais, bem como os discursos de seus sindicalizados, em ações políticas com intuito na promoção da sua organização como consciência de classe para si. Portanto, é nesse contexto que hipoteticamente analisamos que a prática parece ter tido como meta a materialização destes discursos em ações políticas, garantindo ao Sindicato enquanto entidade representativa dos trabalhadores rurais de Cametá, o espaço de formação de líderes políticos.

Antonio Gramsci (2011, p. 93), em *Cadernos do Cárcere*, opera com a categoria “intelectual” para designar aqueles que agem (ou tem a potencialidade de agir) para a transformação da sociedade ou sua conservação, ou seja, que são capazes de desempenhar um papel na ordem social, sendo centrais para a explicação da realidade

político-social. Assim, o intelectual é, para Gramsci (1991), aquele indivíduo socialmente determinado, capaz de interpretar o mundo e criticá-lo, uma concepção importante nos estudos sobre formação de lideranças. Neste aspecto, consideramos que o líder se constitui na sua experiência um “intelectual”, ao que, em certo grau, este responde “organicamente” ou diretamente à concepção de mundo de sua organização referência. Partindo desse ponto de vista, entendemos o intelectual como um porta-voz ou representante deste grupo, em última instância. À luz desta consideração vê-se que o estudo do papel do intelectual e da sua formação pode trazer pistas importantes sobre as maneiras pelas quais se constitui uma prática cultural no seio de uma organização.

Sabemos que ao longo da trajetória do sindicalismo rural houve diversas práticas de formação política. Isso é referendado por vários autores como Malfredi (1996), Brandão (2007), Watanabe (2010). Também houve uma mudança da categoria do “trabalhador rural”, cuja forma de organização da produção e da vida social tem suas especificidades, que não necessariamente são as mesmas que a de outros trabalhadores do campo, o que está associado às experiências de vida individuais. Neste aspecto, a reflexão trazida por Neves (2008) destaca sobre a importância das mediações políticas. Para a autora, a integração do homem a universos de significações, que se constituem sobre a base da ação social, é fornecida por modelos de comportamento, valores, normas, representações e meios de comunicação. É por esta operação que o homem vai assumindo sua capacidade comunicativa e de liderança. Neste aspecto, a formação de liderança estava associada a mediações políticas que vinculam conhecimentos das entidades sindicais e experiências vivenciadas e acumuladas por estes agentes em formação.

Todo esse debate nos ajuda a refletir sobre a formação de lideranças sindicais em Cametá, através do STTR. No caso do sindicato trata-se de um espaço de formação política onde há participantes de experiências, por sua vez, com diferentes modos de reprodução social; um espaço com objetivo de construir uma perspectiva “unificada” entre os sujeitos pertencentes ao sistema sindical rural; um lugar onde se constrói sentimento de pertencimento entre os mesmos, transformando-os em um grupo militante; um lugar onde se constrói conhecimentos que visam intervir e mudar visões de mundo. Estas construções conceituais, em outras palavras, nos permitem associar os sindicatos como espaço de formação de liderança.

Para analisar a história do STTR de Cametá pelo prisma da sua prática de formação política, nos debruçamos sobre: 1) fontes acadêmicas, tais como teses, artigos, livros que versaram sobre o sindicalismo rural e temas correlatos 2) fontes documentais

do sindicalismo rural: anais de congressos, atas, livros e cartilhas escritas para as atividades de formação 3) fontes orais: gravação de eventos, como congressos e aulas de formação; também foram realizadas 15 entrevistas individuais, sendo 06 correspondentes ao I capítulo e 09 no II capítulo; 4) observação de campo; 5) atas da Câmara Municipal de Cametá.

As fontes acadêmicas nos permitiram reconstruir a história do STRR de Cametá, bem como observar aspectos da sua formação política, preliminarmente. A partir desta reconstrução, analisamos os documentos oficiais do Sindicato, sendo os relatórios dos seus congressos e as atas de suas assembleias os primeiros verificados. Entendemos que estes documentos expressam a síntese da concepção do Sindicato sobre sua representação social, e também da sua formação política. Contudo, e, de um modo geral, temos ciência de que pode ter havido dissintonias entre as práticas de formação realizadas no decorrer da história e o discurso formal dos documentos.

Para a coleta de dados na pesquisa de campo adotamos a entrevista. No entanto, não se trata de uma simples conversa, pois ocorre a troca de informações direcionada pela clareza e orientação da pesquisa científica. Nesse sentido, não se trata de um evento sem procedimentos e planejamento, pelo contrário, a técnica requer um planejamento prévio para se identificar as questões-chaves a serem elencadas e os temas prioritários a serem abordados (GOODE & HATT, 1975). A técnica possibilita que os dados sejam analisados quantitativos e qualitativamente, podendo ser usado com qualquer segmento da população se constituindo como uma técnica muito eficiente. Ou seja, quando os objetivos da pesquisa caminham em direção a identificar a percepção dos sujeitos acerca de um determinado tema, a técnica indicada é a entrevista que deve ser direcionada e planejada com finalidade e objetivos claros.

Outra técnica utilizada é a análise de conteúdo. No caso, a pesquisa documental é realizada a partir de documentos históricos ou contemporâneos e contribuí para as pesquisas no sentido de descrever/comparar fatos sociais, selecionando fontes e obter informações. Para André & Ludke (1986, p. 39), os documentos constituem uma fonte poderosa de informações, de onde podem ser retiradas evidências que fundamentem afirmações ou declarações do pesquisador.

A análise de dados, que envolve a classificação e organização das informações coletadas, transcrição das entrevistas e sistematização dos dados é a etapa seqüência da metodologia. A sistematização nos permite integrar e organizar as diversas informações obtidas através das entrevistas, dos elementos evidenciados na análise

documental e na revisão da literatura. Vale destacar que a pesquisa adota um enfoque metodológico no qual as características do contexto e das condições histórico-social são elementos de análise e compreensão do fenômeno estudado, para assim poder dar conta de entendê-lo em sua totalidade, especificidade e particularidade. Após a organização de todos os dados, foi feita uma interação e articulação entre estes, os referenciais teóricos e as nossas percepções acerca da temática no sentido de reforçar os achados da pesquisa. Todos os procedimentos destacados caminharão nos sentido de evidenciar elementos que permitam atingir os objetivos propostos.

Com a análise dos Anais dos Congressos e dos documentos acadêmicos, também com a análise de entrevistas e documentos oficiais, dividimos o trabalho em dois capítulos: O *primeiro capítulo* tratou de revisitar a trajetória do STTR de Cametá. Para tal, retomamos o período anterior à sua fundação, buscando captar fios de continuidades entre a formação de organizações camponesas anteriores ao Sindicato (suas lutas e bandeiras) e as práticas de formação políticas engendradas ao longo dos anos de 1960, 1970 e início de 1980. O contexto nacional, o caso do Pará e a criação do STTR de Cametá são apresentados, considerando os aspectos de formação do sindicato, o contexto histórico e a demandas sociais que conduziram a criação dos sindicatos de trabalhadores rurais.

O *segundo capítulo* mostra as atividades de formação política do sindicato e os agentes sindicais envolvidos. A reflexão é sobre prática de formação de quadros e lideranças. Os estudos se voltam mais prontamente em textos e documentos referentes à construção desta categoria política de *trabalhadores rurais*, às ações do sindicalismo rural nesse contexto e à elaboração da formação política. Além da referência bibliográfica e documental, para este capítulo realizamos entrevistas, com os dirigentes, assessores, filiados e filiadas, consultores e pesquisadores que estiveram à frente da elaboração e da implementação das atividades de formação. Outra questão a ser destacada é o delineamento melhor dos agentes envolvidos nestes processos de formação e como se forjaram lideranças políticas através do sindicato. A proposta é percebermos a leitura e memória que estes agentes constroem deste processo de formação, assim como a importância que atribuem ao Sindicato e as atividades desenvolvidas em torno da formação de lideranças. Para este capítulo, realizamos entrevistas com os dirigentes e lideranças, sem perder de vista a leitura que outros sindicalizados disseram destes líderes. A atuação destes agentes ao longo da trajetória histórica do sindicato também será observada.

CAPÍTULO I: SINDICATOS EM FORMAÇÃO, PRÁTICAS DE LIDERANÇAS

A formação de organizações sindicais dos trabalhadores do campo, o reconhecimento legal destas entidades e sua inserção no movimento de luta política constituíram um processo recente no cenário da vida pública brasileira. No nordeste paraense, os sindicatos de trabalhadores rurais só surgiram na década de 1970. Estes sindicatos são constituídos a partir de uma trajetória de falta de reconhecimento público, assim como da exclusão do mundo da política e a marginalização econômica durante décadas. Estas questões serviram como uma cortina que sempre dificultou a visualização desse segmento da população, bem como de suas demandas e resistências cotidianas. No entanto, a literatura produzida sobre o tema evidenciou a dinamicidade dos trabalhadores do campo e a amplitude de suas lutas para conquista de direitos. Foi por meio de sua capacidade organizativa, de suas variadas formas de representação política, de suas diferentes formas de enfrentamento, que esses trabalhadores se fizeram reconhecer social e politicamente.

1.1 Antecedentes ao STTR de Cameté e formação política no campo

A presença de formação política é percebida no movimento operário e sindical no Brasil desde o início do século XX, notadamente nos grupos anarcos sindicalistas. No período anterior ao Estado Novo foram criados Centros de Estudos Sindicais, organizados por grupos anarcos sindicalistas, bem como as Escolas Modernas e a Universidade Popular que, além dos anarquistas, contou com grupos socialistas. Segundo Manfredi (1996), para estes agentes, os sindicatos eram entendidos como um instrumento de luta contra a exploração do capital, e a ação sindical também teria um papel educativo voltado para o desenvolvimento da consciência de classe. Neste aspecto, as lideranças políticas surgidas destes movimentos teriam o papel de vanguarda na formação de uma consciência da classe trabalhadora, capaz de lutar pelo fim do capitalismo. No ideário destes atores, a educação era considerada um veículo de conscientização e transformação das sociedades e responsável pela formação de supostas novas mentalidades e ideais revolucionários.

De acordo com Silva (2013, p. 15), no processo de constituição do sindicalismo no Brasil, a prática de formação política teve ações pautadas em distintos eixos formativos, como a educação formal e escolar, as práticas culturais e políticas e as

ações vinculadas à organização de lutas. Também foram diversos os seus intuitos, a exemplo, os que propunham veicular projetos políticos, formação político-ideológica e formação de quadros de lideranças. As suas maneiras de veiculação também foram diversas como a imprensa sindical, programas de rádio, televisão, boletins, revistas, teatro, escolas formais, cinema, piqueniques, reuniões, congressos, escolas e centros de estudos sindicais.

No Estado Novo, período de 1935 a 1942, se observa a consolidação do aparelho burocrático sindical, que segundo Manfredi (1996, p 32) é gestada pelo Estado no que chama de uma concepção de organização sindical corporativista, ou sindicatos como organismos de Estado. No caso, a construção da estrutura sindical oficial e da ideologia corporativista seria então resultado de uma série de medidas legais, políticas e ideológicas “dentre as quais a educação constituiu um dos mecanismos de propaganda e convencimento”.

Os anos de governo desenvolvimentista, entre 1945 e 1964, desencadearam grandes transformações no país, dentre as quais a intensificação da industrialização e a redefinição do papel da agricultura na economia. No meio rural, este período foi seguido por transformações na produção agrícola que resultaram num processo de expropriação e quebra das relações tradicionais de produção, o que gerou conflitos. Os conflitos eram de várias ordens, e, da parte dos trabalhadores do campo, expressavam lutas por melhores condições de vida e trabalho, bem como lutas contra situações que ameaçavam suas condições de existência (MEDEIROS, 1989). Também persistiram as lutas salariais e por melhores condições de trabalho.

Medeiros (1989) aponta que ainda na década de 1940 as lutas do campo tenderam a se generalizar, a superar seu caráter local e a se articular em formas mais abrangentes de organização. Para esta autora, no bojo dos conflitos que emergiam, uma forma de organização privilegiada foram os sindicatos e as associações civis, tais como associações, ligas, uniões e irmandades. Forjam-se, no seio dessas lutas, bandeiras como a dos direitos trabalhistas, da previdência social e da reforma agrária.

Para Palmeira (1985) a questão agrária encontrava-se na “ordem do dia” nos momentos anteriores ao golpe militar de 1964. Suas raízes estavam nas mobilizações das Ligas Camponesas e de outras organizações, como sindicatos rurais, que colocavam os trabalhadores do campo – antes marginalizados da vida política – no centro dos acontecimentos da época. No momento em que se debatia a redemocratização do país,

em 1945, entidades de representação dos trabalhadores do campo eram observadas, mesmo que de forma incipiente.

Entidades patronais e do Estado articularam-se a partir de instâncias tradicionais de controle, além de mecanismos diretos de ação. São exemplos destas medidas a criação do Ministério do Trabalho, as Delegacias Regionais do Trabalho, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), o Serviço Social do Comércio (SESC) e o Serviço Social da Indústria (SESI). Um destes novos mecanismos foi o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), uma entidade que apoiou movimentos conservadores que atuaram no interior do sindicalismo, sendo um desses, *o movimento circulista cristão*.

Os estudos de Silva (2013, p. 15) têm demonstrado a coexistência com as atividades formativas das classes dominantes, a formação sindical empreendida pelos partidos e entidades de esquerda. Para este autor, os sindicatos afinados às concepções de esquerda se apropriaram dos cursos do Estado, mesmo que em certa medida. Dentre os partidos que de alguma forma dispunham de propostas de formação política para as entidades sindicais na época estava o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Socialista Brasileiro (PSB), embora este último com menos influência.

A conjuntura estimulou suas organizações representativas a uma prática de formação política voltada para a mobilização e para a formação de quadros. “É, pois, nesse contexto histórico, que surge, a nosso ver, a dicotomia entre a formação sindical de base X formação de quadros”, destaca Menfredi (1996, p. 48). A educação para a formação de quadros seria aquela de cunho político-ideológico e destinado aos dirigentes sindicais ou militantes com potencialidade de tornarem-se representantes “das massas”. Por sua vez, a formação de base seria aquela com objetivo de levar as concepções da direção aos trabalhadores pertencentes à base profissional dos sindicatos.

Outra força que se articulou para a organização de sindicatos e para a fundação de associações rurais foi a igreja Católica. Seja por uma linha definida por diretrizes socialistas (RICCI, 1999), seja por uma linha conservadora ou mais afinada com as orientações da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). De forma geral, a formação política desempenhada pela Igreja orientou-se numa concepção de atendimento “aos pobres”, incluindo neste conjunto os camponeses. A maioria dos movimentos católicos que dedicaram esforços à educação passou a ver os sindicatos como um potencial instrumento de organização dos trabalhadores do campo, por onde

seria possível desencadear transformações locais e também na estrutura socioeconômica brasileira (KALDT, 2007).

Por meio de mecanismos como escolas radiofônicas e encontros periódicos, os projetos de educação da Igreja para o meio rural estimularam a sindicalização rural via mobilização e treinamento de líderes sindicais e da orientação sobre a formação de organizações. Estes esforços contaram não só com padres, mas também com profissionais contratados, como advogados. A orientação da CNBB para estas distintas organizações foi criar um sindicalismo com matriz organizativa afastada das lutas de classes. A CNBB desejou um sindicalismo de *habitus políticos*, ou seja, modos particulares de pensamento e ação forjados num campo político (BOURDIEU, 1989). Defendiam os direitos dos trabalhadores e uma reforma agrária baseada na propriedade familiar. “Essa orientação, todavia, era mediatizada pelo tipo de concepção da Igreja local”, lembra Medeiros (1989, p.77).

Um exemplo de prática formativa exercida pelo segmento conservador da Igreja, particularmente importante por conta dos seus reflexos na formação política desempenhada pelo STTR de Cametá, foram os Círculos Operários (COs), que objetivavam a expansão de um “movimento operário católico” no Brasil, o combate ao comunismo e a oposição ao sindicalismo de esquerda (KALDT, 2007).² Importante lembrar que por certo tempo, as reuniões do STTR de Cametá eram realizada na sede do Circulo Operário de Cametá. Com esse horizonte, praticavam ações para a instrução moral e profissional do trabalhador e a formação de líderes operários e sindicais, com orientação para que cada membro pertencesse a um sindicato. Tal formação política ainda promoveu o assistencialismo sindical e orientou os quadros para “a contra atividade no combate à ação da esquerda” (RICCI, 1999, p.58). Os COs tiveram início no ano de 1932 e estenderam-se rapidamente a nível nacional; em 1937 foi fundando a

²O Movimento Circulista do Brasil teve seu início com a fundação do Círculo Operário Pelotense – COP, em 15 de março de 1932, pelo padre jesuíta Leopoldo Brentano, em resposta ao apelo do Papa Pio XI, o qual, um ano antes, havia publicado a Encíclica Quadragésima Anno. Nesta encíclica, dada a público em comemoração aos 40 anos do lançamento da Encíclica Rerum Novarum, de Leão XIII, Pio XI atualiza a análise dos problemas sociais, advindos da Revolução Industrial do século 19, principalmente os relacionados ao mundo do trabalho e à questão do operariado. Na solução destes problemas, o Papa pede que a Igreja Católica participe ativamente, incentivando a fundação de associações cristãs de operários e na formação de suas lideranças. No Brasil, os problemas sociais, principalmente no mundo do trabalho, estavam em forte efervescência durante a República Velha (1889-1930). Estes problemas começaram a ser enfrentados pelo Estado Novo (1930-1945), no governo de Getúlio Vargas, e pela Igreja Católica, com a fundação e atuação de associações católicas de operários, em especial, os Círculos Operários. A Igreja Católica, além de querer contribuir com o Estado na solução dos problemas sociais, principalmente do operariado, quis manter sob sua influência o mundo operário e evitar o domínio de ideologias materialistas (primordialmente o comunismo) neste ambiente. Para uma leitura sobre os círculos operários ver: BARRETO, 1997; DIEHL, 1986; e SOUZA, 2002.

Confederação Nacional dos Operários Católicos (CNOOC). Tal Confederação possuía escolas primárias, secundárias, técnicas e de adultos, além de cinemas, jornais, associações de créditos e cooperativas.

No contexto do golpe de 1964 os COs forneceram seus quadros “politicamente não comprometidos” para preencherem o “espaço vazio” deixado pela intervenção na maioria das organizações operárias, destaca Manfredi (1996, p. 78). A Ação Popular (AP) foi uma vertente da Igreja de cunho mais progressista, que também teve destaque na fundação de Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs). Originária da Juventude Universitária Católica (JUC) e Juventude Estudantil Católica (JEC), ela possuía certa autonomia das orientações da hierarquia da Igreja, o que lhes permitiu um engajamento nas lutas que se verificavam muitas vezes com orientações distintas, colocando-se ao lado dos que defendiam transformações radicais na estrutura social (MEDEIROS, 1989, p.78).³

De acordo com Kaldt (2007, p 36) o lema das “Juventudes” e que teria interferido na formação de lideranças sindicais era “ver, julgar, agir”. As etapas desse

³ A Ação Popular constitui uma organização política de esquerdaextraparlamentar, criada em junho de 1962, a partir de um congresso em Belo Horizonte, resultado da atuação dos militantes estudantis da Juventude Universitária Católica (JUC) e de outras agremiações da Ação Católica. A partir de seu segundo congresso, realizado em Salvador, a AP decidiu-se pelo "socialismo humanista", buscando inspiração ideológica em Emmanuel Mounier, Teilhard de Chardin, Jacques Maritain e Padre Lebrét. Teve uma vertente protestante, cujo representante mais conhecido foi Paulo Stuart Wright (ZACHARIADHES, 2009). Foi composta principalmente de lideranças estudantis dentre as quais se destacaram Herbert José de Souza (Betinho), seu coordenador até 1964, Jair Ferreira de Sá, José Serra, Vinícius Caldeira Brant, Aldo Arantes, Haroldo Lima e Duarte Brasil Lago Pacheco Pereira, entre outros, contando ainda com a participação de lideranças camponesas e operárias. Em certas áreas, como no Estado de São Paulo, onde o coordenador era Franz-Wilhelm Heimer, a atividade principal da organização situava-se no domínio da cultura popular e da alfabetização de adultos, de acordo com as concepções de Paulo Freire. O surgimento da Ação Popular resultou de um processo de politização da JUC, iniciado entre 1959 e 1960. Apesar de não contar com um número muito grande de militantes, a JUC era, assim como o Partido Comunista Brasileiro (PCB), uma força estudantil das mais organizadas. Em 1959, sem abandonar completamente o interesse pelos problemas políticos, desenvolvera uma atividade de caráter mais acentuadamente religioso e interno. A partir daquele ano, voltou-se preferencialmente para as questões políticas e sociais. Em 1960, alguns de seus militantes chegaram à presidência e a outros cargos de direção da União Nacional dos Estudantes (UNE). A partir de então, formou-se uma aliança com as forças da esquerda, que incluía o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e passou ser hegemônica no movimento estudantil. Isso provocou uma violenta reação dentro e fora do meio universitário. A JUC passou então a ser denunciada como uma organização comunista, sob uma fachada católica. O episcopado, então, viu-se na obrigação de intervir, proibindo aos jucistas de ocuparem cargos de responsabilidade dentro das organizações políticas universitárias. Diante da proibição, os membros mais politizados e influentes da JUC decidiram fundar um movimento novo, de caráter político-ideológico. Assim, nasce, em 1962, a Ação Popular, da qual participavam também integrantes da Juventude Estudantil Católica (JEC). A organização passava, desta forma, a representar a esquerda católica dentro do movimento estudantil. A princípio, a AP defendia uma ideologia própria, buscando diferenciá-la do marxismo, o que não a impediu de assumir-se como um movimento revolucionário, cujo objetivo era formar quadros capazes de participar de uma transformação radical da sociedade (PAULON, 2005).

método foram usadas e recriadas por diferentes organizações, e largamente usadas pela Teologia da Libertação⁴ nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), anos depois.

Em 1961 é criado o Movimento de Educação de Base (MEB), por decreto do governo federal. Sob orientação da CNBB, tinha por objetivo desenvolver um programa de educação de base dos trabalhadores rurais nos estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. A Igreja responsável por estas atividades se comprometeu a mobilizar voluntários para atuar como monitores e como líderes nas comunidades, utilizando escolas radiofônicas. Sua execução foi apoiada por diversos órgãos públicos, estaduais e federais, com financiamento e cessão de funcionários. Com primeira atuação programada para durar cinco anos, cujo primeiro já contaria com 15 mil escolas radiofônicas, o MEB, ao longo da sua trajetória, passou a incentivar o sindicalismo rural em diversos locais. Com o peso da ação do MEB, foram feito uso das radio-escolas para realizar os trabalhos de sindicalização, formando, assim, grande parte de seus quadros militantes (MEDEIROS, 1989; RICCI, 1999).

Neste cenário, que reflete as articulações feitas frente aos conflitos no campo desta época, é importante destacarmos as ações do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que, naquele momento, voltava-se para o campo de luta tentando torná-lo base de apoio para seu projeto de transformação social (MEDEIROS, 1989). Criado em 1922 e reerguido em 1943 após sobreviver à repressão durante o Estado Novo, o PCB ganhou força com sua proposta de transformação em um partido de massa. Uma das idéias do Partido era se aproximar dos trabalhadores urbanos e rurais (MEDEIROS, 1989), e é no seio destas ações e propostas que se dá a emergência do termo “camponês” enquanto uma categoria política. A categoria buscou designar as “massas exploradas do campo”, englobando nela os parceiros, os meeiros, os posseiros e os pequenos proprietários. Para Medeiros (1989) a categoria estava intimamente ligada à concepção que o PCB elaborava sobre a sociedade brasileira. Nas décadas de 1950 e 1960, o PCB dispôs de cursos de formação, orientados a assegurar sua fundamentação político-ideológica entre

⁴Os estudos de Ricardo Tavares (1992) e Arilson Favareto (2006) apontam que na virada da década de 1960 para 1970, foram geradas novas perspectivas para a ação católica no sindicalismo. Nesse movimento de transformação, ganha referência às resoluções do Concílio Vaticano II, de 1965, que criou a Teologia da Libertação. Tendo por concepção a solidariedade aos pobres e oprimidos, “assumindo sua causa e partilhando as suas lutas” (BOFF, apud PICOLOTTO, 2011, p. 118), a Teologia da Libertação toma para si um tônus mais alinhado às concepções marxistas, incumbindo-se, com isso, da responsabilidade de politizar e engajar agentes eclesiais para atuação no campo e na cidade (NOVAES, 1995; FAVARETO, 2006). Em consequência foi criada a Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 1975, “que redefiniria, com uma guinada à esquerda, inspirada pela Teologia da Libertação, o tipo de intervenção dos agentes católicos junto aos trabalhadores rurais” (TAVARES, 1992, p.107).

seus militantes. Para Manfredi (1996), a formação empreendida por esse partido tinha dois propósitos: 1) formar indivíduos capazes de dirigir uma organização clandestina e de transformar militantes em quadros; 2) criar adeptos e trazer (convencer) o militante para a sua linha política. As atividades de formação do PCB também serviram de instrumento de seleção dos quadros e constituição de lideranças políticas nas áreas rurais.

De acordo com Manfredi (1996), a bibliografia básica dos cursos do Partido envolvia a história do Partido Comunista (PC) da URSS, a biografia do Stálin e suas obras, textos com fundamentos leninistas e marxistas, tais como o Manifesto Comunista. Os cursos eram majoritariamente teóricos e moldaram-se em certa ortodoxia, uma vez que eram divididos naqueles para quadros (ou representantes políticos) e para os “militantes do partido” (dirigentes sindicais e trabalhadores). Esta fundamentação marxista e ortodoxa forjou a concepção teórica do PCB para o meio rural, baseando-se na idéia de que havia no Brasil o predomínio de restos “semifeudais”, cuja expressão maior seria o latifúndio. A reforma da estrutura fundiária do país seria o caminho possível para a extinção destes “restos”, uma vez que a distribuição das terras impulsionaria o desenvolvimento econômico e industrial capitalista (MEDEIROS, 1989; RICCI, 1999).

A reforma agrária, para o PCB, contaria não só com o apoio das camadas populares, mas também com o da burguesia. Por outro lado, a onda de repressão desencadeada subjogou as ações formativas que se contrapunham às ações oficiais do Estado, o que pode ter gerado essa visão da reforma agrária. No final dos anos 1950 e início de 1960, começaram a vir à luz as divergências entre forças políticas do campo acerca da condução das lutas, o que influencia diretamente nos programas de formação de lideranças. A raiz destas divergências estava, sobretudo, na concepção do sentido da “revolução brasileira” e o caráter da reforma agrária a ser implementada. Como apontado, para o PCB a revolução teria um caráter democrático burguês e seria alcançada através de etapas. Todavia, para Francisco Julião e os militantes das Ligas Camponesas⁵, não era possível buscar alianças com a burguesia e os setores

⁵A origem das Ligas Camponesas situa-se em importante conflito ocorrido em Vitória de Santo Antão, Pernambuco. O conflito eclodiu em Engenho Galileia, onde foreiros da região criaram, em 1955, a Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco (SAPPP). Além de promover ajuda assistencial, a SAPPP também era uma organização de resistência ao despejo dos foreiros. Possivelmente em uma tentativa de neutralizar reações, o então proprietário do Engenho de Galiléia é convidado para ocupar o cargo de presidente da organização. Em contrapartida ao “convite”, ele reagiu com represálias policiais, com ameaças de aumento do foro e com a expulsão em massa dos foreiros (MEDEIROS, 1989).

latifundiários, por isso “não aceitavam a hierarquização tática das lutas, que subordinava a questão agrária à questão nacional-democrática” (AZEVEDO, 1982, p. 89). Estes fatos acabaram por provocar a separação entre estas forças, muito embora tais divergências pareçam ter sido resultado de debates entre a direção dos movimentos e não terem permeado necessariamente sua base, e, portanto, o cotidiano das lutas (MEDEIROS, 1989).

Do ponto de vista da regulamentação da sindicalização rural, esta ocorreu em 1962, através de portaria do Ministério do Trabalho, feita nos moldes da legislação sindical então vigente. Calcou-se, portanto, na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada em 1943, que trouxe normas às organizações sindicais de empregados e empregadores como a de os sindicatos representarem os interesses da categoria profissional referida diante aos órgãos públicos e coletivos da sociedade civil. Também trouxe o reconhecimento por base territorial municipal, seguido de federações e de uma Confederação de âmbito nacional. Da parte de seus representados, caberia uma contribuição financeira regular, o imposto sindical. A oficialização das organizações de trabalhadores agrega agora um novo campo de conhecimento na formação das lideranças sindicais, ou seja, estas lideranças também deviam se forjar no conhecimento de como lidar com as instituições públicas, principalmente com o Ministério do Trabalho e Previdência Social.

Um dos motivos da regulamentação do sindicalismo rural foi o desejo do governo de João Goulart em ampliar a sua base de sustentação política e conter os movimentos sociais rurais em expansão (RICCI, 1999). Segundo Palmeira (1985), a outorga das primeiras cartas sindicais rurais veio por exigência dos próprios sindicatos já existentes, percebendo a importância de seu reconhecimento oficial. “Uma verdadeira corrida” pelas forças políticas atuantes no campo decorreu da regulamentação, para a formação de sindicatos de trabalhadores rurais (MEDEIROS, 1989; RICCI, 1999). Em diversas áreas já existiam associações que, contudo, não tinham reconhecimento. Somam-se a esses todos os outros criados independentemente de uma organização anterior dos trabalhadores do campo.

Diante da situação de conflito, parte do núcleo dirigente da SAPPP se deslocou até Recife, a fim de buscar alguma forma de apoio às suas lutas, que viria sob a forma de uma assessoria jurídica, a partir do recém eleito deputado estadual pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) e advogado, Francisco Julião (AZEVEDO, 1982). A formação em direito de Francisco Julião acabou lhe conferindo um *status* capaz de representar este núcleo dirigente (e mais tarde, as Ligas Camponesas).

Diante desse cenário, a “corrida” se deu sob a concepção de que o controle de um grande número de entidades garantiria sucessivamente o controle das federações e da confederação, a nível nacional. Todavia, a disputa passava ao largo dos trabalhadores e se dava principalmente no nível das direções (MEDEIROS, 1989). Em suma, estavam em jogo as representações políticas do campo político rural. Igualmente, estava em disputa o direito destas organizações de falar em nome dos trabalhadores do campo. A formação de lideranças agregava então a capacidade organizativa e de expressar os interesses dos sindicalizados.

1. 2 O sindicalismo no Pará

Os estudos vinculados à explicação da sociedade brasileira, concessão de benefícios e organizações sociais demonstram que as peculiaridades do desenvolvimento da sociedade capitalista no Brasil dificultaram durante décadas a institucionalização de direitos democráticos, impedindo a transformação de trabalhadores urbanos e rurais em cidadãos (IANNI, 1986). Neste aspecto, a conquista de direitos e o reconhecimento político e social, foram fruto das ações coletivas e reivindicações dos operários, camponeses e trabalhadores rurais, dentro de um campo de “possíveis históricos” (SANTOS, 1989). Associa-se ainda a importância e o interesse do Estado em promover a ampliação dos direitos desses trabalhadores; no entanto, como afirmou Medeiros (2002, p. 152), isso foi feito “a partir da lógica da intervenção estatal sobre o mundo do trabalho”.

As tentativas de organização dos trabalhadores em entidades de representação, entre elas o sindicato, levaram o Estado e setores patronais a proporem mecanismos legais e jurídicos visando à tutela dessas organizações. Exemplo disso foi a elaboração de uma legislação sindical corporativista e controladora destas entidades. Neste contexto, as lutas camponesas e criação e a organização em entidades de representação tomavam forma em função dos contextos históricos locais, mas também em combate a estas ações empreendidas pelo Estado para atender interesses dos grupos dominantes.

No Estado do Pará, as primeiras entidades de representação dos *lavradores* surgiram em meados do século XX. Eram entidades que estavam sob influência da Igreja Católica, sendo criadas com a nomenclatura inicial de *Associações de Lavradores*. Essas entidades surgiram na região de colonização mais antiga do Estado e onde havia a maior concentração de agricultores, o Nordeste paraense, na antiga região em torno da Estrada de Ferro de Bragança. A região abrigou muitos migrantes e serviu

como rota de passagem para tantos outros que se dirigiam para regiões mais remotas como o sul e sudeste do Estado (VELHO, 1981).

O Nordeste paraense também abrigou um contingente de seringueiros que retornaram do Acre e Amazonas após o declínio da borracha (CONCEIÇÃO, 2002). Em 1956, as Associações de Lavradores expandiram sua organização para o nível estadual fundando a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Pará (ULTAP), articulada com a União dos Lavradores e Trabalhadores do Brasil (ULTAB)⁶. Nesse período estava em curso a Campanha Nacional pela Reforma Agrária com a formação de Comissões Estaduais pela Reforma Agrária, destaca Assis (2007, p. 52). A Comissão Paraense pela Reforma Agrária apoiou e influenciou a criação da ULTAP (TURA, 1996). O contato com a Comissão pela Reforma Agrária aproximou lideranças rurais de correntes políticas como o Partido Comunista. Segundo Guerra e Acevedo Marin (1990) a ligação privilegiada dessa região com a capital do Estado, através da ferrovia Belém-Bragança, permitia uma intensa troca com os trabalhadores urbanos, principalmente os ferroviários e estivadores que tinham entidades organizadas. Esse contato influenciou as entidades de representação no meio rural do Estado. Segundo Medeiros (1995), os ferroviários constituíam uma das mais importantes bases do PCB.

Com a criação da ULTAP, filiada e orientada politicamente pela ULTAB, os diferentes segmentos de trabalhadores do campo passaram a contar com um referencial de representação em níveis superiores, afirma Assis (2007, p. 53). De acordo com Guerra e Acevedo Marin (1990) podiam se associar ULTAP os assalariados agrícolas que não fossem filiados a sindicato rural (patronal); lavradores pobres (pequenos proprietários agrícolas) e lavradores médios (médio proprietário agrícola). Segundo os estatutos da entidade, excluía-se de seus quadros os “latifundiários” e seus herdeiros. Para Guerra e Acevedo Marin (1990), a fundação da ULTAP apresentou-se como se fosse uma busca de demarcação e afirmação de um espaço político visando à Federação das Associações Rurais do Pará (entidade patronal), fundada em 1951 e facções do movimento social rural que defendiam o enfrentamento direto com o Estado e latifundiário.

Considerando as questões apontadas por Guerra e Acevedo Marin (1990) a criação da ULTAP delimitou o campo de representação dos lavradores no Estado. Até

⁶Criada em 1954 a ULTAB priorizou as ações nos estados do Ceará, Pernambuco, Bahia, Goiás, Paraná e Rio de Janeiro, se constituindo no braço forte do PCB voltado para a organização no campo (MEDEIROS, 1995).

então a Federação das Associações Rurais do Pará de caráter patronal, pretendia-se como representante de todo o campo paraense, por meio de entidades mistas de trabalhadores e patrões. Além de delimitar o campo de representação dos lavradores, a ULTAP também delimitava um campo de luta, elegendo a questão do acesso à terra como uma das principais reivindicações, integrando-se à Comissão Paraense pela Reforma Agrária. Dois anos após sua criação, a entidade já havia realizado três conferências estaduais reunindo mais de 500 delegados de 62 Associações de Lavradores só da região Bragantina.

Após o I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, realizado em Belo Horizonte em 1961, no qual o Pará teve uma representação, a ULTAB encampou o processo de sindicalização e começou a transformar as Associações de Lavradores em Sindicatos de Produtores Autônomos e Assalariados (COSTA, 1996). Nesse período começou o reconhecimento dos sindicatos do meio rural pelo Estado (SANTOS, 1989). Essa novidade trazida para o Pará, pelos delegados da ULTAP, gerou disputas em torno do controle e orientação da organização política dos agricultores.

De acordo com Tura (1996, p. 31) a Igreja Católica nos anos 60, na disputa com os comunistas no campo político, intensificou sua atuação entre os trabalhadores rurais da região Bragantina, através da constituição do Movimento de Educação de Base (MEB). Por outro, a ULTAP começou a incentivar a transformação das associações em sindicatos, seguindo a reivindicação nacional expressa pela ULTAB de legalização das organizações sindicais no campo.

A ação do MEB se dava principalmente via programas educacionais e religiosos através do rádio. Segundo Guerra e Acevedo Marin (1990), o MEB buscava levar aos lavradores uma formação política mais efetiva de longo prazo em contraposição à postura mais vanguardista dos comunistas. Analisando a disputa por domínio político sobre os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs), em nível nacional, Medeiros (1989, p. 78) assinalou que em muitas áreas já existiam associações ou então sindicatos que funcionavam sem reconhecimento. Tratava-se de legalizar sua situação. Em outras, o sindicato era criado independentemente da existência de organizações anteriores ou da mobilização dos trabalhadores. Para este autor, como o controle sobre um grande número de entidades também garantiria o controle sobre a federação a ser criada a nível estadual e como esse mecanismo se repetiria para a

direção da confederação em âmbito nacional, é fácil perceber o interesse das forças políticas em terem em suas mãos o maior número possível de sindicatos.

Uma característica marcante nestas organizações sindicais foi a diversidade de categorias que se mobilizaram em diferentes pontos do país, bem como as diferentes condições a que estas categorias estavam submetidas. Tão variadas quanto às categorias, foram as iniciativas desenvolvidas para se livrar das formas de dominação e das condições precárias de trabalho e da falta de apoio à produção. Entre as categorias citadas por Medeiros (1989), encontramos os trabalhadores das grandes plantações, os pequenos produtores, os arrendatários, parceiros e meeiros e os posseiros. No Pará, Assis (2007, p. 55) destaca diferentes tipos de lavradores, posseiros e trabalhadores da atividade extrativa, que se mobilizavam em torno de um conjunto variado de direitos como acesso a terra, a infraestrutura, a garantia de uma política de preço justo para a produção e a inserção em políticas sociais.

As formas de ação coletiva e as características das lideranças que se formavam nos movimentos sociais do campo no Pará variavam de acordo com os atores sociais envolvidos. No Pará, mais especificamente na região Nordeste do Estado, os trabalhadores do campo, representados pelas Associações de Lavradores, lutavam pela manutenção e abertura de estradas, insumos para a produção, melhoria dos preços dos produtos agrícolas, crédito e acesso a terra (GUERRA, 1988), ou seja, para as demandas de quem já tinha acesso à terra a proposta era assegurar meios para permanecer em boas condições. No entanto, a luta pelo acesso a terra avançava em outras regiões do Estado. A luta dos lavradores paraenses aos poucos se integrou à luta pela reforma agrária aproximando-os das lutas do resto do país. Foram essas lutas e mobilizações que criaram as bases para a criação da ULTAP e, posteriormente, os sindicatos no Nordeste paraense (HÉBETTE, 2004b; GUERRA e ACEVEDO MARIN, 1990) e em Cametá.

A ascensão dos militares ao poder deu início a um período de repressão ao conjunto da sociedade. Jornalistas, estudantes, professores, militantes de partidos políticos, lideranças sindicais urbanas e rurais, religiosos e leigos ligados a setores da Igreja, todos, de uma forma ou de outra, em menor ou maior grau, provaram da amarga experiência da falta de liberdade e da ação repressiva do Estado. As entidades de representação dos trabalhadores, tanto as urbanas quanto as rurais que se constituíram no período anterior e estavam em processo de fortalecimento, bem como suas lideranças, sofreram diversos tipos de perseguições e constrangimentos.

Segundo Costa (1996), no ano do golpe militar, o Pará contava com seis sindicatos rurais organizados e reconhecidos pelo Estado e dois esperando reconhecimento. Os poucos sindicatos que haviam sido criados no Pará estavam localizados nas cercanias da ferrovia Belém-Bragança, nas microrregiões Salgado, Bragantina e próximo à rodovia Belém-Brasília (HÉBETTE, 1997).

Nesse período o governo previa a implantação de “Grandes Projetos” estatais ou privados para a Amazônia. No Estado do Pará e especificamente na região Sudeste, essas políticas afetaram diretamente a organização no meio rural. Era interesse do Estado, portanto, estabelecer mecanismos de controle sobre o espaço, onde a maioria desses projetos seria implantada. Em conformidade com o regime da época, a questão da terra passou a ser tratada mediante estratégia militar (MARTINS, 1984). A tutela das entidades representativas dos trabalhadores do campo era parte da estratégia mais geral do Estado para garantir o projeto de modernização produtiva dessa parcela do território nacional. Portanto, a história das entidades de representação se ligava estreitamente ao avanço da consolidação das estruturas do Estado, à política econômica e à política de segurança nacional do regime militar. O país atravessava o período que ficou conhecido como o “milagre econômico”. Enquanto as taxas de crescimento econômico se mantinham elevadas, e o país se projetava na economia mundial, no plano interno aumentava a repressão e cassavam-se os direitos de participação política de intelectuais, sindicalistas, militantes de direitos humanos e militantes políticos.

Neste contexto, a noção dos direitos se restringia ao permitido pela lógica da ordem ditatorial instituída. Segundo Santos (1989), no início da década de setenta, mesmo atuando dentro dos marcos da legalidade, o sindicalismo de trabalhadores rurais reivindicou direitos trabalhistas, direitos previdenciários, direito a terra, se contrapôs à política de colonização e exigiu do governo uma política agrícola e de desenvolvimento.

Além de atualizar suas demandas o sindicalismo de trabalhadores rurais se aproveitou das possibilidades abertas na legislação para ampliar numericamente sua presença no espaço social. Segundo Santos (1989), no final da década de 70, já havia mais de 2000 STRs criados no Brasil. Se a repressão e o conjunto de ações assistenciais do Estado, não impediu a ampliação do número de STTRs em funcionamento, os prejuízos para a autonomia e a organização foram grandes, como afirmou Medeiros, referindo-se à expansão dos direitos que a legislação permitia na época.

Os primeiros STRs do Pará foram criados, junto com a implantação dos grandes projetos com o intuito de alavancar o desenvolvimento regional. Em nome da

legalidade cerceava-se a liberdade dos agricultores escolherem seus próprios dirigentes, de definirem funções e de estabelecerem prioridades. Era comum que profissionais liberais assumissem a presidência dos STRs. Se fosse preciso, as Forças Armadas interferiam (PEREIRA, 2004a).

Esta combinação de elementos gerava um clima de receio nos agricultores e lideranças, afastando-os dos sindicatos. Na impossibilidade de encaminhar as lutas por dentro dos sindicatos, os posseiros se articulavam com segmentos da Igreja e de partidos políticos. Entretanto, o sindicato apresentava um grande atrativo: as políticas de assistência que o governo federal viabilizava por meio destes.

A década de 70 terminou, portanto, com muitas iniciativas em processo de amadurecimento e apontando para a necessidade de uma revisão da prática sindical que fugisse da prática meramente assistencialista. Segundo Medeiros (1989, p. 15) “no final dos 70 reapareceram as greves, muitos sindicatos renovaram suas práticas, trazendo não só novas formas de expressão como também uma crítica radical à estrutura sindical”. Mesmo com todo o peso da repressão do regime militar nas décadas de 60 e 70, os trabalhadores do campo atualizaram suas lutas por direito em todos os quadrantes do país. Dentre elas destacaram-se: as lutas por melhores condições de trabalho como aumento de salário, melhores instalações, onde a participação dos assalariados do campo foi marcante; as lutas pela valorização da produção, desenvolvido pelos agricultores familiares, principalmente no sul e sudeste do país e; as lutas pela permanência e acesso à terra, onde se envolveram atingidos por grandes projetos de infraestrutura como hidrelétricas, trabalhadores sem terra e posseiros de várias regiões.

Na década de oitenta a sociedade brasileira foi marcada por lutas que visavam à redemocratização do país. Dentre as lutas marcantes dessa década, no âmbito da sociedade geral, podemos assinalar a campanha pela anistia política, pela convocação da Assembléia Nacional Constituinte e pelas *Diretas já*. No campo sindical, presenciou-se um novo ciclo de lutas, surgiram novos mediadores no campo, novos temas foram colocados em evidência, novas categorias como *sem terra*, *atingidos por barragens*, *seringueiros*, dentre outras, surgiram no meio rural e os sentidos dos direitos se modificaram (MEDEIROS, 2002).

As novas categorias que surgiram no meio rural se integraram e influenciaram as dinâmicas regionais e nacionais. No setor sindical, os agricultores familiares que possuíam terra, mesmo que muitos deles sem titulação, como era o caso da região Norte

do país, começaram a ocupar espaços na estrutura sindical (MEDEIROS, 2002). Nas décadas anteriores o foco da discussão sobre o direito à terra passava pela definição de leis que regulamentassem o acesso. Nos anos oitenta, noções como direito de permanecer na terra, direito de uso de recursos, direito de receber “terra por terra”, foram incorporados por várias categorias.

A necessidade de gerar energia em larga escala para alavancar e consolidar o modelo de desenvolvimento industrial preconizado pelo governo da época, culminou com a decisão de se construir grandes complexos hidroelétricos em calhas de importantes bacias hidrográficas de Norte a Sul do país. As três principais bacias hidrográficas nos anos 70 e 80 foram as do rio São Francisco, a bacia dos rios Paraná e Uruguai e bacia do Tocantins/Araguaia (GRZYBOWSKI, 1987). Pela urgência e entendimento, que tinham os governantes, sobre a importância dessas obras, o processo de desapropriação de grandes áreas foi acelerado.

A construção de grandes barragens para a produção de energia provocou o desaparecimento de vilas e povoados, separou grupos familiares e de vizinhança, ameaçou o equilíbrio de um elevado número de espécies animais e plantas e interferiu significativamente na paisagem regional, nas formas de sociabilidade e no imaginário da população local. O Movimento de Atingidos por Barragens (MAB) se constituiu a partir da luta de milhares de famílias afetadas por esse processo. Para manter-se na terra ou garantir a terra em outra região (terra por terra), preservar suas relações de vizinhança, garantir justa indenização de bens materiais e simbólicos construídos ao longo de suas vidas, era necessário um processo constantemente de mobilização. Comissões de negociações, formas de pressão variadas como a ocupação de espaços públicos e acampamentos prolongados em áreas das próprias companhias responsáveis pelas obras, foram se alternando como forma de resistência (ASSIS, 2007).

Nesse processo de evolução e mediação tanto do MAB, dos sindicatos, como da Igreja, foi fundamental para a construção do processo de organização dos trabalhadores e trabalhadoras dentro dos movimentos populares. Foi se tornando um processo histórico, de muita luta e perseverança, de muitos trabalhadores e trabalhadoras, comunitários, bispos, padres, religiosos, e religiosas que doaram suas vidas por essa causa, que se deixaram sensibilizar com os problemas sociais e mostraram-se responsável com a luta de classe. Os fatos históricos, conquistados e vivenciados por esses líderes, alguns hoje, já falecidos, deixaram sua história escrita na mente e nos benefícios colhidos por este povo. Neste sentido, destacamos a presença

atuante de D. José Elias Chaves⁷, como bispo da Prelazia de Cametá, que em seu pronunciamento sobre as conseqüências da Barragem de Tucuruí em meados de 1980, desabafa:

[...] Por isso, como Bispo da Prelazia de Cametá, eu faltaria o meu dever e missão, se me calasse ou omitisse diante das graves ameaças e danos que para todo o nosso vale do Tocantins representa o próximo fechamento da Barragem de Tucuruí, estando a região do futuro reservatório contaminado com venenos violentíssimos, e sem que se tenha dado as populações ribeirinhas, garantias sobre as conseqüências que advirão [...] Não somos contra o progresso e a barragem de Tucuruí, mas temos a obrigação de procurar defender e proteger o nosso povo, como nestes últimos quatro anos temos feito com relação aos desapropriados da barragem (D. José Elias, posicionamento oficial da Prelazia em relação à Barragem de Tucuruí, 1982).

Como conseqüência desse processo em determinados locais, a luta dos atingidos ajudou à constituição de sindicatos fortes e ao surgimento de lideranças sindicais atuantes. No Estado do Pará, vários municípios atingidos pela hidrelétrica de Tucuruí se articularam para enfrentar a situação, no qual destacamos neste trabalho a região de Cametá. Alguns sindicatos incorporaram as lutas dos atingidos e atuavam de forma articulada; outros negligenciavam nos encaminhamentos que diziam respeito aos atingidos. Mas, independentemente dos sindicatos, os atingidos, chamados na região também de *expropriados*, participavam ativamente das comissões de negociação com a Eletronorte (ASSIS, 2007).

Neste contexto de constante negociação e mobilização foram aos poucos surgindo lideranças e estas por sua vez, foram criando consciência de classe para si. Com o tempo, estas lideranças que surgiram no processo de negociação e que eram na maioria agricultores filiados aos sindicatos, assumiram cargos no interior da organização sindical, forçando a modificação de seu comportamento. Neste aspecto, a presença do sindicalismo foi marcante nos diferentes processos que desencadearam movimentos de resistência, de luta por direitos e de conquista da terra ao longo da história de formação dos sindicatos no Pará.

⁷D. José Elias Chaves, já falecido, foi bispo da Diocese de Cametá (que na época tinha a categoria de Prelazia), chegou a Cametá, em 24 de Agosto de 1980, tornou-se um regencial na luta junto aos trabalhadores rurais e movimentos sociais em toda Região Tocantina. Trazia consigo, sua preferência em favor dos pobres e necessitados como expressou em sua Carta como primeira mensagem como Bispo em Bambuí-BH, 31 de maio de 1980: “[...] Embora seja Bispo para todos e de todos, permita-me revelar que, de acordo com as orientações de Puebla e o espírito de nossa Congregação que o ‘Senhor enviou para Evangelizar os pobres’, terão sempre as minhas preferências àqueles que forem mais pobres, mais necessitados, mais oprimidos, mais sofredores, pois representam ao vivo Cristo em sua paixão e agonia” (Arquivos da Diocese de Cametá)

Nos anos 1980, a luta pela terra, portanto, assumiu uma dimensão central para a maioria dos movimentos no campo e, de uma maneira ou de outra, os sindicatos passaram, em maior ou menor intensidade dependendo da região do Estado, a incluí-la na ordem do dia. Para Assis (2007, p. 76), em algumas situações, experiências que iniciaram fora dos sindicatos passaram a ser apropriadas por estes. O autor conclui que a luta pela terra, criou condições para o aparecimento de dinâmicas e processos com potenciais de transformação do próprio sindicalismo. Neste processo de transformação do sindicalismo no Pará, a formação de lideranças acompanhou esse processo de transformação.

1.3 O STTR de Cametá, entre formação e atuação⁸

Do ponto de vista do espaço de atuação do STRR de Cametá, atende atualmente os trabalhadores rurais de Cametá. Distante aproximadamente 146 km de Belém em linha reta, Cametá funciona como sede da microrregião, sendo esta formada pelos municípios da região que são banhados pelo rio Tocantins e seus afluentes, no caso, os municípios de Igarapé Miri, Limoeiro do Ajuru, Cametá, Mocajuba, Baião e Oeiras do Pará, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O Município de Cametá possui uma população de 120.896 habitantes, (IBGE - censo 2010), distribuídos numa área de 3.108,2 km², sendo que 52. 846 pessoas residem na zona urbana e 68. 058 habitantes⁹ na zona rural. Está situado na mesorregião do Nordeste Paraense. A área municipal é cortada pelo rio Tocantins, que atravessa o município no sentido sul-norte (SOUSA, 2002: 22). Pompeu (1998: 10) descrevendo o município de Cametá destaca que nas proximidades da sede do município, o rio Tocantins se espalha sobre uma porção central do território, fragmentando-o em forma de um arquipélago com mais de 100 ilhas, intercaladas pelas águas do rio, por furos e igarapé.

O Baixo Tocantins encontra-se numa zona de fronteira. A microrregião localiza-se entre a Amazônia Central e Amazônia Oriental, no Nordeste do Pará, por onde passa a linha dividindo coincidentemente a microrregião do Baixo Tocantins e a de Tucuruí (COSTA, 2006). A microrregião integra a bacia do Tocantins, considerada a segunda mais importante do país, superada apenas pela bacia do Rio Amazonas. É ainda

⁸As entrevistas referentes a esse tópico foram gentilmente cedidas, sendo realizadas através do projeto “Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cametá: entre textos e imagens”, coordenado pelo prof. Dr. Francivaldo Alves Nunes, como apoio da PROEX/UFPA e desenvolvido entre os anos de 2008 e 2010.

⁹ Informações disponíveis em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codmun=150210>

indicada como a de maior potencial para a geração de energia hidrelétrica. A bacia do Tocantins-Araguaia constitui um dos eixos de planejamento do governo federal, com enfoque em transporte e geração de energia, o que prenuncia outros impactos sociais e ambientais para as populações locais.

O Rio Tocantins, como parte desse complexo estuário amazônico, se comunica com o rio Pará, se junta ao Rio Guamá e vai formar a baía do Guajará e o conjunto fluvial da foz do rio Amazonas, o qual despeja diariamente milhões de metros cúbicos de água doce no Oceano Atlântico.

A população rural ocupa duas dinâmicas distintas: terra firme e a região das ilhas. Na primeira, predomina o cultivo da mandioca para a produção de farinha; enquanto nas ilhas o açaí desponta como a principal produção. Além da palmeira do açaí (*Euterpe oleracea*) nas ilhas há grande incidência de buritizais (*Mauritia flexuosa*), entre outras espécies (SOUSA, 2002, p. 22).

A cobertura vegetal do Baixo Tocantins é classificada por especialistas como floresta equatorial densa. As pesquisas sobre a Amazônia indicam que a atividade madeireira tem sido o primeiro passo para o início do desflorestamento. As investigações realizadas por Costa (2006) apontam que o processo na região teve início na década de 1960, com prolongamento até a década de 1990, quando se registra a redução do estoque de madeira, tendo como consequência a migração das madeiras para outras regiões.

As áreas de terra firme desflorestadas são ocupadas por agricultura tradicional de corte e queima, onde basicamente se cultiva mandioca, o principal produto dessa zona. Quanto à região das ilhas, que também sofreu desflorestamento no mesmo período, esse foi bem menos intenso, com menor impacto, até porque não havia grandes concentrações de espécies madeiráveis como na região de terra firme, o que, dentre outros fatores, permitiu a essas áreas relativa conservação.

A exploração do cacau e a seringa configuraram a cena econômica por longos anos na região de Cametá, até meados da década de 1970. Seguida da exploração madeireira, que antecipou a monocultura da pimenta-do-reino, duas matrizes em demasia cara ao equilíbrio ambiental. Nos dias atuais, as atividades de agricultura e do extrativismo regem a economia local. As análises de Costa (2006) sobre a região atestam que a renda agrícola advinda da agricultura e do extrativismo responde por mais de 60% da economia dos municípios da região do Baixo Tocantins.

O município de Cametá, como a grande maioria dos municípios do interior do Pará, apresentava nesse período de criação do STTR - Cametá, década de 1970, condições de trabalho nos âmbitos rurais muito precárias, pois não se possuíam incentivos bancários e nem equipamentos e instruções técnicas sobre agricultura, ou seja, era realizada uma agricultura voltada principalmente para a subsistência das famílias rurais.

Este cenário de empobrecimento da população rural era resultante do efetivo exercício do sistema de aviação prática ao longo do processo de formação histórica da população de Cametá. A fala do professor Penafort, em entrevista concedida em 1998, para Sousa (2002: 64) demonstra bem essa situação que levou ao empobrecimento da população rural. Dizia que a partir da década de 1930, por conta da extração do cacau e da borracha, os trabalhadores rurais “catavam de segunda a sexta-feira, vestiam roupas que não pegavam nem remendo, usavam um paneiro [espécie de cesto] com barro nas costas, e ainda eram vítimas constantes de pneumonias”, o que era responsável pelas condições degradantes de trabalhos e os poucos recursos advindos destes esforços.

A memória dos trabalhadores rurais sobre este período revela que os principais problemas enfrentados estavam associados às condições de transporte, educação, etc. Como destaca senhor Raimundo Moraes, que atuou como secretário do STTR de Cametá, as estradas encontravam-se em péssimas condições de tráfego, não havendo ônibus que passassem nas regiões mais isoladas, o que levava os trabalhadores rurais, principalmente da região de terra firme, denominada de “centro”, a ficarem em situação de quase isolamento, uma vez que os mesmos em sua maioria não possuíam meios de locomoção para dirigirem-se a região urbana do município. Em algumas situações era preciso carregar nas costas os produtos cultivados em sua propriedade para que pudessem ser comercializados na cidade de Cametá, ou em alguns casos, alguns agricultores com mais recursos se viam obrigados a comprar um animal de tração, boi ou cavalo, para fazer esse serviço, destacava senhor Raimundo Moraes.

A dificuldade na comercialização dos produtos, provocadas pelos problemas de transportes, impactavam diretamente na renda familiar advinda da agricultura, dificultando a sua subsistência, uma vez que este trabalhador rural é obrigado a vender parte de sua produção para obter dinheiro para a compra de produtos manufaturados que se tornam parte de sua necessidade de consumidor. Estas dificuldades em parte foram superadas a partir da década de 1970 quando iniciou a construção da rodovia Trans-

Cametá, inaugurada em 1975 (hoje BR- 422), durante o governo militar do presidente Ernesto Geisel. Com a construção da rodovia, embora tenha se observado uma melhoria no escoamento da produção rural, principalmente das vilas e povoados próximos à estrada, em razão de se ter implantado uma rodovia não asfaltada, em uma região caracterizada pelo alto volume de chuva, os problemas de transporte persistiram em boa parte do ano, uma vez que em razão do grande volume de chuvas a interrupção no tráfego de mercadorias e passageiros na rodovia tornavam-se constante. A luta em defesa do asfaltamento da rodovia passou a se constituir, ainda na década de 1980, uma bandeira de luta do STTR.

Outra questão que unia os trabalhadores rurais tratava-se das dificuldades na área educacional, pois ao acesso a escola no meio rural neste período era bastante escasso devido a uma série de fatores como as distâncias geográficas entre as vilas e a cidade, a existência de poucas escolas. Segundo o senhor Raimundo Moraes as populações do interior e que viviam do trabalho agrícola não tinham acesso à escola, não estudavam, as poucas professores que conseguiam chegar a alguma vila acabavam se hospedando na casa de algum morador, no entanto em pouco tempo voltavam para a cidade, não se adaptando a vida rural. Somava-se ainda o permanente trabalho com a lavoura, que acabava tomando todo o tempo do dia, que em parte podia ser usado na escola.

A dificuldade de garantir o sustento apenas com o trabalho agrícola faz com que muito lavradores deixem o cultivo em suas terras para se tornarem trabalhadores assalariados, principalmente nas empresas madeireiras ou nas grandes fazendas. Estes intercalam o trabalho em suas terras com o trabalho assalariado, pois, o modelo de agricultura sazonal, impossibilita que os trabalhadores agrícolas possuam subsídios para manter a si e sua família durante todo ano. Logo esse agricultor deixa de ser um trabalhador agrícola autônomo para vender sua força de trabalho e o de sua família para os proprietários de fazendas a fim de obter subsídios para manter sua família. É dessa problemática que surge a necessidade de órgão que possam regulamentar o trabalho da agricultura e lutar junto aos trabalhadores rurais para que consigam pressionar o governo para solucionar seus problemas. Na falta desse órgão os trabalhadores buscavam se organizar em associações e cooperativas de auxílio às atividades agrícolas.

Eram poucas as organizações de trabalhadores rurais existentes neste período; em Cametá havia a Associação Rural, que é destacada na fala do vereador José Otávio Lopes de Barros do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) pelas constantes reclamações

de diversos produtores do município que não estariam representados os interesses dos agricultores, só procurando em vésperas de eleição.¹⁰ Podemos observar que no início da década de 1960 já havia no município uma preocupação com o setor rural demonstrado claramente no discurso do vereador José Lopes de Barros, bem como agremiações de trabalhadores rurais com o intuito de obter melhorias para os trabalhadores rurais. Porém, esse discurso em sua maioria não chegava a se concretizar no sentido de levar benefícios a classe trabalhadora do campo, restringindo-se assim as discussões dentro da cúpula municipal de Cametá, pois, mesmo havendo o interesse de alguns representantes dos trabalhadores no legislativo em obter melhorias, observa-se que estes eram a minoria, dificultando com isso a execução de seus pedidos.

Há de se considerar que esta associação não alcançou grandes êxitos nos trabalhos desenvolvidos no município vindo posterior deixar de atuar na causa agrícola. A não atuação sistemática da associação rural gerou certo grau de desconfiança quanto ao ingresso em associações, pois não queriam ter prejuízos caso a mesma não conseguisse manter-se por muito tempo. De acordo com Curaua, ex-presidente do STTR, a associação rural desenvolvia mais um papel de cooperativa, do que associação. Funcionava no prédio do Circulo Operário, o que provocava desconfiança dos trabalhadores rurais, por achar que se tratava de um órgão ligado ao governo e elemento de manipulação dos trabalhadores.

Além dessa associação existiam no município de Cametá diversas irmandades e sociedades agrícolas, como a Sociedade do Livramento e a do Menino Deus, situadas na zona rural do município (SOUZA, 2002), que tinham o propósito de possibilitar um agrupamento entre os agricultores para o auxílio nas atividades agrícolas. O principal exemplo disso é a prática dos “convidados”, comum na região, que consistia em trabalho em regime de mutirões. No caso tratava da reunião em que diversas famílias se uniam para preparar os roçados.

Nos “convidados” as famílias participantes da associação deslocavam-se para a residência daquele que teria o roçado preparado e realizavam grupalmente as atividades, sendo que esse processo era acompanhado anteriormente de uma festa dada pelo dono da casa com musica (samba de cacete), dança, comida e bebida. O senhor Moraes, ex-secretário do STTR de Cametá lembra bem desse movimento em suas propriedades, quando afirma que seus convidados “faziam aquela festa, aquele troca-troca”, Citava a

¹⁰*Livro de Atas da Câmara Municipal de Cametá*, em 22 de abril de 1963.

presença da corneta que tocava de um dia para outro para que todos ficassem avisados que estavam “no momento de entrar na batalha”. Servia-se o almoço, tomava-se café, beiju com farinha de tapioca, sendo que “todos iam por conta do referente”, nome que se dava ao dono da festa que arcava com todas as despesas, também conhecido como dono do convidado.

Nesse período a produção rural apresentava uma grande heterogeneidade, uma vez que não havia uma única espécie a ser produzida, pelo contrário eram plantada melancia, acará, gengibre, cereais, arroz, milho, sendo o principal produto a mandioca da qual é feita a farinha para ser vendida no mercado local. Destaca-se ainda o plantio da pimenta do reino (CARVALHO, 1998, p. 52). Nos períodos mais intensos de trabalho, de agosto a dezembro, quando eram realizados os processos de queima, limpeza e colheita nas áreas rurais, as irmandades e associações agrícolas assumiram um papel de fundamental importância, no sentido de organizar os trabalhadores rurais para execução dos convidados. Constituía em um elemento estruturante das relações sociais e de trabalho dos agricultores cametaenses, ou seja, “a irmandade ou sociedade agrícola cumpria um papel fundamental como instrumento organizador de todo o processo de trabalho cujo desenvolvimento se dava através do convidado” (SOUSA, 2002, p. 82).

Tratava-se do que se convencionou chamar de “prática de mutirão”, que se caracterizava pelo agrupamento de pessoas com o intuito de obter auxílio na execução das atividades agrícolas, com o intuito de obter auxílio na execução das atividades agrícolas. Em outras palavras, e buscando auxílio nos estudos de Forman (1979, p. 183) quanto às formas de cooperação entre os trabalhadores rurais, tratava-se de uma forma de trabalho recíproco, freqüentemente utilizado na realização de tarefas agrícolas específicas, tais como o preparo da terra, o plantio ou a colheita. São tarefas realizadas em condições extremamente difíceis, embora recebam comida e bebida o dia todo, sendo que se deve considerar que o esforço de trabalho é sempre acompanhado por música e danças e termina em brincadeiras animadas, o que ameniza as dificuldades apresentadas ao longo da execução das tarefas que envolvem a atividade agrícola.

Retomando as ações das irmandades e sociedades agrícolas e sua relação com as primeiras experiências de organização dos trabalhadores rurais, estas tiveram ação no município de Cametá até final da década de 1960, como principal forma de associativismo dos trabalhadores rurais, porém entraram em decadência e quase extinção a partir dos anos setenta, com a implantação das comunidades cristãs,

promovidas Prelazia de Cameté (SOUSA, 2002, p. 86). Em decorrência disso, os convidados e as práticas de mutirões embora não tenham sido abandonadas, foram sendo aos poucos substituídas pelos trabalhos comunitários.

A necessidade de organização dos trabalhadores rurais ao longo das décadas de 1960 é resultante da pouca preocupação das autoridades com o setor rural, embora se observe uma significativa produção de alimentos para consumo familiar dos produtores familiares e para o abastecimento do município, onde eram vendidos na feira livre os produtos que haviam sido colhidos nas pequenas áreas produtivas do município de Cameté.

Esse pouco caso das autoridades, quanto às áreas rurais, pode ser observado nos raros comentários que se fazia ao produtor rural nos debates no parlamento municipal de Cameté. Em 1959, 30 de abril, o vereador Manuel da Luz Faia solicitava através de requerimento que fosse consignado em ata um voto de congratulações pela passagem do Dia do Trabalhador, que seria comemorado no dia seguinte ao seu pronunciamento, 1º de maio. Lembrava que “por entre demonstrações de júbilo cívico, na pessoa dos trabalhadores brasileiros, [fosse lembrado] especialmente o trabalhador rural”, que deveria ser saudado fraternalmente e que se traduzisse na manifestação de solidariedade à homenagem da câmara dos vereadores. O silêncio dos demais colegas de parlamento, ao mesmo tempo em que deixava sem interlocutor Manuel da Luz Faria, mostrava a pouca preocupação dos vereadores com o reconhecimento da importância dos trabalhadores rurais com a economia do município.¹¹

De fato, observa-se que neste período os trabalhos desenvolvidos pelos vereadores cametaenses restringiam-se a projetos de construção e reconstrução de pontes, muros, ramais, havendo pouca preocupação com projetos de desenvolvimento do setor rural. Somente depois das eleições de 1963 é que se observam no cenário político, indivíduos mais preocupados com a agricultura e os trabalhadores rurais. Isto fica evidente no primeiro discurso proferido pelo prefeito recém-empossado Agenor Moreira do PSD (Partido Social Democrata).

Para Agenor Moreira, destacando seu programa de governo, ressalta a importância da assistência a lavoura. Nesse caso, faz referência ao auxílio do governo federal, concedido através de verba própria e distribuída pelos municípios. Para Cameté

¹¹ *Livro de Atas da Câmara Municipal de Cameté*, em 30 de abril de 1959.

defendia a necessidade de criação de um cadastro de agricultores que posteriormente receberiam o auxílio público.¹²

Ainda naquele mesmo ano, pouco mais de três meses após o discurso proferido pelo prefeito eleito Agenor Moreira e compartilhando em parte do que disse o então prefeito, o vereador José Otávio de Barros, do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), destacava a necessidade de que a construção de qualquer listagem de agricultores a serem beneficiados com auxílio do governo federal devia ser construída pelos próprios beneficiários. Nesse caso, evocava a necessidade de uma organização de trabalhadores agrícolas, uma vez que para o vereador a Associação Rural existente no município, pouco ou quase nada representava os interesses dos agricultores, uma vez que não estava regularmente organizada, não tinha número suficiente de agricultores.¹³

O discurso do vereador José Otávio de Barros abre precedente para uma série de outros discursos na Câmara Municipal em defesa da organização dos trabalhos rurais. A princípio destacaríamos o pronunciamento do vereador Francisco Maia Gonçalves do PTB, em que defende a necessidade de sindicalização rural pelo que chama de “modo mais prático”, ou seja, o cooperativismo, pois o entendimento era de que os trabalhadores unidos em cooperativas poderiam melhor reivindicar “meio para o desenvolvimento da agricultura”.¹⁴ Pode-se observar, tanto nos posicionamentos do vereador Francisco Gonçalves, quanto do vereador José Otávio de Barros, uma preocupação significativa com as questões referentes aos trabalhadores rurais e a necessidade de organização sindical desses trabalhadores, o que reflete um discurso afinado com as propostas do PTB no âmbito nacional, como observado anteriormente.

Com a implantação da ditadura militar, o contexto político paraense sofreu várias modificações, como registramos. No caso da conformação política do período pós-64, os estudos de Rogério Schimitt (2000, p. 31-36), sobre os partidos políticos no Brasil, nos aponta que a implantação do bipartidarismo, onde os grupos políticos partidários do regime militar agruparam-se na ARENA (Aliança Renovadora Nacional) e aqueles que eram de oposição fundaram o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), composto pelos políticos que sobreviveram às cassações e prisões. Estes dois partidos passaram a disputar os espaços políticos dentro das câmaras municipais, estaduais e

¹²*Livro de Atas da Câmara Municipal de Cametá*, em 31 de janeiro de 1963.

¹³*Livro de Atas da Câmara Municipal de Cametá*, em 12 de março de 1963.

¹⁴*Livro de Atas da Câmara Municipal de Cametá*, em 29 de abril 1963.

Senado, porém o MDB passou por muitas dificuldades decorrentes da cassação de direitos políticos de diversos parlamentares.

O contexto político cametaense passou também por várias modificações no seu cenário político, sendo que é possível observar, através das discussões da Câmara Municipal de Cametá, que os membros do MDB encontravam uma série de dificuldades para aprovar projetos e requerimentos. Como exemplo, destacamos os requerimentos de números 5/67 e 14/67. O primeiro de autoria do vereador José de Barros, que solicitava investimentos públicos em abastecimentos de água nos bairros distantes do centro da cidade e em vilas rurais, e o segundo de autoria do vereador Ivan do Socorro Veloso que solicitava investimentos para melhoria das vias de ligação entre Cametá e as comunidades rurais, como forma de facilitar o abastecimento da cidade por produtos agrícolas.

1.4 Conquista do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cametá em observação

A fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cametá não pode ser vista como uma questão isolada e única, pois está associada a um contexto político e social que permeiam sua instalação não somente em Cametá, mas em diversos municípios paraenses. Os estudos de Petit (1996, p. 53) já apontam para a conclusão de que a maioria dos sindicatos vinculados aos trabalhadores rurais teve a sua criação na década de 1970 e foram estimulados pela criação em 1971, do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL). No caso, o governo militar pretendia, através desta ação, obter controle mais efetivo sobre os pequenos agricultores através desse órgão, bem como diminuir a atuação das ligas camponesas.

Também é possível observar a existência, dentro do contexto paraense, de sindicatos rurais já na década de 1960, a exemplo do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Castanhal, que se constituiu no primeiro sindicato rural a ser reconhecido pelo Ministério do Trabalho, bem como os sindicatos rurais em cidades como Igarapé-Mirim, Capanema, e Santa Isabel, ou seja, da região Nordeste do Pará que margeiam a estrada de Bragança, como registramos.

É importante destacarmos neste contexto a atuação de órgão e entidades que estiveram vinculados à formação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cametá. Dentre estes órgãos observamos a atuação da FASE (Federação dos Órgãos de Assistência Social e Educacional), que desempenhou papel relevante no município junto aos trabalhadores rurais cametaenses, desde o final da década de 1960 quando, através

de um convênio com a Prelazia, passou a atuar no município fornecendo adubos e outros materiais agrícolas, assim como assistência técnica aos produtores rurais.

A FASE foi fundada no Rio de Janeiro no início da década de 1960 pelo padre Leising, tendo suas atividades iniciadas no Pará em 1968, no município de Belém, destaca Petit (1996, p. 57). Constituía-se assim como uma organização não governamental vinculada a Igreja Católica e que trabalhou no Pará com maior efetividade na década de 1970, tendo influenciado na criação de diversos sindicatos rurais paraense, incluindo Cametá.

Desde suas origens, a FASE esteve comprometida com o trabalho de organização e desenvolvimento local, comunitário e associativo, assim como a formação de lideranças. Ao longo da década de 1960, a FASE lançou as bases de um trabalho ligado ao associativismo e ao cooperativismo, mas o golpe de 1964 fez com que estes rumos tivessem de ser redefinidos. A resistência à ditadura e a formação das oposições sindicais e dos movimentos comunitários de base passaram a ser foco principal da entidade. Nesse sentido, em decorrência da não existência de um sindicato de trabalhadores rurais, podemos inferir que a atuação da FASE junto aos lavradores era a única forma dos mesmos obter auxílio econômico, técnico, informação e formação sobre seus direitos. Isto fica evidente na fala do senhor Ezequias Pompeu da Cruz, ex-tesoureiro do STTR de Cametá, para quem a FASE tinha um papel importante entre os produtores rurais, pois “reunia com a comunidade, fazia projetos para agricultura, fazia experimentos com o algodão e vários outros tipos de produtos agrícolas, até a pimenta do reino”.

As principais articulações que antecederam a criação do STTR de Cametá referem-se a um curso promovido pela FASE juntamente com a igreja Católica, que foi realizado no município de Baião em 1973, também localizado na região do Baixo Tocantins. O evento foi importante, pois instigou os participantes que pertenciam à cidade de Cametá a empenharem-se na criação de um sindicato que representasse os interesses dos trabalhadores rurais do município. De acordo com o senhor Orlando de Jesus Rodrigues, primeiro presidente do STTR de Cametá foram “seis pessoas que fizeram um curso sobre sindicalismo para fundar o sindicato”. Ainda segundo o senhor Orlando, depois de seis meses aproximadamente da realização do encontro em Baião, a FASE resolveu fazer um curso em Cametá, com o mesmo propósito, ou seja, formar lideranças para atuarem na criação de entidades representativas dos trabalhadores rurais. O curso teria ocorrido no Seminário São Vicente de Paula, administrado pela igreja

Católica, e contou com a participação de representantes de comunidades rurais do município de Cametá.

A fala do senhor Orlando deixa evidente que a iniciativa de fundação de sindicatos rurais não deve ser observada apenas enquanto ações de interesses estatais, uma vez que se registrou a atuação significativa da igreja Católica e demais entidades não governamentais. Conforme relatório do curso de treinamento para fundação do STTR de Cametá, datado de 06 de novembro de 1973, às sete horas e meia de uma manhã ensolarada do dia 03 de novembro daquele mesmo ano de 1973, no seminário São Vicente de Paula, localizado na aldeia dos Parijós, a 3 km de distancia do centro da cidade de Cametá, “achavam-se reunidos 26 pessoas escolhidas como representantes de suas comunidades, com o propósito de freqüentarem o curso de treinamento para fundação do STTR-Cametá”.¹⁵

O curso foi desenvolvido através de palestras aos líderes comunitários das diversas localidades da região, tendo como temáticas as questões que envolviam a reforma agrária, união dos lavradores, sindicalismo, atuação do governo, cooperação. Apesar dos debates que estas questões geraram e do envolvimento dos trabalhadores rurais com os temas que foram apresentados no curso, alguns problema surgiram ao final do curso dificultando a sua fundação, isto porque alguns participantes manifestaram-se contrários a criação do sindicato. Tratava-se na verdade de uma questão bastante superficial, se considerar a necessidade de urgência da criação de uma entidade que representasse os agricultores. As discordâncias giravam em torno do trabalho da diretoria, que não seria remunerada, uma vez que o entendimento era que a não remuneração da diretoria fazia com que não houvesse maior empenho e maior tempo para organizar a entidade, mantendo o sindicato pouco ativo quanto a sua atuação junto aos trabalhadores rurais.

Outras discordâncias sugeriram na medida em que os debates se prolongavam ao longo do dia. Agora a questão de embate estava associada à escolha da nova diretoria, o que passa a ser objeto de discussão prolongando-se para além do curso de treinamento para criação do STTR de Cametá.

A desconfiança com relação à entrada do primeiro presidente Orlando de Jesus Rodrigues também era observada. Segundo Pantoja (2009, p. 43), isto se justificava, pois havia outras pessoas interessadas a assumir a direção do sindicato, principalmente

¹⁵*Relatório manuscrito* do curso de treinamentos para fundação do Sindicato dos trabalhadores de Cametá, em 06 de novembro de 1973. Citado por: PANTOJA, 2009, p. 41.

os líderes comunitários que participaram do encontro em Baião como o senhor Pedro Xavier Borges, Ezequias Pompeu da Cruz e Domingos da Silva Furtado que se consideravam mais aptos para o cargo, nutrindo assim alguma desconfiança com relação a esse contexto. Para Souza (2002, p. 128) esta situação se justifica, pois se observa que a intenção da Prelazia e FASE de orientarem o processo de eleição de forma que os cinco líderes que foram para Baião, assumissem a direção do sindicato. Contudo não foi isso que ocorreu na prática, pois nem todos os membros que foram eleitos à diretoria pertenciam ao referido grupo.

Em meio a toda essa conjuntura de divergência entre seus membros é fundado no dia 14 de fevereiro de 1974 o STTR de Cametá, sendo sua diretoria provisória composta por Orlando de Jesus Rodrigues (Presidente), Raimundo Moraes de Souza (Secretário) e Pedro Xavier Borges (Tesoureiro). A fundação do STTR-Cametá em meio aos anos de chumbo da ditadura militar estava, como se observa, diretamente vinculada à ação da igreja Católica. Isto fica mais evidente, quando se percebe que a grande maioria dos membros da diretoria do sindicato durante o período que vigorou a Ditadura Militar era vinculada a igreja, sendo membros das comunidades cristãs.

É importante enfatizar que a criação de um sindicato vinculado ao setor rural não pode ser considerado um evento que abrangeu todos os camponeses do município, pois, além destes não possuem conhecimentos sobre sindicalismo, as informações sobre a fundação do STTR de Cametá não foram difundidas, sendo poucos aqueles que sabiam do evento. Sobre a questão Luiz Gonzaga, conhecido como Zé Capina, informou que embora tivesse conhecimento de que no dia 14 de fevereiro de 1974 foi fundado o Sindicato não tinha clareza da importância daquele movimento. Relata que vinha passando de viagem no dia da fundação na casa de Airton Miranda Carvalho da Costa, quando observou um grupo grande de pessoas, provavelmente chegada a umas 500 pessoas, sendo que indagou sobre o que estava acontecendo. Foi, na verdade, a primeira reunião que teria participado e se tratava da assembléia de fundação do sindicato sem saber mais ou menos o que estava fazendo no local. Para Zé Capina, assim como para muitos outros trabalhadores rurais que estavam no evento, estes estavam muito mais motivados pela possibilidade de obter algum auxílio, é o que chamava de “força do assistencialismo”.

As considerações de Zé Capina, parecem revelar uma característica comum ao contexto de criação dos sindicatos de trabalhadores rurais no Estado do Pará da década de 1970, ou seja, estas entidades sindicais estavam “fortemente ligadas a uma política

de colonização e sob a tutela de um Estado fortemente autoritário” (SOUZA, 2002, p. 121). No caso, tratava-se de um sindicalismo rural, estimulado no contexto da Ditadura militar, que apresentava uma dupla caracterização, ou seja, ao mesmo tempo em que geria serviços públicos destinados aos trabalhadores rurais, como saúde e previdência, que iam ao encontro dos interesses desses trabalhadores, também cumpria uma estratégia do governo militar de manter o controle sobre os agricultores sindicalizados.

Como apontamos anteriormente os sindicatos brasileiros e, por conseguinte, do Pará, na década de 1970, encontravam-se sobre a tutela do governo militar. Esse controle se efetivava através do já existente Ministério do Trabalho que expedia as cartas sindicais que davam aos sindicatos a “liberdade” de atuação. Paolo (1986, p. 47-48) ao explicar a relação entre a atuação dos estivadores do Pará e o movimento sindical no Brasil destaca que a modernização e aperfeiçoamento dos órgãos de administração do Estado brasileiro direcionavam o Ministério do Trabalho a controlar todas as ações relativas às questões trabalhistas. Junto ao Ministério do Trabalho, a Secretaria de Trabalho era quem cuidava de toda a parte relativa às questões sindicais. Na área das Delegacias Regionais do Trabalho – nível estadual – estava a Divisão de Assuntos Sindicais, que controlava todos os sindicatos, averiguando sua compatibilidade e fiscalizando o processo eleitoral.

O processo acima descrito levou o STTR de Cametá a ter seus trabalhos oficializados somente em 1975, um ano após sua fundação, quando receberam a carta sindical que legalizava suas atividades perante o Ministério do Trabalho. Neste período que data de sua fundação ao recebimento da carta sindical não se observa a existência de documentação na entidade, principalmente as atas das reuniões realizadas em 1974, o que segundo seu Orlando, ex-presidente do Sindicato, isto se justificava pela ausência de livro oficial e da pouca importância que então se dava “aos papéis, que pouco valia, quando se comparava a palavra [falada] dos que estavam ali [no momento de fundação do sindicato]”.

A primeira eleição do STTR de Cametá ocorreu em 13 de janeiro de 1974, quando da realização da assembléia de fundação do sindicato, com a presença de 320 pessoas associadas. A primeira diretoria eleita foi composta pelos senhores Orlando de Jesus Rodrigues (presidente), Veriano Gomes da Fonseca (vice-presidente), Manoel Maria Louzada (secretário), Júlio Wanzeler (tesoureiro), Bernardo Amaral (segundo tesoureiro). Há de se ressaltar que esta diretoria que ficou a frente do Sindicato tinha a função de organizar os serviços do FUNRURAL.

No início de sua atuação o STTR-Cametá não possuía um prédio próprio, tendo como sede provisória o Círculo Operário, que cedeu o espaço para criação de um pequeno escritório. Eram instalações simples que, segundo o senhor Domingos da Silva Furtado, não permitia que se realizassem reuniões, pois não acomodava os trabalhadores rurais já sindicalizados. A princípio se pensou em comprar um terreno para construção de sua primeira sede própria, no entanto não houve possibilidade, pois muitos entendiam que era muito mais importante adquirir um prédio já pronto para sediar principalmente as atividades administrativas do sindicato. Esta situação teria motivado o na época presidente Orlando de Jesus, em 1976, para a compra de um prédio localizado na Rua Frei Cristóvão de Lisboa.

Este primeiro momento de atuação, o STTR-Cametá trabalhou colaborando com o governo nos serviços de aposentadoria e dos serviços de saúde. Sobre este período o senhor Domingos da Silva Furtado não se furta a dizer que se trata de um momento em que o trabalho de cuidar da saúde do sindicalizado era tarefa da diretoria do sindicato. No caso eram encaminhados os pacientes para o hospital das “filhas das irmãs da Caridade”, através de uma guia preenchida e fornecida pelo sindicato. “Quando a pessoa [precisava] ficar internada, [dava-se] uma guia de internamento”, relata o senhor Domingos da Silva Furtado. Mas não era só isso, o sindicato atuava ainda em parceria com o FUNRURAL, que tinha uma agência de aposentadoria. Nesse caso, a agência do FUNRURAL, em Cametá, fazia todo o encaminhamento para aposentadoria, mas quem despachava a documentação, uma espécie de confirmação de que se tratava de um trabalhador rural e que tinha tempo de trabalho para a aposentadoria, era o sindicato. O sindicato tinha, em média, 120 dias para fazer uma sindicância, ou seja, verificação da idade do trabalhador, se de fato tinha como atividade de trabalho principal a agricultura e a verificação de que tempo atuava na lida com a terra. Depois o presidente do sindicato assinava e carimbava a documentação despachando e confirmando a legalidade das informações, assegurando-se assim que o pedido de aposentadoria fosse atendido.

Lembrando-se desse período, o senhor Domingos da Silva Furtado dizia que naquela época tinha deixado muita gente aposentada, embora os critérios definidos pelo FUNRURAL não fossem totalmente atendidos. Informa que mesmo assim assinava os documentos. Não se tratava, segundo senhor Domingos Furtado, de ser ilegal, mas era uma forma encontrada em “ajudar os companheiros” de forma assegurar um final de

vida melhor, tendo uma renda que pudesse ajudar na compra de mantimentos para complementar aquilo que conseguiam com a agricultura.

O STTR de Cametá funcionava, como se observa, como uma entidade colaboradora do governo federal, cumprindo funções típicas de um órgão estatal, tratando-se, portanto, do que Boito Júnior (1991) e Rogge (1996), estudiosos do processo de formação das organizações sindicais no Brasil, chama de “sindicalismo de Estado”, ou seja, sindicatos atrelados ou controlados pelo governo.

Este atrelamento ao Ministério do Trabalho, tanto dos sindicatos trabalhistas como patronais, que caracterizava estas entidades como sem liberdade de organização, de direção ou de atuação, estava expresso nas normas de organização sindical. De acordo com as normatizações da época e que foram publicadas em 1984 na “Coleção Retrato do Brasil”, os sindicatos, federações, e confederações se constituíam como órgão auxiliares do Estado para promover a paz social e atividades assistencialistas, sendo que somente poderiam funcionar depois de obterem uma carta de reconhecimento do Ministério do Trabalho.¹⁶ Nesse caso, para que uma entidade pudesse ser reconhecida como sindicato era preciso elaborar um estatuto com o modelo fornecido pelo Ministério do Trabalho, sendo que este ministério poderia anular quaisquer atos da diretoria, do conselho fiscal ou da assembléia geral de uma entidade sindical.

Como se observa, a legislação sindical era utilizada como instrumento de controle dos sindicatos pelo governo brasileiro, através do Ministério do Trabalho. Com a criação do Plano de Valorização Sindical, em 1970, que obrigou os sindicatos a firmarem convênios com o Instituto Nacional de Previdência Social – INPS, a prestação de serviços médicos a seus associados, tornou estas entidades sindicais ainda mais funcionais à estratégia do governo brasileiro de ter o sindicato como instrumento de promoção da assistência social. No caso de Cametá, esta situação foi acatada sem grandes resistências por lideranças camponesas e pelas entidades que assessoravam os trabalhadores no processo de criação do sindicato.

Este cenário apontava, ainda na década de 1970, como o STTR de Cametá tornando-se o principal instrumento de assistência aos trabalhadores rurais, sendo inclusive encarregado de encaminhar, como já observamos anteriormente, os processos de aposentadoria e responsável pelo serviço de saúde destinado aos trabalhadores rurais. Isto permitiu ao sindicato que desfrutasse de um grande poder agregador dos

¹⁶Coleção Retrato do Brasil, 1984, encarte nº 18, p. 107, citado por: SOUSA, 2002, p. 130.

trabalhadores rurais, obrigando setores dominantes locais a manter uma relação de colaboração com o sindicato, através de convênios com entidades governamentais, em troca de apoio do sindicato, principalmente em momentos eleitorais.

Sobre a questão o ex-presidente do Sindicato, o senhor Domingos da Silva Furtado revela que na época em presidia que o sindicato chegou a assinar convênios com a SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia), com a intermediação do deputado Gerson Peres. Na época conseguiu Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros), que foi utilizado, segundo Domingos da Silva Furtado, na reforma do prédio sede da entidade e na compra de ferramentas. Outro caso também revelador das relações entre o sindicato e os grupos políticos locais é também revelado pelo senhor Domingos Furtado. Para o ex-presidente do sindicato, a prefeitura, através do senhor Mocbel, então prefeito de Cametá, também havia se mostrada colaboradora, pois havia conseguido conversar com o senhor Gerson Peres sobre a necessidade de doação de uma ambulância para o sindicato. Esta foi conseguida através do então governador Jarbas Passarinho, o que demonstrava certa relação de barganha de algumas vantagens entre o sindicato e os setores dominantes da política local, como já apontaram as reflexões anteriores.

Estas relações entre os grupos dominantes locais e o sindicato, que buscavam manter um controle sobre os trabalhadores rurais por políticos da região, se estabeleciam através de um apoio a diretoria com a prática de doação de equipamentos e recursos financeiros para as atividades sindicais. De acordo com Manoel Maria, ex-secretário do sindicato, muitos líderes sindicais acabavam aceitando o apoio de deputados, principalmente do senhor Gerson Peres para ganhar as eleições no sindicato. Sobre esta questão o senhor Orlando de Jesus, filiado ao MDB e primeiro presidente do STTR de Cametá, o deputado Gerson Peres sabia da importância do sindicato e quantos agricultores reuniam naquele momento, uma média de três mil sócios. No entanto, ainda segundo o senhor Orlando de Jesus, na época em que esteve na diretoria não aceitou qualquer acordo, principalmente com os políticos ligados a ARENA, como por exemplo, o senhor Gerson Peres.

Dependendo do posicionamento das lideranças sindicais quanto à atuação dos políticos locais o sindicato poderia ser atendido com alguns benefícios. Durante a presidência do senhor Domingos Furtado, conforme depoimento do senhor Moraes, o sindicato recebeu auxílio direto do deputado Gerson Peres, como a já citada ambulância. Durante o processo de eleições no sindicato, se observava que a atuação dos políticos

locais assumia grande conotação e influência na escolha da diretoria sindical, prevalecendo os candidatos apoiados pelo governo local. No caso, eram utilizados métodos ilícitos para obter o número de votos necessário, sendo o principal deles o uso de dinheiro para que os agricultores sindicalizados pagassem os meses atrasados no sindicato e conseqüentemente adquirissem o direito de voto. Isto se devia aos critérios eleitorais que definiam que somente os sócios que estivessem com o pagamento das mensalidades em dia, podiam votar na escolha da nova diretoria.

Sobre o episódio anterior a fala do senhor Orlando é bastante significativa. Afirmava que “o deputado Gerson Peres tinha interesse em ganhar a direção sindicato”, para isso “as pessoas que eram dele, lá de dentro [do sindicato], por exemplo, um tesoureiro, um secretário, recebia dinheiro pra quitar sua dívida no sindicato e ainda repassavam para outros sócios que apoiassem o candidato indicado pelo deputado”.

Ao que se observa, o poder agregador do sindicato junto aos trabalhadores rurais despertava interesse dos políticos locais, o que levava esses grupos dominantes a manter uma relação de colaboração com o sindicato, inclusive viabilizando convênios com entidades governamentais, em troca de apoio do sindicato em outros momentos, principalmente eleitorais.

A atuação do FUNRURAL junto ao Sindicato, e a relação que a entidade estabelecia com setores dominantes locais, sofriam críticas de membros integrantes do Partido dos Trabalhadores (PT) e ainda na década de 1970 de filiados ao MDB, como José Otávio de Barros, que definia essa entidade como assistencialista. Esta atribuição era firmemente combatida pelos integrantes da primeira diretoria, como o senhor Orlando, que justificava esse comportamento do sindicato como resultado do momento em que vivia essas organizações de trabalhadores, sem qualquer possibilidade de autonomia. Destacava que na época, além da repressão sofrida pelas lideranças sindicais, o sindicato não era autônomo, pois era regido por uma carta que o Ministério do Trabalho concedia, mas que limitava a atuação da diretoria, pois, toda a atuação das lideranças sindicais precisava ser justificada ao Ministério, pois se corria o risco de que os diretores do sindicato fossem cassados em seu mandato, sem contar que podiam ser considerados subversivos.

Voltando a apresentar as principais ações assistencialistas das primeiras diretorias do STTR de Cametá, observa-se que a grande preocupação consistia em fornecer as condições mínimas de atendimento médico aos trabalhadores rurais. Segundo Ezequias, ex-tesoureiro da entidade, não apenas a diretoria estava preocupada

que este serviço de saúde fosse oferecido aos trabalhadores sindicalizados, como a filiação sindical foi motivada pela capacidade do sindicato em se apresentar como o “meio menos complicado” de conseguir um atendimento médico, uma vez que os serviços de saúde oferecidos no município de Cametá eram bastante precários.

Ainda em 1976 o sindicato contrata um médico particular para oferecer serviços de consulta aos filiados. Segundo o senhor Raimundo Moraes, ex-secretário do Sindicato, tratava-se do senhor Mimmon Egrabh, médico que já atuava no município, mas que, a partir de então se dedicava parte do dia para atender os trabalhadores rurais, sendo o seu salário pago pelo próprio sindicato. Ainda segundo seu Raimundo Moraes, a presença do atendimento médico no sindicato funcionava como uma estratégia para estimular o pagamento regular das mensalidades, bem como visava à associação de mais trabalhadores rurais do Sindicato. Isto fica evidente quando se observa que em ata de reunião do sindicato, realizada em 10 de outubro de 1975, destaca que “os associados serão atendidos [no caso do atendimento médico] mediante apresentação do talão de quitação do respectivo mês”.¹⁷

Outra área de atuação do STRC estava associada à função de solucionar os problemas fundiários em que se envolviam algum dos sindicalizados. A intenção com estas intervenções, que se caracterizavam muito mais com tentativa de acordos mediados pelas lideranças sindicais, era impedir conflitos decorrentes de ocupações de terras dos trabalhadores rurais, apaziguando disputas e buscando um consenso entre as partes envolvidas. De acordo com o senhor Moraes, ex-secretário do Sindicato, quase sempre esses conflitos envolviam disputas por porções de terras, retirada de madeira de terrenos de vizinhos ou confrontantes, roubos de produtos agrícolas e animais, ou danos às plantações causados pela entrada de animais nos roçados. Um caso emblemático da atuação do sindicato como mediador dos conflitos envolvendo os trabalhadores rurais sindicalizados, foi citado em um relatório de 24 de janeiro de 1976. Conforme informado, um dos envolvidos se comprometeu a indenizar o seu confrontante no valor equivalente a Cr\$ 700,00 (setecentos cruzeiros) em moeda corrente, uma vez que seus animais haviam entrado na roça de vizinho danificando algumas plantações de mandioca e milho.¹⁸

Para mediar esses pequenos conflitos, o senhor Raimundo Moraes informou que o sindicato contratou com recursos próprios um advogado para auxiliar nos

¹⁷*Livro de Ata de Reuniões do STTR de Cametá*, em 10/10/1975.

¹⁸*Relatório do Sindicato dos Trabalhadores Rurais* de 24 de janeiro de 1976.

problemas fundiários e nas pequenas querelas envolvendo esses agricultores, o que teria sido muito bem aceito entre os associados. A presença de um agente jurídico não apenas servia, segundo senhor Raimundo Moraes para mediar os conflitos, mas foi importante, pois, principalmente nas reuniões, os sindicalizados começarem a perceber que estes eram portadores de alguns direitos que até então desconheciam, o que dava maior segurança aos sindicalizados e as próprias lideranças sindicais de que podiam recorrer junto à estância judiciais no sentido de que os seus direitos, que embora fossem ainda bastante limitados, fossem assegurados.

O STTR de Cametá também se mostrou mediador nas questões de cunho econômico que envolvia os lavradores. Em 29 de novembro de 1975 foi registrada em ata da Assembléia Geral Extraordinária a necessidade de que o sindicato solucionasse o “problema de marreteiros de farinha de mandioca”. No caso, fazia referência ao aumento do preço do produto, sendo que o entendimento era que os atravessadores, também chamados de “marreteiros”, ou seja, quem comprova a farinha dos agricultores e vendiam para os comerciantes de Cametá eram os grandes responsáveis pela elevação dos preços. Para solucionar o problema, alguns defendiam que o sindicato comprasse toda a farinha dos lavradores e criasse uma equipe de vendedores para comercializar na feira e o lucro que, até então ficava com os marreteiros ou atravessadores, seriam então apropriados pelo sindicato.¹⁹

Muitas outras demandas eram trazidas pelos trabalhadores rurais com a expectativa de que fossem resolvidas pelo sindicato, questões que como observamos ia além da capacidade de atuação do Sindicato e que na verdade eram de competência das autoridades públicas. Um caso para exemplificar esta situação é o que se registra na ata de reunião da Assembléia Geral Extraordinária realizada em 29 de março de 1980 na sede do sindicato. Na época alguns sindicalizados solicitavam que o sindicato resolvesse o problema de crianças nas comunidades rurais que estavam sem freqüentar a escola. Diziam que existiam muitas crianças analfabetas por falta de escola, e para resolver esta situação solicitava que o sindicato pudesse construir escolas para atender os filhos de agricultores, o que foi entendido pela assembléia que era solicitação que o sindicato não teria condições de atender.²⁰

As reuniões, principalmente assembléias gerais tornavam se, de fato, um espaço oportuno para se discutir uma série de problemas que envolviam os

¹⁹Ata da Assembleia Geral Extraordinária do STTR de Cametá de 29/11/1975.

²⁰Ata da Assembleia Geral Extraordinária dos STTR de Cametá de 29/03/1980.

trabalhadores rurais. Bolsa de estudos, documentação para efeito de título de posse de terra, reuniões com autoridades, orientação aos associados para contribuição sindical e fixação do pagamento de assistência social eram algumas das muitas questões tratadas nesses encontros. No entanto, é importante ressaltar que estas reuniões, apesar das limitações, ajudavam a consolidar o sindicato como instituição capaz de representar os trabalhadores rurais em Cametá e consolidar o papel das lideranças sindicais que se formavam.

As limitações a que nos referimos estão associadas à possibilidade de crítica a atuação governamental, por exemplo, ou o próprio Regime Militar. Assim, a forma como transcorriam as reuniões estavam quase sempre associadas às questões estruturais da entidade e não se observava discussões no sentido de organizar manifestações, o que era até certo ponto comum, uma vez que havia uma presença permanente de representantes da Delegacia Regional do Trabalho (DRT). Para burlar esta fiscalização muitas reuniões passaram a ser realizadas nas comunidades rurais como um número reduzido de sindicalizados, o que foi importante para estabelecer uma relação mais próxima entre o sindicato e os trabalhadores rurais. Apesar dessas iniciativas o sindicato não apresentava uma atuação combativa ao governo militar, predominando ainda uma atuação assistencialista.

Nesse processo de difusão do sindicalismo rural em Cametá a atuação das lideranças sindicais era fundamental, uma vez que estavam mais próximos da população rural, convivendo e influenciando estas comunidades. De acordo com o ex-secretário Raimundo Moraes as lideranças sindicais tinham a função principal de conseguir novos sindicalizados, através do convencimento. Esta situação era facilitada com um processo de formação e aprendizado constante quanto às ações do sindicato. A fala de Manoel Maria, ex-secretário do sindicato destaca que na época não se tinha uma maior clareza do papel de atuação do sindicato. Alguns defendiam como órgão de assistência médica, previdência social e outros, que o sindicato devia atuar como uma entidade de luta e defesa, coordenação e educação dos trabalhadores na luta pelos seus direitos. A explicação do senhor Manoel Maria Louzada nos aponta para compreensão de uma formação dos líderes sindicais na época que mesclavam o conhecimento das vinculações entre os órgãos governamentais assistencialistas sendo capazes de mobilizar os sindicalizados em defesa de direitos e no combate as ações do governo militar.

CAPITULO 2: AGENTES SINDICAIS, CONHECIMENTOS E FORMAÇÃO DE LIDERANÇAS

As atividades de formação política desenvolvidas pelo STTR de Cametá, ao longo de sua trajetória como entidade é objeto de análise para se pensar a constituição de lideranças. Por conseguinte é importante analisar o processo de formação desses sujeitos enquanto grupo social vinculado a experiência de uso com a terra, procurando responder as seguintes perguntas: Quais foram as atividades vinculadas a formação dessas lideranças sindicais? Como essas atividades eram desenvolvidas? Em que espaço e em que condições ocorriam estas formações? Quais os agentes envolvidos? Que materiais didáticos e de informação faziam parte destas atividades formativas? Quais eram os eventos envolvidos nestas formações? Para um segundo momento, abordaremos sobre as práticas de formação e a percepção desses trabalhadores dentro do sindicato. Neste aspecto, duas questões parecem nortear estas análises: Como eles próprios se constituem lideranças sindicais e percebem estes espaços de formação? Que leituras fazem, hoje desses momentos?

Para responder as questões foi analisado de forma geral, os conhecimentos sociais, construídos pelos trabalhadores sindicais durante seu processo histórico de organização política por meio da entidade de classe, no caso, o STTR de Cametá e a sua vinculação com entidades civis e religiosas, compreendendo que o processo de luta, desenvolvido por eles vão de encontro com as contradições produzidas pelo capital, como destaca Gohn (2011). Neste aspecto, a construção e a ressignificação de suas atividades sociais são decorrentes da materialidade histórica produzida por esses sujeitos, como elementos que ratificam sua luta de classes e da consciência da mesma para si, empreendidas por estes a partir de sua entidade organizativa, o STTR de Cametá.

2.1 Atividades de formação política e os agentes sindicais envolvidos

A formação sindical em Cametá, contou com apoio de entidades religiosas, da sociedade civil e governamental, como apontamos em registros anteriores. Isto pode ser comprovado quando ouvimos o depoimento de algumas lideranças locais, vinculadas ao STTR de Cametá. Como exemplo, tomemos a figura do ex-presidente do sindicato, Sr. Luiz Gonzaga da Cruz, o “Zé Capina”, de 67 anos. Este ressalta que a participação de alguns “parceiros”, numa referência aos órgãos de apoio ao sindicato, como a Comissão

Pastoral da Terra – CPT, a Central Única dos Trabalhadores – CUT, Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Pará e Amapá – FETAGRI, o ITERPA – Instituto de Terras do Pará e APAAC – Associação Paraense de Apoio à Comunidades Carentes, foram fundamentais para garantir uma formação que ao mesmo tempo em que ajudava no conhecimento de direitos e leis, apresentavam instrumentos de como conquistá-los.²¹ Segundo Souza (2002, p. 121), em parte compartilhando com a posição de “Zé Capina”, destaca que a Prelazia de Cametá e a FASE – Federação dos Órgãos de Assistência Social e Educacional, foram as duas entidades que tiveram papel decisivo para esta construção e organização.

O apoio de entidades e o processo histórico de criação e consolidação do sindicato se caracterizaram pelo papel estratégico de formação dos trabalhadores rurais e lideranças sindicais. Tratava-se de uma perspectiva educativa, que segue a estratégia formação política sindical como instrumento para garantia da organização dos trabalhadores e permanente ações de mobilização em busca de novas conquistas. No caso, correspondia a uma estratégia de assegurar a apropriação de conhecimentos e de como atuar como liderança, até a formação profissionalizante, ou seja, as chamadas capacitações técnicas, geralmente de curta duração, como os grupos de estudos de base, que são capacitações à distância de jovens e demais trabalhadores e trabalhadoras rurais, repassadas pelo Programa Jovem Saber, produzida pela CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. Neste aspecto, observa-se ainda, de forma inicial, que a educação proposta, na qual, era resultado de uma mediação entre os interesses do sindicato e os interesses das entidades que os apoiavam, resultou em uma formação, que em primeiro momento estava pautada na luta em defesa do sindicato, nas mobilizações, nas ações coletivas, quanto na formação profissional, voltada para atender demandas do mercado de trabalho e para capacitação para o emprego formal.

Nas palavras do Sr. Benedito Pantoja dos Santos, “Beneditinho”, filiado ao sindicato a 40 anos, este informa que a igreja Católica teve papel relevante na formação desenvolvidas dentro do STTR de Cametá. Esta atuação tinha o objetivo de auxiliar os trabalhadores na construção da consciência de seus direitos como lavradores, na conquista de novos direitos e no reconhecimento de que o sindicato era a entidade que deveria representar os trabalhadores rurais. Ainda sobre a questão, o entrevistado

²¹Entrevista com Zé Capina, ex-presidente do STTR de Cametá, junho de 2015.

reafirma que a formação que recebera dentro do movimento sindical foi fundamental para a construção de sua vida, como expressa o trecho a seguir:

[...] fazíamos cursos no IPAR [Instituto de Pastoral Regional], que estes cursos e tantos outros serviram como alicerce não somente para mantermos na luta, mas na construção da família. São conhecimentos que nos alerta a ter dignidade, que guardamos para uma vida toda, que repassamos para nossos filhos [...] nos ajuda a encarar o sistema que nos oprime, a saber distinguir o que é bom e ruim.²²

De acordo com Brandão (2007), nas comunidades humanas, onde ainda não se observa uma rigorosa divisão social do trabalho entre classes desiguais, ou onde o exercício social do poder não foi centralizado por uma classe como um Estado, existem ações educativas que não se desenvolvem nos espaços da escola, nem tem a escola como lócus da aprendizagem. Existe a aprendizagem, no entanto, não se observa um ensino especializado e formal (BRANDÃO, 2007, p.32). Esta reflexão parece ser fundamental quando pensamos os processos formativos e educativos construídos nos espaços sindicais, pois são evidências de experiências de ensino que extrapolam o espaço escolar.

Considerando as reflexões de Brandão, onde a educação põe-se presente nos diferentes espaços de socialização e que constrói estratégias seguindo os interesses construídos nestas experiências de compartilhamento de valores, é possível afirmar que a concepção pedagógica e política, que sustentam as atividades formativas no STTR de Cametá foram construídas no âmbito da educação popular, pelas matrizes discursivas associadas principalmente à Teologia da Libertação.

Ainda se observa na fala de “Beneditinho”, quando se lembra da formação recebida através de cursos repassados pelo IPAR – Instituto de Pastoral Regional²³, ligado a CNBB – Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, esta estreita ligação entre a educação popular e a formação de lideranças. Destaca a formação de lideranças sindicais e populares porque além de participar do sindicato desempenhava a função de

²²Entrevista com Benedito Pantoja dos Santos, membro do STTR de Cametá, junho de 2015.

²³O IPAR funcionava e ainda funciona como um centro de formação ligado a CNBB. É pertencente ao Regional Norte II, que envolve os Estados do Pará e Amapá. Criado em 1973 pelos bispos do Regional Norte II em Belém; nos movimentos de bairros e nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que objetivavam o melhoramento das condições de vida em questões mais específicas da região ou a transformação social, com os questionamentos às condições existentes no Brasil. Os setores progressistas visavam uma reformulação da prática religiosa, o que eles chamaram de “opção prioritária pelos pobres”. Segundo estes, a igreja Católica deveria empreender uma ação evangelizadora voltada para uma ação social, uma reflexão sobre os problemas comunitários e a busca por mudanças sociais (SANTOS, 2012, p. 283).

animador nas Comunidades Cristãs. Isso demonstra a ligação, neste período, entre a igreja Católica e a luta dentro do sindicato. Os animadores das Comunidades Cristãs, eram escolhidos pela própria comunidade, era um comunitário com mais experiência, responsável por uma área, ou um distrito, composto por várias comunidades. Todavia, sua função era visitar regularmente essas comunidades, verificando o seu desempenho, estimulando e articulando a ação pastoral das lideranças. Eles recebiam formação teológico-pastoral através de cursos oferecidos e ministrados pelo IPAR, promovidos anualmente, além de muitos outros realizados pela própria Prelazia de Cameté e suas paróquias.²⁴

Como já apontamos anteriormente, nos últimos 40 anos o município de Cameté foi marcado por uma organização social que abrangeu diversos setores da sociedade nos quais se destacam a organização associadas à Teologia da Libertação através das CEB's – Comunidades Eclesiais de Base da igreja Católica, que especificamente na Diocese de Cameté, são intituladas de Comunidades Cristãs²⁵, destacando sua efetiva contribuição no processo de formação de lideranças políticas sindicais, como registramos.

As Comunidades Cristãs construíram uma expectativa de sinal de mudanças na perspectivas de vida das classes populares, principalmente as que ocupavam o interior do município de Cameté, desprovidas de ações governamentais que assegurassem mínimos benefícios. Em sua vivência e atuação social foram concretizados valores que constituíram os alicerces de dignidade, como os princípios vinculados a participação social, fraternidade e direitos humanos. Com as mudanças trazidas a partir do Concílio Vaticano II (1962), considerado um marco no processo de renovação da ação pastoral da Igreja Católica, foram dados passos importantíssimos para uma *igreja* mais humilde, servidora e pobre, quebrando assim, a visão de igreja conservadora descomprometida com as questões sociais (FAVACHO, 1984, p. 92).

De acordo com Silva (2016, p. 116) as Comunidades Cristãs criadas em 1969 na Prelazia de Cameté, equivalem as CEB's, por desenvolverem trabalhos semelhantes,

²⁴Orientação e Diretrizes dos Animadores das Comunidades Cristãs da Prelazia de Cameté, aprovada oficialmente no dia 24 de jan/1993 (Arquivos da Diocese de Cameté).

²⁵As Comunidades Cristãs (na Diocese de Cameté) foram criadas em 1969, referenciada pela (Conferência de Medellín em 1979) como “célula inicial da estrutura eclesial e foco de evangelização e, fator primordial da promoção humana e do desenvolvimento [...]”. Através de suas estruturas democráticas os comunitários se organizaram e se engajaram nas lutas sociais e políticas. Todavia, foram esses mesmos trabalhadores rurais ligados as CC's, que se tornaram lideranças e organizaram a oposição sindical na década e 1980. Foi também nesse mesmo período que passaram a apoiar e fazer parte do Partido dos Trabalhadores – PT, fazendo oposição aos grupos políticos que detinham o poder no município na época (SOUSA, 2002, p. 110).

não havendo a necessidade de trocar as denominações, uma vez que em sua essência elas equivalem-se. As Comunidades Cristãs a partir da década de 1980 representaram um dos principais espaços para a formação de lideranças populares que passaram a atuar, juntamente com as entidades sindicais na região do vale do Tocantins.

A Teologia da Libertação, defendida por teólogos progressistas, ajudaram as Comunidades Cristãs a marcar seus passos na opção preferencial pelos pobres, na atuação política em defesa dos direitos dos índios, dos posseiros, dos movimentos sociais, pela anistia e encontrasse nelas um vínculo de pedagogia popular, de conscientização política e de contestação ao sistema capitalista (BOFF, 1989, p. 98).

A partir da formação das Comunidades Cristãs em 1969, Silva (2016, p. 117) informa que houve a necessidade de organizar os cursos de formação de lideranças religiosas, que em parte se constituía como liderança política local. Participava desses encontros, “gente simples”, da comunidade. Para esta autora, o perfil para ser um bom animador de comunidade, ao destacar o relatório das conclusões do encontro dos animadores, deveria ser de alguém de “fé vivida, e de uma doação sincera que tivesse o poder de aglutinar o restante das comunidades e fosse confiante aponto de conquistar a simpatia do povo”.²⁶

O que se observa, é que as Comunidades Cristãs demandou a criação de cargos de animadores de comunidades, que aos poucos, tornou-se um vínculo muito próximo entre a Igreja e as comunidades cristãs. Neste aspecto, os animadores, como o próprio o nome diz possuía a função de animar e organizar as comunidades, resolver suas problemáticas, participar de encontros de formação para melhorar sua atuação e promover a união das comunidades cristãs com a população simples e os padres, em um movimento que unia a idéia de formação religiosa e atuação política na busca por melhores condições sociais.

Estes agentes de vinculação entre os interesses da igreja Católica e das comunidades rurais, para assegurar uma melhor atuação, participaram de vários cursos de formação política, como foi possível identificar no encontro de animadores que ocorreu nos dias 23 e 24 de março 1982. Estes cursos, do ponto de vista metodológico, utilizavam a alegoria que vinculava o sistema capitalista como uma árvore da maldade. Este era associado a toda a dinâmica de exploração contra os menos favorecidos. Tratava-se, portanto, de uma estratégia em que a iniciativa era buscar demonstrar os

²⁶Relatório de 5º Encontro de Animadores da Prelazia de Cametá de 09 a 12 de julho de 1984.

motivos que levavam os trabalhadores a uma condição de oprimido, assim como as explicações que levam a miséria da população e a exploração de um grupo sobre o outro. Ao associar o capitalismo às condições de pobreza da maioria da população a perspectiva era que estes indivíduos em formação não apenas tomassem conhecimento das suas condições de exploração, mas que estas estavam vinculadas a um sistema de controle dos grupos dominantes. No caso, buscava demonstrar que a superação desta condição estava vinculada a derrubada do sistema capitalista e da classe dominante que manipulava o sistema.²⁷

Do ponto de vista do conteúdo destes cursos, ao fazer uma análise da conjuntura do Brasil nesse período (década de 1980), a proposta era que os animadores percebessem que já havia muita opressão, desde o Brasil Colônia. O domínio sobre os índios, os grandes fazendeiros e suas ações de exploração, incluindo a escravidão, foram questões presentes nestes estudos. Tratava-se de uma forma de demonstrar, não apenas as diferentes formas de exploração, mas que elas faziam parte do próprio processo de formação da sociedade brasileira. Era um modelo de formação que buscava inserir os formandos na própria dinâmica dos conhecimentos que estavam se apropriando, dando maior significado ao que apreendiam.

No dia 23 de março de 1982, ainda no encontro, os animadores passaram a ter atividades em que o objetivo era conhecer melhor o que era o “tal sistema capitalista”. No caso, perceberam que era um “jeito” que os grandes proprietários rurais e setores dominantes da sociedade tinham de “sugar as suas forças”. É notável a forma didática que os animadores tinham acesso as questões políticas e principalmente ao que concerne a conjuntura e seus desdobramentos, e até mesmo a forma de conscientização de lutas de classes que estes iriam formando. Tratava-se da utilização de imagens, desenhos e esquemas explicativos, assim como apresentações dramáticas. Ao conhecer o tal capitalismo selvagem, foram induzidos a formarem a árvore do mal, que representava as estratégias que o capitalismo encontrou para oprimir o trabalhador, e “descobriam” também o modo como a mesma poderia ser derrubada.²⁸

Ao observamos, de forma mais atenta o relatório do 3º encontro de animadores, em 1982, em um segundo momento se observa uma discussão que se desenrola em torno da idéia de um sindicato livre e de sua importância para a luta dos trabalhadores rurais. Segundo os participantes da reunião, este debate já não era novidade, mas foi

²⁷Relatório do 3º Encontro de Animadores da Prelazia de Cameté em 23 e 24 de março de 1982.

²⁸*Ibidem.*

positivo, pois ajudava na organização contra os aparatos opressores, principalmente as agências de governo como o ITERPA, que pouco fazia para beneficiar os proprietários de terra quanto à regulamentação de suas posses. No caso das ferramentas de organização para derrubar a árvore do mal, o “capitalismo selvagem”, apontavam o partido político que simbolizava o machado, no entanto entendiam que devia ser um partido formado pelos trabalhadores e que tivessem entre seus integrantes os próprios agricultores. Outra ferramenta para derrubar a árvore do capitalismo era o sindicato livre, simbolizado pelo terçado, além das Comunidades Cristãs, representadas pela enxada.²⁹ Observa-se que as ferramentas para derrubar a “árvore do mal” são instrumentos de trabalho do cotidiano dos animadores, esse foi o meio encontrado para que os animadores entendessem o capitalismo e suas implicações no cotidiano, demonstrando assim a necessidade de se organizarem.

Os animadores, como já foram mencionados, eram trabalhadores rurais, pessoas simples, mas que envolvia no seu “afazer” toda a família. Isto foi observado no encontro das esposas e esposos dos animadores ocorrido entre os dias 24 e 27 de outubro de 1988, que tinha como tema a situação dos animadores junto as suas esposas, qual a opinião das mesmas a respeito do trabalho dos seus esposos e como poderiam atuar na luta em defesa dos agricultores.³⁰ Neste encontro ficaram evidentes as necessidades dos recursos materiais, a ausência da força de mão-de-obra do animador que se afastava do trabalho para cumprir seu dever. As mulheres, no entanto, não deixavam de expressar a falta destes homens na agricultura, pois a produção agrícola ficava comprometida. Porém as esposas dos animadores ficavam satisfeitas em saber que o trabalho do companheiro era importante na comunidade e no desenvolvimento do trabalho da igreja.³¹

As observações anteriores evidenciam que a formação dos animadores está diretamente associada à questão da formação de lideranças, pelo menos no setor de domínio da Prelazia de Cametá. Neste aspecto, muitos destes animadores enveredaram pelo caminho da política partidária como foi o caso do Zé Capina, que se tornou vereador na cidade de Cametá muito em função de sua atuação como animador e como membro do STTR de Cametá. Outros sindicalistas e animadores atuaram diretamente na conquista dos sindicatos que estavam sob o comando de lideranças vinculadas aos

²⁹*Ibidem.*

³⁰*Relatório do 8º Encontro de animadora e seus esposos da Prelazia de Cametá entre 24 e 27 de outubro de 1988.*

³¹*Ibidem.*

interesses dos governos estaduais e municipais nas cidades de Cametá, Oeiras do Pará, Limoeiro do Ajurú e Baião.³² Para este movimento, chamou-se de “tomada dos sindicatos das mãos dos pelegos”, uma ação que foi protagonizada, como se observa, por aqueles que se constituíram lideranças políticas pela via das ações formadoras presentes nos encontros de animadores.

A formação espiritual e política, como se observa, não apenas foi uma peça chave no processo de formação dos animadores, mas também é uma ação na formação de lideranças que passam a atuar no interior dos sindicatos, como poderá ser verificado no relatório do encontro dos animadores da Prelazia de Cametá, realizado no seminário São Vicente de Paulo, no bairro da Aldeia nos dias 24 a 27 de setembro de 1981, em Cametá. Na formação dos grupos de discussões, fé e política embora apareçam como questões diferenciadas, constituem como ações necessárias a vida e se completam. Neste aspecto, a política é tão importante quanto à fé, pois resolve o problema da sociedade, destaca o relatório³³.

A partir da análise de alguns dos encontros de animadores podemos, não apenas começar a entender qual foi a linha de formação ideológica que a igreja progressista de Cametá forneceu a seus líderes comunitários, fazendo-os entender a importância da política no seu cotidiano, mas também perceber o perfil de formação das lideranças políticas que passaram a atuar no STTR de Cametá. Isto pode ser exemplificado na conjuntura e análise histórica que foram fornecidas pelas palestras do Padre Inácio no dia 27 de setembro de 1981. Na oportunidade, o mesmo discutiu a respeito da conjuntura política do Brasil até o período de meados 1980, o que segundo os animadores despertou as idéias para partirem para um trabalho mais eficiente, pois não apenas começaram a compreender a realidade que os cercava, como ainda serviu para definir as estratégias de luta para transformar esta realidade.³⁴

A influência da Teologia da Libertação na Prelazia de Cametá se fez sentir de maneira prática através de algumas iniciativas tomadas pelo corpo clerical como os projetos agrícolas familiar, as cantinas comunitárias, o total apoio ao dia do trabalhador, apoio ao movimento dos desapropriados, o incentivo pela criação do Partido dos

³²Relatório do 6º Encontro de animadores da Prelazia de Cametá ocorrido nos dias 22 a 24 de abril de 1985, realizado no seminário da aldeia Cametá.

³³Relatório do 2º Encontro dos animadores da Prelazia de Cametá do Tocantins ocorrido nos dias 24 a 27 de setembro de 1981.

³⁴*Ibidem*.

Trabalhadores em algumas cidades da Prelazia e finalmente a luta pela conquista da direção dos sindicatos.³⁵

A luta pela tomada dos sindicatos aparecia, neste contexto, como de fundamental importância para que os projetos agrícolas e o direito dos trabalhadores rurais fossem mais bem definidos, uma vez que segundo os trabalhadores o “sindicato pelego” não estava defendendo como deveria o direito da categoria.

Os conflitos em torno da posse e permanências na terra estão também associados à tomada dos sindicatos de trabalhadores rurais na região de Cametá, pois estes, como já foram citados, não estava atendendo as necessidades da categoria, uma vez que reduziam suas ações apenas para promover assistência a saúde e a aposentadoria dos lavradores. O descaso com a defesa da categoria em questões como a posse da terra, foi responsável por uma campanha, sendo que esta foi apoiada principalmente pela igreja progressista de Cametá, em favor da tomada dos sindicatos.³⁶

Um caso exemplar pode ser observado em um dos informativos mensais da Prelazia de Cametá em que destaca a matéria com tema “Terra Nossa”. Neste informativo seu editor argumenta sobre o pouco interesse do governo pela defesa dos trabalhadores e faz um apelo urgente, que se repetem várias vezes em outros informativos da década de 1970, para que cada lavrador providenciasse de arranjar documentos pessoais e vinculados à posse da Terra, uma vez que estes eram essenciais para conquistar direitos sobre a terra onde trabalhavam, destacava a matéria.³⁷ Estas questões evidenciam a existência de campanhas da Igreja progressista, no intuito de alertar e conscientizar os trabalhadores da necessidade do título de terra definitivo, pois afinal de contas era um dos poucos instrumentos que os trabalhadores rurais possuíam para defender seus direitos contra os latifundiários.

O que se observa é que os sindicatos, que por natureza deviam proteger e defender o pequeno proprietário e lavradores pobres contra os latifundiários e empresários agrícolas, muitas vezes fugiam desta obrigação. Neste aspecto, o encontro dos bispos do Brasil em Itaici, ocorrido em 1979, não apenas discutiu sobre a atuação dos sindicatos rurais, como ainda da necessidade de formação de líderes políticos. Este encontro resultou num documento do qual uma das prerrogativas foi destacar a força do sindicato livre e a importância da conquista destes pelos trabalhadores, assim como do

³⁵Relatório do 6º Encontro de Animadores da Prelazia de Cametá dos dias 22-24 de abril de 1985, realizado no seminário da aldeia.

³⁶Relatório do Encontro de Padres e Animadores da Prelazia de Cametá de 24 a 27 de setembro 1981.

³⁷Informativo Nº 4 de julho de 1979 da Prelazia de Cametá.

papel da igreja neste processo.³⁸ Para este documento não haveria verdadeiro desenvolvimento rural, sem participação livre, consciente e responsável dos agricultores. Assim, o sindicalismo deveria ser incentivado e fortalecido, com suas autênticas lideranças e atendidas suas justas reivindicações, não só quanto à reforma agrária, legislação rural trabalhista e previdenciária, mas também quanto ao próprio enquadramento e estruturação do sindicalismo rural.

O documento elaborado pelos bispos do Brasil em Itaci destacou ainda a necessidade de maior atuação das prelações em torno da tomada dos sindicatos, do que se chamava de “pelegos”, numa referência a líderes vinculados à grupos dominantes locais. Atendendo a estas orientações, ainda em 1979, em momento de visitas na comunidade de Pirarucú, pertencente à paróquia de Oeiras, se expôs a comunidade local à importância de um sindicato livre, como a verdadeira força dos trabalhadores rurais. Neste caso, era preciso a união com outras comunidades com a finalidade conseguir os objetivos que eram comuns das classes trabalhadoras. Por tanto a partir de 1979 começaram com mais intensidade as campanhas para a conquista dos sindicatos de trabalhadores rurais.³⁹ Ao observarmos o relatório de dois cursos de lideranças comunitárias, acompanhados por animadores na casa comunitária do baixo Paruru (região de ilhas do Baixo Tocantins), ocorrido do dia 22 a 25 de maio de 1980, um dos assuntos mais debatidos foi à importância da conquista dos sindicatos.⁴⁰

Como se observa é possível argumentar que nas principais cidades da Prelazia de Cametá era de extrema importância a conquista dos sindicatos, para poder haver prosseguimento “ao projeto de libertação do povo pobre”, no encontro Anilzinho III na CC de Nova América 28 a 31 de outubro de 1982 a questão sindical voltou novamente à pauta⁴¹.

Segundo o documento as diretorias dos sindicatos da região estavam atreladas à política partidária (PDS e PMDB) e a comerciantes; estavam presos aos poderosos e eram manipulados; usavam o sindicato para fazer campanha política partidária, os partidos do governo eram pelegos e estavam se opondo aos interesses dos trabalhadores, ainda havia a reclamação de que os associados não possuíam participação direta e a única coisa que possuíam eram as políticas assistencialistas. Os agricultores reunidos

³⁸ Informativo número 4 de 1979, julho, Prelazia de Cametá.

³⁹ *Ibidem*.

⁴⁰ *Relatório do Encontro dos animadores 2 a 25 de maio de 1980.*

⁴¹ *Relatório do III Encontro Anilzinho na Comunidade Cristão de Nova América, 28 a 31 de outubro de 1982.*

(com total assistência da Igreja progressista) chegaram à conclusão que deveriam montar um sindicato combativo, que defendesse o interesse da classe, as assembléias gerais deixariam de ser legalista, neste existiria uma diretoria voltada para os interesses da classe, a diretoria promovia treinamentos, reuniões, prestação de contas, o dinheiro dos associados deveria ser usado para a assistência jurídica⁴².

Ainda no mesmo documento, descrevesse os passos para se chegar a um sindicato combativo, primeiro se fazia necessário criar uma oposição, procurar se associar e convidar os companheiros de luta para o mesmo fim, e por isso se fazia necessário retirar as diretorias pelegas, fazer conscientização sindical, criar comissões e delegacias sindicais, mini-delegacias sindicais, os companheiros deveriam pagar em dia as suas mensalidades e por último não menos importante, era necessário os pequenos agricultores se unissem para tornar o sonho realidade⁴³. Em vista disso, é possível mais uma vez afirmar que desde 1970, em especial em 1979, a Prelazia de Cametá promoveu encontros com intuito de formar lideranças para também ganhar os sindicatos das cidades vizinhas a Cametá, como Mocajuba, Oeiras e Baião, mas com uma grande preocupação de que os movimentos sociais não se tornassem apenas partidários esquecendo-se dos ideais cristãos.⁴⁴

Silva (2016, p. 159) informa que no encontro Anilzinho que ocorreu no lugar chamado Nova América do dia 20 a 24 de outubro de 1982 se avaliou a atuação dos sindicatos. Neste caso, o processo de avaliação se deu em divisões de grupos que julgaram a importância, a força e o entrosamento de todos os sindicatos de oposições da região. Deste modo é possível verificar a rede de articulações, que foi se constituindo lenta e gradualmente e que os membros da Prelazia de Cametá foram organizando para ganhar os sindicatos.⁴⁵ Outro caso citado pela autora é encontro dos animadores ocorrido entre 22 e 24 de abril de 1989 que trouxe a tona as situações quanto ao movimento sindical, principalmente quanto a sua maior atuação, aumentado do número de sindicalizados e em que nível estava o processo de organização do Partido dos Trabalhadores.⁴⁶

⁴²Relatório do Encontro Anilzinho na Comunidade Cristão de Nova América entre 28 a 31 de outubro de 1982.

⁴³Ibidem.

⁴⁴Ibidem.

⁴⁵Ibidem.

⁴⁶Relatório do Encontro Anilzinho na Comunidade Cristão de Nova América entre 20 e 24 de outubro de 1989.

No informativo de abril de 1985 da Prelazia de Cametá, este destaca a situação sindical. Registra que “a nossa organização está crescendo é como um semeador que saiu para semear”.⁴⁷ Para Silva (2016, p. 159) naquele ano os encontros entre os trabalhadores completavam oito anos em que os trabalhadores se reuniam para discutir os problemas e a organização dos sindicatos. A partir desses encontros crescia em toda a região, uma consciência de organização e dessa consciência surgia à base para as oposições sindicais, que combateram o “peleguismo” e a legislação sindical da década de 70, destaca a autora.

Ainda seguindo as reflexões de Silva (2016, p. 153), esta registra que nos oito anos a experiência havia se espalhado. Informa que no mês de fevereiro de 1985 nas eleições sindicais em Bagre, os pequenos lavradores conseguiram eleger os seus candidatos sindicais. Em março foi feito um encontro de lavradores na Comunidade Cristã de Tachi, rio Parnaíba, em que houve uma discussão sobre os conflitos da terra e sobre os rumos do sindicato. Para esta autora, a organização estava dando seus frutos, naquele ano as oposições contavam com quatro eleições sindicais: em Oeiras (9 de julho), Igarapé-Miri (23 de Junho), Cametá (28 de julho) e Limoeiro do Ajurú (novembro). Todos esses municípios estavam com uma oposição sindical com chapa e programa discutido com os trabalhadores. No encontro dos lavradores ocorrido entre os dias 24 e 28 de abril de 1985, no seminário São Vicente de Paulo, em Cametá, mais uma vez foi discutido como andava a atuação sindical dos animadores, o rumo que o sindicalismo deveria tomar e por último a conjuntura política dos partidos políticos não legalizados. Por isso e por todos os fatos já exposto, informa a autora, que se pode afirmar que os membros das Comunidades Cristãs tiveram pleno acesso as informações de cunho político, para dar o entendimento necessário da importância de existir uma oposição sindical e da conquista dos sindicatos, como de fato aconteceu.

Todo esse processo desencadeou mudanças na organização de lideranças políticas em sindicatos, colônias de pescadores, associações, movimentos de mulheres entre outros. Neste contexto, os movimentos populares surgidos a partir dessas décadas, representaram força viva e original na construção de organizações e lutas sociais, que marcaram a vida das classes populares, principalmente dos trabalhadores rurais ligados ao STTR, na região de Cametá.

⁴⁷Revista da Prelazia de abril de 1985, número 115.

Segundo a delegada sindical Sr^a. Maria do Socorro Demétrio Itaparica, conhecida como “Socorrone”, destaca o sentido das atividades desenvolvidas no movimento sindical:

O STTR, é um movimento de luta em busca de direitos, ajuda a abrir portas e a buscar a identidade das pessoas que se encontram em anonimato [...] e nós as lideranças, ajudamos a resgatar o direito da pessoa como cidadão. Porque são pessoas humildes, e precisam de alguém que lute pelos seus direitos [...] às vezes são enganadas por “terceiros” que só pensam em benefício próprio [...] Foi essa necessidade do povo que me fez lutar pelos seus direitos, mesmo sabendo que é um trabalho voluntário, fazemos por amor ao próximo e temos certeza que não é tempo perdido [...]. Através da formação adquirimos conhecimentos que não vai servir só para nós, mas também repassar esse conhecimento para o outro.⁴⁸

De acordo com Watanabe (2010, p. 168), a ênfase para a educação sindical em que predominou no interior das entidades era a discussão sobre o papel do sindicato como representação de classe, a ação sindical pela reafirmação das bandeiras de luta e a necessidade de articular a luta do campo e da cidade. Estas características da formação sindical, em parte explicam à preocupação das lideranças do STTR de Cametá em assegurar a constituição de lideranças que atuem na defesa da unidade de classe, como instrumento capaz de alterar a realidade dos homens do campo. Neste aspecto, é atribuído à formação de quadros o papel de contribuir com a categoria de trabalhadores e trabalhadoras rurais nas reflexões sobre qual sociedade interessa e como a ação sindical poderia potencializar a transformação da realidade. “A dimensão dos direitos que compunham as lutas gerais da sociedade civil organizada, nessa época era também prioritária para o movimento dos trabalhadores rurais”, destaca Watanabe (2010, p. 168), quando analisa a questão.

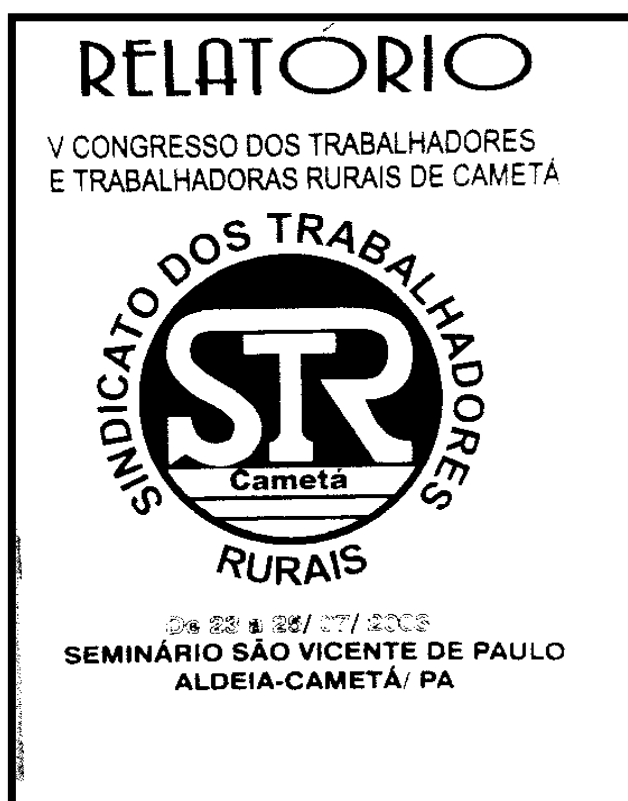
A entrevistada, Maria do Socorro Demétrio Itaparica, acrescenta ainda, que as atividades de formação dentro do sindicato eram e ainda são desenvolvidas levando em consideração a necessidade dos filiados e a luta por manter um sindicato independente, de forma a evitar que o sindicato seja dominado por lideranças vinculadas a interesses que divergem dos trabalhadores rurais, como ocorriam em tempos anteriores. Afirma ainda, que os delegados sindicais, além da formação que recebem nos movimentos como: gritos, marchas, congressos, assembléias, recebem cursos de formação específico, que são repassados pela diretoria do sindicato e também pela assessoria do

⁴⁸Entrevista com Maria do Socorro Demétrio Itaparica, delegada sindical do STTR de Cametá, junho de 2015.

INSS da região. E são os mesmos a serem responsáveis em repassar essa formação aos associados da área de sua delegacia sindical.

Um caso a destacar é o encontro de formação no V Congresso do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Cametá. Neste evento, ocorrido no período de 23 a 25 de julho de 2003, no Seminário São Vicente de Paula, no bairro da Aldeia-Cametá/PA, contou com a presença de 323 delegados e delegadas sindicais que representaram as delegacias de toda a região de Cametá. Este encontro contou com a participação da entrevistada, senhora Maria do Socorro Demétrio e demais representantes do STTR de Cametá, como também de vários convidados, assessores, entidades parceiras (governamentais e não governamentais) além de outros representantes de centrais sindicais da região Tocantina, como destaca o relatório do evento, que tinha como tema principal “Direito não se pede conquista-se”.

Imagem 01: Capa do Relatório do V Congresso dos STTR-Cametá, 2003.



Fonte: Acervo do STTR-Cametá, 2003.

Neste evento, as propostas formativas passaram a estar presentes em vários momentos de discussão entre sindicalizados e a diretoria do STTR de Cametá. O presente relatório sintetiza a longa preocupação do sindicato em promover a formação, tanto dos delegados e delegadas sindicais como dos seus associados e de todas as suas

lideranças. Mostrava que na trajetória do sindicato se observou um itinerário formativo tendo por eixo temático a ação sindical e desenvolvimento rural, incluindo nas preocupações mais recentes o debate sobre desenvolvimento sustentável e solidário. Registra-se ainda a presença de um eixo pedagógico, de memória e identidade, sendo que a pedagogia é apresentada como instrumento para uma nova sociabilidade do conhecimento (devia unir os trabalhadores pela via do aprendizado sobre o sindicato), tendo nos módulos os temas: estado, sociedade e ideologia; história, concepção e prática sindical; desenvolvimento rural sustentável e solidário.

Este itinerário formativo foi organizado de forma seqüencial, criando uma mútua responsabilidade entre os participantes. No caso, os cursos de formação também eram realizados na sede do sindicato onde reuniam as principais lideranças da região, onde estas assumem o compromisso de fazer formações em suas comunidades, sendo que para a etapa seguinte as lideranças deveriam adequar à formação anterior as condições específicas de suas comunidades e delegacias sindicais. Isto parece ser uma diretriz tomada pelos trabalhadores e devia regulamentar todas as demais formações a partir de então. A proposta é que permanecessem os eixos temáticos e pedagógicos, no entanto o recorte dos temas acompanharia a vivência dos espaços formativos. Em referência a essa prática formativa se observa os cursos de formação política para diretores e jovens sindicalistas, em parceria com a FETAGRI e CONTAG (já mencionadas neste trabalho). São espaços complementares da formação, nestes cursos são planejados os módulos e estabelece-se como momento em que os educandos, agora na condição de educadores têm a responsabilidade de pensar e refletir sobre sua prática, e construir novas propostas na busca da multiplicação criativa, considerando o lugar ou a comunidade rural em que atuarão.

De acordo com os estudos de Brandão (1986), existem diferentes formas para se compreender a *Educação Popular*, questão que nos ajuda a analisar as estratégias educativas e de formação no STTR-Cametá. Portanto, destaca-se quatro diferentes sentidos da educação popular, como o saber da comunidade e conhecimento popular, como ensino público, como educação das classes populares e como educação da sociedade igualitária. Estas concepções servem para tornar perceptível a existência de óticas diversificadas sobre a educação popular, que esta não pode ser tomada como absoluta, sob as demais formas educativas. Dentre estas diferentes perspectivas, concebemos a educação das classes populares, não necessariamente como sinônimo da

educação de jovens e adultos embora se entrecruzem em algum momento na história da educação de grupos socialmente excluídos.

Paulo Freire (1993, p. 19), define a educação popular “como o esforço de mobilização, organização e capacitação das classes populares”. Entendia que era “preciso transformar a organização do poder *opressor para poder* ‘fazer escola de outro jeito’”. Em outras palavras, entendia “como organização popular para exercício do poder que necessariamente se vai conquistando [...] depois da organização do saber [...] *compreendendo* o saber que é sistematizado ao interior de um ‘saber fazer’ próximo aos grupos populares”. Na visão de Freire, a educação popular precisava romper com o tradicionalismo do processo educacional, voltada apenas para classe que comanda o poder, isto é, uma minoria individualista, mas sim, a todos que lutavam com bravura a favor de uma educação de qualidade, a uma inserção ativamente política, como prática de transformação social. Assim, através do processo teoria e prática, do agir no aqui e agora, foram adquirindo uma consciência de classe, motivando resistência e luta contra a realidade de opressão vivenciada em seus movimentos em um conceito de educação realmente entendido em relação com a transformação social. A educação observada nos cursos de formação de lideranças sindicais caminha seguindo estas concepções de que o ato de educação deve se transformar em instrumento transformador da sociedade.

Para Gohn (2011, p. 108), a educação apresenta duas vertentes: a formal e informal. Segundo esta autora, a diferença entre as duas “é que na primeira existe a intencionalidade de dados sujeitos em criar ou buscar determinadas qualidades e/ou objetivos. A informal, por outro lado, decorre de processos espontâneos ou naturais, ainda que seja carregada de valores e representações”. Discorda da idéia que classifica apenas dois tipos de aprendizagem: o “escolar” e o “não escolar”, descaracterizando o aprendizado fora dos muros da escola, uma vez que a educação não formal se “define por uma ausência em comparação o que há na escola - algo que seria não intencional, não planejado, não estruturado”.

Todavia, não se pode desvalorizar a educação não formal baseando-se na organização e na estrutura do processo de aprendizagem, levando em consideração que essa educação se desenvolve em múltiplos espaços como: “no bairro, associações, nas organizações que estruturam e coordenam os movimentos sociais, nas igrejas, nos sindicatos e nos partidos políticos, nas organizações não governamentais, nos espaços culturais” (GOHN, 2011, p. 108).

As reflexões de Ribeiro (2010) ampliam o debate e contribuem para pensarmos os processos educativos no interior dos sindicatos, considerando as reflexões em volta da educação popular. Para esta autora, não há acordo quanto à delimitação do conceito de educação popular, tal a multiplicidade de práticas às quais é aplicada. No entanto, pontua que um dos aspectos que define a educação como popular, é que esta não se aplica às classes que detêm o poder econômico e político, mas envolvem grupos excluídos das instâncias de dominação, ou são atingidos pelo exercício de domínio na condição de dominados. Dentro dessa realidade, que se enquadra a formação dos trabalhadores e trabalhadoras sindicais, quando seus conhecimentos são correlacionados com suas experiências concretas extraídas a partir daí, em uma conjuntura social vivenciada por eles, como os sujeitos de organização social e detentores de uma consciência de classe para si.

Ao fazer referência a educação popular, estamos assumindo o conceito de educação criado pelas classes populares, considerando as práticas desenvolvidas por estes agentes. Neste sentido, trata-se da educação que foi forjada pelos trabalhadores e trabalhadoras em suas lutas constantes para enfrentar as contradições do capitalismo, que dão sustentação aos seus cursos de formação política e escolas de trabalhadores. Uma educação que é popular não porque o seu trabalho se dirige a operários e camponeses excluídos prematuramente da escola seriada ou de outras ações promovidas pelo poder público, mas porque, o ensino “vincula-se organicamente com a possibilidade de criação de um saber popular, através da conquista de uma educação de classe, instrumento de uma nova hegemonia” (BRANDÃO, 1986, p.48).

O debate em torno do sindicato como representação de classe, fica evidente nas palavras do Sr. Manoel Bragança Pinheiro de Souza, “Seu Bragança”; que é sindicalista desde a década de 70; em que relata:

Foi através dos encontros de formação, onde recebíamos as apostilas, cartilhas e nos encontros que chamávamos de Intersindicais, que era repassado pela Igreja Católica, pela FASE e outras entidade parceira, onde esclarecia sobre os direitos dos trabalhadores [...] que fomos aos poucos percebendo a questão da divisão de classe, que nós os trabalhadores fomos descobrindo que precisávamos nos organizar [...] e a partir daí fomos somando forças. Cada vez que a gente se organizava nascia uma nova idéia, aí a gente descobria que quando conquistava um direito, faltavam outros ainda a conquistar.⁴⁹

A educação como instrumento de formação parece estar vinculada a compreensão e apropriação dos conhecimentos associados aos direitos dos

⁴⁹Entrevista com Manoel Bragança Pinheiro de Souza membro do STTR de Cametá, junho de 2015.

trabalhadores, as leis, a atuação das agências públicas e forma como a sociedade se organizava, como destaca “Seu Bragança”. Este mesmo parece pontuar, no entanto, que este conhecimento estaria vinculado à apropriação de instrumentos de uso dessas informações para compreender e transformar a sociedade. Ao que se registra, a capacidade de apropriação desses conhecimentos e a habilidade no uso dessas informações para transformar ou propor a transformação da sociedade, é que constitui uma das características de liderança política.

Gramsci (2011, p. 93), pontua com a categoria “intelectual” para designar aqueles que agem (ou tem a potencialidade de agir) para a transformação da sociedade ou sua conservação, ou seja, que são capazes de desempenhar um papel na ordem social, sendo centrais para a explicação da realidade político-social. Neste aspecto, o intelectual é, para Gramsci (1991), aquele indivíduo socialmente determinado, capaz de interpretar o mundo e criticá-lo, uma concepção importante nos estudos sobre formação de lideranças, como registramos anteriormente. Neste aspecto, consideramos que as lideranças se constituem na sua experiência em “intelectuais”, ao que, em certo grau, estes respondem “organicamente” ou diretamente à concepção de mundo de sua organização e referência. Partindo desse pressuposto, entendemos o intelectual como um porta-voz ou representante deste grupo, em última instância. À luz desta consideração vê-se que o estudo do papel do intelectual e da sua formação atribuída por Gramsci traz pistas importantes sobre as maneiras pelas quais se constitui uma prática cultural no seio de uma organização.

Todo esse debate sobre classe para si, referendado por Gramsci, nos ajuda a refletir sobre a formação de lideranças sindicais em Cametá, através do STTR. No que se refere ao sindicato, trata-se de um espaço de formação política, onde há participantes de experiências, por sua vez, com diferentes modos de reprodução social; um local com objetivo de construir uma perspectiva “unificada” entre os sujeitos pertencentes ao sistema sindical rural; um lugar onde se constrói sentimento de pertencimento entre os mesmos, transformando-os em um grupo militante; e onde se constrói conhecimentos que visam intervir e mudar visões de mundo. Estas construções conceituais, de “classe para si”, nos permitem associar os sindicatos como espaço de formação de liderança.

Nesta mesma concepção de pensamento, os estudos de Thompson (1987c, p. 204) para o qual retoma em sua categoria de análise, baseado nos marcos do Materialismo Histórico, que perpassa pela experiência histórica e cultural da vida dos sujeitos. Neste caso, propõe a trabalhar com as experiências das pessoas não apenas

como simples atos de idéias, mas também, como “sentimentos, valores, consciência, enfim, experiências acumuladas que se sedimentaram”. Ele também aborda a consciência de classe como um processo em formação, que é no embate, na luta que os sujeitos se formam e se constroem. A consciência de classe se constrói na luta, daí a importância do conceito de experiência. Portanto, ele retoma a idéia marxista de classe como sujeito, da classe como categoria histórica, ampliando seu significado, enquanto relação. A “consciência de classe vai sendo gerada na luta. Não há um projeto político previamente demarcado, ele se constrói na práxis” (THOMPSON, 1987c p. 205).

Segundo Thompson, a liberdade de consciência era o único grande valor que a experiência vivenciada pelas classes trabalhadoras inglesas (pobres tecelões de malhas, meeiros, artesãos, etc.), possuía, porque mesmo sofrendo as conseqüências da exploração capitalista e das perseguições políticas, essas classes trabalhadoras participavam ativamente do processo de construção de sua consciência, reivindicando melhores condições de vida, e lutando pela liberdade de pensamento. Como aconteceu “na capela de Bradshaw, *onde* se formou uma sociedade de debates e leitura. O povo da vila tecelã discutia em seus encontros não só o progresso da liberdade [...], mas também os direitos do homem” (THOMPSON, 1987a, p. 46). Esta visão se assemelha a luta dos trabalhadores e trabalhadoras sindicais de Cametá, que abordam nas metodologias dos seus cursos de formação, as características da experiência vivenciada por eles como espaços de construção e organização de consciência de classe, compartilhando assim, atitudes e ações democráticas frente a uma realidade de exploração. Portanto, os diversos espaços de formação, que acontecia tanto nos movimentos como dentro das Comunidades Cristãs, como registramos, através das entidades parceiras como o trabalho de assessoria desenvolvido pela Prelazia de Cametá (como já relatado neste trabalho) ajudaram na conquista de direitos e liberdade se afirmando como uma entidade constituída enquanto classe.

Dentro deste contexto, se observa que a educação das classes populares acompanha seus grupos sociais, seja nas associações, nos partidos políticos, nos movimentos sociais ou nos sindicatos. Em cada momento histórico desenvolveu importante papel na vida dos sujeitos, através de programas e projetos de organização trabalhista. Sobre a prática educativa dentro do movimento sindical é intrínseca, não existem dicotomias para fazê-lo educativo das ações sindicais, pois o ato educativo encontra-se presente nas práticas cotidianas, tanto nas ações de massa como no dever das ações realizadas.

Na realização da Assembléia Geral de 27 de março de 1976, se exemplifica o ato educativo que se encontra presente nas práticas cotidianas onde o movimento sindical rural demonstrava sua preocupação com a educação ao incluí-la como ponto temático a ser debatido. No caso, abarcava uma série de questões que naquele momento se traduzia nas necessidades dos trabalhadores e trabalhadoras. Demandavam por políticas educacionais para as populações do campo, e a discussão dos programas de educação como o MOBREAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização),⁵⁰ preparação de mão-de-obra, formação de dirigentes sindicais, difusão das práticas agrícolas, assim como explicações sobre o próprio funcionamento do sindicato.⁵¹

Nos primeiros momentos as assembléias se constituíram como espaços importantes, decisórios onde ocorriam as deliberações que davam o rumo ao movimento. Desde as primeiras assembléias algumas deliberações em torno da formação sindical foram tomadas, como: a realização de encontros sobre educação sindical para os educadores sindicais, construção de princípios para nortear o movimento, priorizar a criação de um programa integrado de formação envolvendo os sindicalizados, visando uma formação permanente e ainda a necessidade de manter o treinamento de formação de lideranças sindicais, como atesta a ata de reunião de 09 de abril de 1976.⁵²

A construção de um modelo formativo de caráter mais político do que técnico, voltado para os trabalhadores de base, foi se constituindo durante a década de 1980. Após os primeiros passos, é possível identificar no decorrer desta década maior preocupação em construir um sindicato mais atuante e capaz de desenvolver estratégias de lutas em defesa dos trabalhadores rurais. De acordo com Zé Capina, ex-presidente do sindicato, era preciso “fazer a luta desses trabalhadores”. O entendimento era que o sindicato não devia se preocupar apenas com atendimento médico ou preenchimento de ficha, pois isto não era papel do STTR-Cametá, mas trazer pessoas que pudessem orientar no sentido de observar qual era o verdadeiro papel do sindicato, alertava o entrevistado. No caso, lembrava que a diretoria, se fosse fazer uma avaliação, poucos diretores sabiam de fato o que fazia um sindicato, “eram pessoas sem formação política

⁵⁰ Criado pela Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967, propunha a alfabetização funcional de jovens e adultos, visando "conduzir a pessoa humana a adquirir técnicas de leitura, escrita e cálculo como meio de integrá-la a sua comunidade, permitindo melhores condições de vida". Mantido pelo Regime Militar, o objetivo era proporcionar alfabetização e letramento a pessoa acima da idade escolar convencional (CORRÊA, 1979, p. 65).

⁵¹ *Ata de reunião da Assembleia Geral do STTR de Cametá, em 27 de março de 1976.*

⁵² *Ata da reunião Ordinária da diretoria do STTR de Cametá, realizada em 09 de abril de 1976.*

e sem consciência do que fazer”,⁵³ o que justificava a criação de cursos de formação para estes potenciais líderes sindicais.

Sobre esta questão, Manfredi (1996, p. 24) destaca que a educação sindical se configura como, aquelas práticas mais sistemáticas, intencionalmente programadas, como por exemplo, os congressos de trabalhadores, cursos, seminários, palestras, etc., como observamos no caso do STTR de Cametá, registrado anteriormente. Caberia ainda incluir entre as atividades de formação sindical aquelas iniciativas de formação político-ideológica que se destinam a grandes grupos de trabalhadores – a imprensa sindical, programas de rádio e televisão, boletins, revistas, teatro, cinema, etc.

Pode-se constatar que, desde o início havia a necessidade de ampliar a formação sindical, com o objetivo de melhorar as condições de vida dos associados, pois se vivia um regime de controle das atividades sindicais, principalmente as atividades políticas. Em ata de reunião datada de 28 de fevereiro de 1976, observa-se a preocupação de alguns associados quanto à importância em se estudar sobre as leis que organizavam os sindicatos, e a necessidade de se criar ações que estimulassem a sindicalização maior dos trabalhadores rurais. Chega-se inclusive a solicitar junto ao presidente do sindicato na época, que tomasse providências quanto a solucionar os problemas da falta de escolas para os filhos dos trabalhadores rurais, uma vez que um grande número de crianças na faixa etária dos 12 aos 15 anos não sabia ler ou escrever.⁵⁴

Segundo Nascimento (2010, p. 35) os conteúdos desses processos educacionais vivenciados nos sindicatos, ao longo dos anos de 1980, foram organizados de acordo com a experiência histórica de cada grupo humano, com o qual se punha em contato. Em geral, eles seguiam uma linha que partia do auto reconhecimento dos trabalhadores como pessoas, passando pela necessidade de defesa e preservação da própria existência, pela descoberta da força da própria organização social como meio de assegurar e ampliar os seus espaços de existência como indivíduos e como classe.

Neste aspecto, os trabalhadores e trabalhadoras rurais são sujeitos sociais capazes de se libertar das armadilhas, das ideologias, que lhes são submetidos, onde tentam tirar-lhes suas determinações, suas capacidades de pensar, e conseqüentemente, sua liberdade de sujeitos ativos, participantes de seu processo formativo. Todavia, a educação deve ter por finalidade essencial, servir para a libertação do homem. Libertar

⁵³Entrevista com Zé Capina, ex-presidente do STTR de Cametá, junho de 2015.

⁵⁴Ata de reunião da diretoria do STTR de Cametá, realizada em 28 de fevereiro de 1976.

o indivíduo da falta de consciência, que ainda lança sua sombra pelo mundo da irracionalidade, que divide os homens entre ricos e pobres.

Para Vásquez (1968, p. 199) a “práxis é o ato ou conjunto de atos em virtude dos quais o sujeito ativo (agente) modifica uma matéria prima dada”. Afirma que seu significado não se limita, ao material e tão pouco ao espiritual, mas, possibilita todos os campos ou áreas culturais. Ele destaca que através da práxis social, os sujeitos organizados lutam tentando mudar as relações econômicas, políticas e sociais. Nesse sentido, associamos que os trabalhadores rurais, fazem uso da práxis, expressando sua força coletiva, na luta contra as injustiças e na busca de mudanças e transformações sociais.

Através dessas análises, temos consciência que precisamos conceber uma educação que desperte no sujeito sua força histórica, capaz de libertá-los e inseri-los no mundo de progresso e desenvolvimento. Nesse sentido, o atual presidente do STRR–Cametá, Benedito Siqueira Nunes⁵⁵, “Bitinho” esclarece que “desde o começo as iniciativas do STTR de Cametá, foi trabalhar suas lideranças através de cursos, assembleias, no método seguido pela Casa Familiar Rural”. Afirma que, nos anos atuais procura parcerias com programas e projetos com entidades e governos ligados ao sindicato, a exemplo dos Grupos de Estudos de Base, que tem o objetivo de desenvolver nos trabalhadores, principalmente nos jovens, suas capacidades para encarar uma sociedade competitiva e de valorização de sua classe. Para tanto, acrescenta ele, “faz-se necessário uma formação adequada que os incentive a lutar por espaços e inserção nas universidades como também em todos os setores educacionais”.

Para Rodrigues (2012, p. 159) em seu estudo sobre os saberes sociais e lutas de classe, argumenta que os trabalhadores têm consciência que dentro das “relações de luta de classe não lhes interessa o domínio de apenas elementos relacionados à organização, mas também o domínio de outras instâncias de saberes”, no caso, estes trabalhadores vão à busca de outras formas de saberes que esteja em consonância com sua realidade “a partir de processos de formação também mediados pela escola”.⁵⁶

⁵⁵Entrevista com atual presidente do STTR de Cametá, Benedito Siqueira Nunes, conhecido como, “Bitinho”, junho de 2015.

⁵⁶Rodrigues (2012), em sua tese de doutorado, analisa os processos formativos dos trabalhadores, a partir dos saberes da Colônia de Pescadores Artesanais Z-16 – Cametá/PA. Afirma que “a experiência formativa corrobora para que se compreenda que os pescadores não estão a negar os saberes escolares, sistematizados, senão a pleitear uma articulação dialética de saberes”, uma questão que pode ser dimensionada, guardada as devidas proporções para compreender a atuação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cametá.

A formação de sujeitos autênticos, independentes e capazes de julgar e de decidir conscientemente é preocupação permanente da educação que deve voltar-se para a valorização da pessoa, afim de que possa ter um olhar crítico sobre a realidade. Nesta perspectiva, que os trabalhadores da entidade sindical rural de Cametá lutam para serem inseridos no processo formativo educacional, pois tem clareza que este, quando assumido com seriedade, possibilita a construção de uma sociedade com sujeitos responsáveis e livres. Ao que se observa, esta é a perspectiva que move o processo de formação de lideranças no STTR de Cametá. A proposta é que assim possam criar condições para que se apropriem de valores deste processo formativo como seus, em consonância com os valores dos processos democráticos que é sua bandeira de luta.

2.2 Prática de formação, percepção das lideranças no Sindicato

Algumas questões norteadoras parecem nos chamar atenção: Como é que os trabalhadores do movimento sindical se percebem enquanto lideranças? Que discursos eles assumem para si? Quais são os elementos que levaram os trabalhadores a se organizar, a se perceber enquanto classe rural?

As lideranças sindicais percebem os espaços de formação como verdadeira “escola de vida”, onde buscam conhecimentos e energia para enfrentar a luta através de organização social, construindo-se como cidadãos ativos, como classe e consciência de classe. Nas palavras da sindicalista, Maria do Socorro Demétrio Itaparica, percebemos que a construção desses espaços de formação foram de fundamental importância para o seu desempenho e crescimento como pessoa, lhe ajudando a despertar também para continuar seus estudos:

“[...] o conhecimento adquirido dentro do movimento sindical, me ajudou a levar para dentro da escola. Eu não retrocedi, eu evolui, continuei estudando, conclui o ensino médio e estou cursando Serviço Social, na universidade. Fui buscar minha identidade que estava perdido, não sabia quem eu era, mas agora eu sei [...] antes eu era apenas uma agricultora, mas agora sou uma sindicalista e conheço meus direitos.”⁵⁷

Nas palavras da entrevistada, percebe-se que a formação dentro do movimento sindical lhe incentivou a “despertar para vida”, o que pode estar associada a maior preocupação com o que acontece ao seu entorno, como também a se perceber envolvida por valores e interesses compartilhados por outros agentes sociais. O trecho nos permite ainda inferir que Maria do Socorro Demétrio Itaparica, diante deste despertar se

⁵⁷Entrevista com Maria do Socorro Demétrio Itaparica, delegada sindical do STTR de Cametá, junho de 2015.

apresenta agora como sujeito dentro do processo de organização, o que pode ser dimensionado ao que chamaríamos de consciência de classe e a um ato de assumir a sua identidade como grupo. Isso evidencia que o conhecimento dos sindicalistas faz parte de um contexto social.

Neste aspecto, os trabalhadores e trabalhadoras rurais ligados ao sindicato constroem seus conhecimentos no decorrer de seu trabalho, articulando a sua realidade social, na luta de classe. Que é dentro deste contexto do trabalho, que os trabalhadores formam um conjunto de elementos que se articulam, entre eles, correlacionado com a educação, o trabalho, a cultura e a participação política em diversos eventos relacionados à sua formação, possibilitando a construção de conhecimentos.

É o que se comprova no depoimento de Maria Valdirene Gonzaga, filiada ao sindicato a 16 anos, que atualmente faz parte da secretaria das mulheres. Ao apresentar um currículo extenso de participação na luta dentro do movimento sindical, declara que sua formação acontece de forma dialética dentro deste contexto do processo de construção, nos congressos, plenárias, gritos, e muitos outros. Confirma que já esteve presentes em muitos eventos, mais de uma dezena de vezes, em São Paulo, Brasília e até mesmo fora do país. Afirma que é responsável pela formação das mulheres no sindicato de Cametá. Que em vista disso, precisa se capacitar para poder assessorar melhor essas mulheres. Informa que estes cursos de formação abrangem várias áreas de conhecimentos como: políticas sociais, trabalhos agrícolas, saúde, direitos sexuais e reprodutivos, etc. São repassados por várias entidades em parceria com os sindicatos da região, como: é o caso da ENFOC – Escola Nacional de Formação de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais ligados a CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura e localizada em Brasília/DF.⁵⁸

Os movimentos populares surgem porque eles pregam uma realidade que é a exploração, que esta existe por causa da divisão social do trabalho. Então podemos concluir que classe e divisão social do trabalho são duas categorias marxistas fundamentais para se discutir os movimentos sociais e a formação de lideranças no STTR-Cametá. Gohn (2011, p. 188) atribui a Gramsci como “o autor que mais contribuiu para as análises das lutas e movimentos populares urbanos realizados na América Latina nos anos 60 e início dos anos 80”. Ele contribuiu de várias formas para a construção do projeto hegemônico. Mesmo preso, ele administrava aulas para os

⁵⁸Entrevista com Maria Valdirene Gonzaga, junho de 2015.

prisioneiros com o objetivo de formar os intelectuais orgânicos, para criar militância. Gramsci (1991) diz que os movimentos instituídos precisam da capacidade de organização. Portanto, não podem ser soltos, agir de forma aleatoriamente e desorganizada, mas se refere a um sujeito intelectual, da organização dessa massa de intelectuais no sentido de pensar a transformação e colocar em prática.

Gramsci, mesmo em sua época, previa o surgimento dos movimentos de massa, como o fortalecimento e crescimento dos sindicatos, associações, partidos políticos, etc. Em contrapartida e resistência ao Estado e na organização da luta de classe, ou melhor, em fração de classe. É nesse mesmo sentido que Gohn (2011) analisa os movimentos sociais, afirmando que estudá-lo implica entender os princípios de classe social; em fração de classe; que todas as classes sociais buscam uma hegemonia ou uma nova hegemonia; que se pode traduzir como experiência concreta para os dias atuais que com as mudanças estruturais e conjunturais da sociedade civil e política, os autores se transformam e tornam-se objetos de estudos permanentes. E enquanto não se resolve os problemas básicos de desigualdades sociais, opressão e exclusão haverá sempre lutas, haverá movimentos, e conseqüentemente, serão necessárias teorias que possam explicá-los.

O que se observa é que as lideranças se assumem como responsáveis em conduzir suas lutas dentro do processo de formação recebido dentro do movimento sindical, contribuindo na construção e transformação também dos trabalhadores e trabalhadoras em líderes como se procura demonstrar nas palavras de “Seu Bragança”, que afirma que os sujeitos tornavam-se líderes dentro do processo de transformação social, ou seja, “o líder se constrói na luta. É a partir de sua história de luta que ele vai se construindo como liderança.

O exercício de liderança de uma organização em representar os interesses instituídos de seu grupo social de referência no campo político advém da liderança possuir um modo particular de pensamento e de ação, exigido para a participação em consonância com a organização que representa. Neste aspecto, a representação é fruto de articulações, que envolvem diferentes interesses, mas que passam pelo consenso ou aceitação. Porém, é necessária para este, a aquisição de uma preparação especial que lhe confira o *status* de “líder”, de liderança. Estes pensamentos de Bourdieu (1989) nos permitem discorrer que a formação política, com etapas, ritos e provas, é o espaço que garantiria ao candidato à liderança um *corpus* de saberes específicos – ou *capital político* –, acumulado pelo trabalho político passado da organização ou grupo social

junto às suas representações presentes, conferindo-lhe uma linguagem política que o torne capaz de dialogar com aqueles membros da organização com quem travava debates, como registramos em momento inicial deste trabalho.

Na opinião de Maria Valdirene Gonzaga, para quem se considera uma líder, relata que como é filha do “Zé Capina”, cresceu dentro do movimento sindical, e aos poucos foi percebendo o sentido da consciência de classe como um processo de transformação social. Atualmente assume de forma específica a reivindicação dos direitos das mulheres, começando pela organização estrutural do STTR-Cametá. Afirma que “desde de 2013, as mulheres constituem a maioria dos associados dentro do STTR de Cametá, somando mais de sete mil filiadas. Por isso, elas precisam ser valorizadas começando de dentro do sindicato”. Lembra que isso não é nada fácil, esclarece que para conseguirem ter dado esse passo, foi necessário ser criado o processo de cotas, garantido no estatuto do STTR-Cametá. Nas palavras da entrevistada, se percebe que mesmo dentro do movimento, existe os embates internos e que o sentido da valorização e a coletividade precisam ser trabalhados juntos, sem exclusões e interesses particulares.⁵⁹

Ainda sobre a questão, Maria Valdirene Gonzaga informa que havia uma demanda inicial de formação no sindicato. No caso, pleiteavam a implantação de programas oficiais de alfabetização, como importante para conhecimento das leis e normas que podiam registrar os direitos dos trabalhadores. Nestes espaços de formação, quando implantados, Valdirene informa que eram, também, utilizados como potenciais espaços de reflexão sobre a diversidade do campo e sobre os direitos dos camponeses e a criação de entidades sindicais. Neste aspecto, as demandas por educação e melhores condições de vida, parecem estar vinculadas a necessidade de criação de organizações de trabalhadores. Para Valdirene Gonzaga foi também um momento de denunciar as políticas agrárias e agrícolas governamentais e as consequências para o campo amazônico, como a concentração de terras e o aumento dos conflitos sociais. O conteúdo das discussões demarca e torna público o posicionamento das organizações de trabalhadores em relação ao modelo de desenvolvimento vigente e o papel do Estado, embora não houvesse (ainda) a sistematização de um projeto de desenvolvimento rural.

Nos anos de 1980, a ênfase para a educação sindical era a discussão sobre o papel do sindicato como representação de classe, a ação sindical pela reafirmação das

⁵⁹Entrevista com Maria Valdirene Gonzaga, junho de 2015.

bandeiras de luta, a necessidade de articular a luta do campo e da cidade, destaca Valdirene Gonzaga. Neste aspecto, é atribuído à formação o papel de contribuir com a categoria de trabalhadores e trabalhadoras rurais nas reflexões sobre qual sociedade interessa e como a ação sindical poderia potencializar a transformação da realidade. Observa-se que a dimensão dos direitos que compunham as lutas gerais da sociedade civil organizada nessa década era também prioritária para o movimento dos trabalhadores rurais.

Ao analisarmos o contexto da realidade dos trabalhadores rurais ligados ao STTR de Cametá, observa-se que estes, enquanto movimento, não são atrelados aos interesses do capital, mas sim, aos interesses do trabalho, sendo que na lógica do trabalhador rural a terra constitui seu objeto de interesse. Dentro dessa particularidade, que afirmamos que os trabalhadores do movimento sindical se percebem e se organizam enquanto classe e consciência de classe para si. Que suas lutas pela transformação de suas realidades sociais, são elementos que levam estes trabalhadores e trabalhadoras a se organizar, a construção da consciência de classe, atribuída a partir deles mesmos, que são os sujeitos da história.

Dentro dessa ótica Hobsbawm (2008) se fundamenta, a partir de Marx, afirmando que para entendermos o papel e a natureza da consciência de classe, precisamos entender os movimentos instituídos nesta categoria a partir da forma semelhantes de como lidam com os meios de produção. Utilizando esta chave conceitual de leitura, podemos afirmar que os trabalhadores rurais ligados ao STTR-Cametá, se enquadram nessa reflexão, porque possuem as relações semelhantes com os meios de produção, no caso a terra. Neste aspecto a lida com a terra e experiências partilhadas auxiliam na construção da consciência de classe.

Para Hobsbawm (2008, p. 16), classe e consciência de classe são inseparáveis, não tem como entender classe sem entender consciência de classe. É neste contexto que ele argumenta que precisamos perceber se os movimentos sociais possuem uma consciência de classe histórica ou uma consciência de classe atribuída. Que a consciência de classe histórica, é aquela que o “outro construiu e eu assumo”. E consciência de classe atribuída, é aquela que “eu mesmo construo”. É neste sentido que percebemos a diferenciação dos trabalhadores dentro do movimento sindical de Cametá, muitos fazem parte do movimento apenas por que estão sendo beneficiados de alguma forma e, portanto, não assumem a luta em vista do trabalho coletivo, como se percebe na entrevista de “Seu Bragança”. Ao expor que “muitos sindicalistas que se tornaram

líderes deram sua própria vida pela luta e pela liberdade do outro, mas existe alguns que esqueceram a luta de classe para tentar melhorar seus próprios interesses”. Continua destacando que estes “esqueceram das questões práticas que aprenderam no começo da luta, que foi o alicerce maior. Mas somos seres humanos, temos as nossas fraquezas, até mesmo os líderes tem as suas”.⁶⁰ Neste aspecto, o entrevistado tenta nos repassar, que o processo de organização e construção do movimento sindical, é um processo de via de mão dupla, ou seja, é necessário ter consciência da essência do movimento enquanto classe, senão podem se deixar levar, por uma certa ideologia que se apresenta em contradição a organização e construção do trabalho coletivo.

É o que Hobsbawm (2008) tenta nos alertar que dessa forma o trabalhador nestas circunstâncias, pode estar assumindo uma consciência de classe apenas histórica, ou seja, historicamente ele construiu ideias a partir de seu sofrimento que ele mesmo projetou. Mas ele mesmo não se percebe enquanto classe e nem tem aptidão para o trabalho coletivo. Portanto, para se ter uma consciência de classe em si, ou melhor, só existe classe no sentido histórico quando ele começa a adquirir consciência de si próprio, quando ele se percebe enquanto organização. Quando ele não se percebe apenas no sofrimento, mas no processo de organização e construção. Então os trabalhadores rurais sindicalizados de Cametá, suas consciências de classes, nascem através do seio de suas lutas.

Ainda sobre Hobsbawm(2008), este destaca que a consciência de classe dos trabalhadores é construída nas experiências sociais, que os elementos que os levaram a se organizar, foram tanto os elementos de sofrimento quanto elementos de projeção para uma nova sociedade. Se estamos atrás de uma consciência de classe atribuída, ou seja, daquela que decorre do sujeito que se organiza, precisamos distinguir a forma de abordamos a consciência de classe. Por exemplo, uma pelo o que é possível extrair do que os outros falaram (observar o que se escreveu sobre aquilo) e outro ouvindo os próprios sujeitos que vivenciaram suas experiências. Estes sujeitos são os produtos do que já se escreveu.

Ao estudarmos a consciência de classe dos lavradores sindicais, é necessário estudar ouvindo os sujeitos, os trabalhadores em sua base, dentro do processo de organização e formação, dessa forma estamos entendendo a consciência de classe que levou a se organizarem enquanto sindicalistas. É por isso que Hobsbawm(2008) diz que

⁶⁰Entrevista com Manoel Bragança Pinheiro de Souza membro do STTR de Cametá, junho de 2015.

é na reflexão sobre o processo de organização da classe trabalhadora, em que este não tem partido de quem se organizou enquanto trabalhador, tem partido mais das impressões que as pessoas tem sobre a classe trabalhadora. Ele está dizendo que metodologicamente é preciso compreender os sujeitos dentro de seu processo de organização enquanto categoria.

2.3 Lei Anilzinho e a experiência de formação

Zé Capina, que faz parte do movimento sindical de Cametá, desde de 1974, relata que “antes existia os encontros do Anilzinho e que estes se tornavam um manifesto para os pequenos lavradores”; neles, além de colocarem em comum seus alimentos, numa atitude de partilha e reciprocidade, eram discutidos os principais temas que agravavam os trabalhadores enquanto classe, como: reforma agrária, saúde, educação, abertura de ramais, crédito bancário e outros mais. Com isso, foram cada vez mais tomando consciência de classe para si, avançando na luta e fortalecendo o movimento em busca de direitos.⁶¹

Estes elementos citados por Zé Capina, podem ser observados na cartilha de formação, organizado pela CPT – Cametá e Centro de Comunicação da Prelazia de Cametá, sobre o “Anilzinho a Lei dos Posseiros”, que se tornou uma experiência de luta dos trabalhadores rurais da região Tocantina, possibilitando a conquista dos sindicatos e a resistência na terra, estimulando a militância política a reivindicar seus direitos.

Silva (2016, p. 168), ao estudar o movimento Anilzinho identifica uma série de conflitos entre trabalhadores rurais e grileiros, em torno da posse da terra, em um momento em que os trabalhadores rurais percebem que realmente não possuíam seus interesses defendidos pelo poder executivo do período, assim investem na organização como estratégia de luta. Como resultado produziram uma legislação, ao molde e interesses desses agricultores, de forma que sua experiência na lida com a terra e ainda os valores associados ao trabalho agrícolas e extrativista estivessem assegurados na letra da lei. A cada ano os trabalhadores, “os posseiros”, como eram intitulados, de toda a região se reuniam para avaliar a Lei Anilzinho e também incorporavam as novas demandas a serem trabalhadas como forma de organização enquanto movimento.

⁶¹Entrevista com Zé Capina, ex-presidente do STTR de Cametá, junho de 2015.

Imagem 02: Capa da cartilha da Lei Anilzinho ou “Lei dos Posseiros”.



Fonte: Arquivos da Diocese de Cametá.

A produção da cartilha tinha o objetivo de chegar as delegacias sindicais e as comunidades cristãs, para que pudessem fazer a discussão da Lei tendo em vista a garantia dos trabalhadores no campo. Tratava-se, portanto, de uma estratégia de não apenas materializar os resultados das discussões desenvolvidas através desses encontros formativos, como também serviam como material de divulgação e formação desses trabalhadores, mostrando que através da luta e organização seria possível superar as dificuldades apresentadas pela condição de trabalhadores agrícolas. Em outras palavras, estas cartilhas também se constituíam como materiais didáticos de formação dos agricultores e de suas lideranças.

A criação da Lei Anilzinho⁶², portanto, tornou-se um marco na história de luta dos sindicatos. Surgiu a partir da resistência e organização dos trabalhadores rurais frente aos conflitos de terra, como mostramos. Com a abertura da estrada Trans-Cametá (PA-156), apareceram “grileiros” do Sul do país que entraram em conflitos com posseiros, causando a expulsão violenta de suas terras, ocorridas em 1979 na localidade de Anilzinho, município de Baião/PA (que hoje são consideradas áreas quilombolas e

⁶²Lei Anilzinho ou “Lei dos Posseiros” – era um documento contendo dez artigos que traçavam as linhas gerais de ação de classe, às políticas agrícolas e partidárias (Relatório do III Encontro Anilzinho, arquivos da Diocese de Cametá).

de reservas extrativistas). O conflito surgiu devido à área ser rica em castanhais, onde a terra era devoluta, portanto, muita gente tinha interesse para explorar este produto e apropriar-se da terra de forma ilegal, a exemplo dos grileiros.⁶³

Foi em torno desses eventos, que garantiu a posse da terra para a comunidade local, como também foram brotando novas estratégias: plantações coletivas para sustentar a organização, além de inúmeros encontros, reuniões, debates e cursos que ajudaram no fortalecimento de identidade coletiva. Em vista disso, foram surgindo à necessidade de organização progressiva, fazendo oposição partidária e as conquistas dos sindicatos dos trabalhadores rurais (SILVA, 2016).

Em um trecho da música criada por Chicão, Francisco de Assis Contente, liderança política da época, falava da luta de Anilzinho: “[...] Anilzinho é o marco da história conseguiu vitória sim senhor, por isso meus companheiros a luta tem muito valor [...]”, ou ainda no trecho “Ai, ai, meus companheiros, tenho pena daquele povo de Anilzinho, Ipaú, Joana Peres e Virgínia, está sofrendo a mesma dor, lá está o fazendeiro, expulsando o lavrador”.⁶⁴ Essa e outras músicas motivavam a organização dos trabalhadores como na realização do III Encontro do Anilzinho, realizado nos dias 28 a 31 de outubro de 1982, na localidade de Nova América, PA – 156, Km 57, BR 422, como registramos anteriormente. Não há dúvidas que as canções também foram instrumentos educativos e de formação, o que se reflete nas memórias do líder Chicão, demonstrando a capacidade formativa pela via música e das cantigas que exaltavam a necessidade de luta e organização.

O referido encontro, contou com a presença de 402 pessoas, entre trabalhadores e trabalhadoras rurais, comunitários, religiosos e religiosas, como o bispo D. José Elias e demais convidados num total de 119 Comunidades Cristãs⁶⁵. Foram discutidos três pontos principais: 1. Levantamento dos conflitos: neste item foram apresentados todos os conflitos que existiam na região, que eram ocasionados por empresas localizadas na região (em Bagre e Oeiras do Pará), conflitos ocasionados por grileiros locais (Limoeiro do Ajurú, Cametá, Mocajuba e Igarapé-Miri) entre outros. 2. Formas de resistência na terra: para esse item os participantes entraram em consenso que a aplicação da “Lei Anilzinho” se fazia mais necessária, que precisava ser cada vez mais estudada e

⁶³Relato do Padre Thiago Poels, sobre a história do Anilzinho em cartilha intitulado “Anilzinho a Lei dos Poseiros”, organizado pela CPT – Cametá e Centro de Comunicação da Prelazia de Cametá.

⁶⁴Cartilha do Anilzinho, p. 3. Arquivo da Diocese de Cametá.

⁶⁵Relatório do III Anilzinho, em Jornalzinho das Comunidades Cristãs, nº 108, Outubro de 1983, p. 20 (Arquivos da Diocese de Cametá).

valorizada, levando em consideração que “[...]a resistência na terra não é só ter a terra, mas ter todos os benefícios que o lavrador necessita para permanência nesta[...]”. 3. Avaliação dos estudos intersindicais: onde foi valorizado a força e a importância que tinha o entrosamento e a organização de todos os sindicatos e oposições sindicais da região. Não há dúvidas que estes pontos discutidos no encontro, não apenas evidenciavam a necessidade de maior organização do movimento dos trabalhadores rurais, como ainda expresse a capacidade de formação política que estes encontros asseguravam.

Imagem 03: Comunidade de Nova América, município de Cameté saudando os participantes do “III Encontro Anilzinho”, 1982.



Fonte: Arquivo pessoal do Sr. Bernardo Krommendijk, 1982.

Imagem 04: Plenária do Encontro Anilzinho, município de Cameté, com presença do Bispo da Prelazia de Cameté D. José Elias Chaves, 1982.



Fonte: Arquivo pessoal do Sr. Bernardo Krommendijk, 1982.

Dessa forma, esses aspectos que foram interligados dialeticamente, tornaram-se fundamentais para determinar a consciência de classe dos lavradores sindicais na formação de conhecimentos para a construção como sujeitos na produção de saberes ligados a produção da existência de suas realidades. Hobsbawm (2008, p. 26), vem dizer que existe um grau de consciência de classe, sendo que “quanto mais sofrido tiver o sujeito e ele se perceber em sofrimento com outros sujeitos, a consciência de classe pode ser mais forte. Quanto menos sofrimento estiverem os sujeitos a consciência de classe pode ser tênue”. O que ele quer dizer, é o que vai determinar realmente, é o fato econômico e as condições de vida destes indivíduos.

Favacho (1984) correlaciona esses aspectos, dizendo que a Teologia da Libertação despertou nos trabalhadores rurais, dentro das Comunidades Cristãs, e ajudou a construir um processo de intensificar a consciência de classe atribuída como se refere Eric Hobsbawm, ou seja, quando os sujeitos são levados a se perceberem no sofrimento, e a partir desse sofrimento os trabalhadores buscaram a se organizar,

formando os sindicatos, colônia de pescadores, movimento de mulheres, etc. Com isso, os trabalhadores se organizavam entre si procurando superar as dificuldades através da organização, no caso a sindical. Importante destacar neste contexto que a Teologia da Libertação orientou conceitualmente estes movimentos sindicais rurais, como observamos, corroborando para uma consciência de classe. Ainda colaborou para intensificar a apreensão dos sujeitos sobre o sofrimento, que os conduziam para um processo de organização e emancipação.

Podemos observar que desde sua fundação o movimento sindical estimulou suas organizações representativas a uma prática de formação política voltada para a mobilização e para a formação de quadros. “É, pois, nesse contexto histórico, que surge, a nosso ver, a dicotomia entre a formação sindical de base versus formação de quadros”, destaca Menfredi (1996, p. 48). A educação para a formação de quadros seria aquela de cunho político-ideológico e destinada aos dirigentes sindicais ou militantes com potencialidade de tornarem-se representantes “das massas”. Por sua vez, a formação de base seria aquela com objetivo de levar as concepções da direção aos trabalhadores pertencentes à base profissional dos sindicatos.

2.4 Igreja Católica e organização sindical rural

Como já mencionamos anteriormente, a igreja Católica foi uma força fundamental que se articulou para a organização de sindicatos e para a fundação de associações rurais. Isso fica evidente nos relatos de todos os entrevistados. Seja por uma linha definida por diretrizes socialistas (RICCI, 1999), ou mais afinada com as orientações da CNBB. Neste sentido, a formação política desempenhada pela igreja orientou-se numa concepção de atendimento “aos pobres”, incluindo neste conjunto os lavradores. A maioria dos movimentos católicos que dedicaram esforços à educação passou a ver os sindicatos como um potencial instrumento de organização dos trabalhadores do campo, por onde seria possível desencadear transformações locais e também na estrutura socioeconômica brasileira (KALDT, 2007).

Favacho (1984, p. 90) cita o papel dos círculos bíblicos, como exemplo de uma metodologia empregada pela igreja Católica. Ele explica que funcionavam como verdadeira aula de conjuntura política, que na maioria das vezes era realizado nas casas das famílias, que pertenciam as Comunidades Cristãs, e também serviam de formação para as lideranças sindicais. Neste, era empregado o método “ver, julgar e agir”. “Ver” consistia em fazer um levantamento dos problemas enfrentados pelos trabalhadores na

esfera pessoal, familiar, escolar, cultural, política, socioeconômica e religiosa. A partir daí, o momento do “julgar” consistia na reflexão sobre a realidade, através de um viés político e teológico. O terceiro momento, o “agir”, implicava nos encaminhamentos de respostas aos problemas, com atribuições de tarefas e responsabilidades individuais e coletivas aos trabalhadores. O método voltava-se para a percepção das demandas dos trabalhadores em sua vida cotidiana, encaminhando-os para a construção de soluções coletivas. Através desta metodologia, a igreja, em sua postura mais progressista, engendrou sua formação para a organização dos trabalhadores rurais, com a perspectiva da construção de uma nova sociedade de perfil socialista.

Portanto, o STTR de Cametá, principalmente nos primeiros momentos de sua construção recebeu assessoria do movimento católico que ajudou os trabalhadores a perceber as contradições que foram canalizadas para um processo de organização consistente. Ao despertar para uma consciência de classe para si, que nasce da subjetividade do sujeito, pois é dentro dessa consciência de classe, que aos poucos vão descobrindo até mesmo através de seus sofrimentos, a necessidade de se organizar se assumindo como movimento coletivo.

Como tem-se observado, a interferência da igreja na formação se comprova nos cursos para os trabalhadores rurais e lideranças. Estes aconteciam de forma intensiva, porque nessa época os movimentos populares da região praticamente todos eram conduzidos e ligados a Prelazia de Cametá, como lembra o senhor Bernardo Krommendijk⁶⁶, 63 anos, engenheiro agrônomo que trabalhou na prelazia como assessor no período de 1975 a 1985. Este lembra que chegou a escrever diversas cartilhas sobre formação para os trabalhadores rurais, tanto na área de agricultura como também nas questões sociais. Cita a experiência criada pela prelazia, implantada na localidade de Bração Miri, no município de Baião/PA, em 1983, que funcionava para os trabalhadores rurais da terra firme, onde trabalhavam a diversificação das culturas como a introdução da pimenta do reino, cacau, café, guaraná, criação de gado, porcos, etc.

Funcionava como uma experiência comunitária matriz, com o objetivo de desenvolver técnicas no plantio de culturas permanentes e diversificadas, para que estas servissem de exemplos para as outras comunidades da região. Afirma que os cursos que repassavam funcionavam como uma aula prática, porque na época muitos agricultores

⁶⁶Entrevista com o Sr. Bernardo Krommendijk, em Fevereiro de 2016.

não sabiam ler e escrever, portanto o enfoque dos cursos era o “fazer”, realizavam seus estudos dentro do campo, na prática, no método do “fazer e aprender”.

Bernardo Krommendijk, diz que veio trabalhar na Prelazia a convite do Padre Henrique que era o administrador Apostólico da Prelazia de Cameté. Informa que trabalhou junto com o padre Geraldo (Geraldinho), padre Joãozinho e padre Tiago, que todos eles eram interessados em incentivar uma outra agricultura de subsistência para os trabalhadores rurais que já não podiam viver somente do cultivo da farinha de mandioca devido as terras já apresentarem desgastes para o plantio em consequência dos desmatamentos. Conta que o padre Geraldinho construiu 30 mil pés de pimenta do reino com objetivo de sustentar os trabalhos na área social, como forma de partilha dos bens incentivando o fortalecimento da organização dos trabalhadores rurais.

Estes projetos estão, pois associados, a uma percepção de formação vinculada a uma perspectiva transformadora da sociedade associada ao trabalho e a organização sindical. Ao verificar a situação difícil da população com o aumento inflacionário dos gêneros de primeira necessidade, tornou-se indispensável aos trabalhadores rurais se organizarem em torno de alguns projetos, como os plantios de pimenta do reino, guaraná, cacau, café e plantação consorciada estimuladas pela igreja. Estes projetos serviam, portanto, como instrumentos de aglutinação desses trabalhadores rurais.

2.4.1 As cantinas comunitárias

Ao observamos os informativos e jornais da igreja Católica na região se identificam uma visão que apresentava os trabalhadores agrícolas em condições de explorado e com grande dependência dos grandes proprietários de terra. Neste aspecto, o trabalhador rural trocava os produtos do seu trabalho no comércio controlado pelo dono da terra, conhecido como patrão, criando uma relação de dependência, informa Bernardo Krommendijk.⁶⁷

Para superar estas dificuldades iniciou-se uma experiência na Prelazia de Cameté que foi chamada de *Cantina*. A idéia era que o próprio agricultor poderia associar-se na cantina, pagando como entrada certa quota, com o dinheiro arrecadado e com um empréstimo do fundo da Comunidade Cristã sem juros por três anos. A cantina atendia os associados com fornecimento de mercadorias a preço de custo, adquiridas no comercio de Belém. Assim buscavam oferecer produtos com menor preço, ao mesmo

⁶⁷Entrevista com o Sr. Bernardo Krommendijk, em fevereiro de 2016.

que asseguravam a independência quanto aos grandes proprietários de terra, que anteriormente forneciam a mercadoria a estes lavradores.⁶⁸

Os associados deveriam fazer ao menos uma reunião por mês para marcar os preços, pois cada mês havia mudanças na tabela dos produtos colocados na cantina. Os associados escolhiam um conselho executivo e o conselho fiscal que deveriam funcionar em íntima ligação com os que usavam a cantina. Contudo a cantina possuía alguns problemas vinculados a compra não a vista dos produtos. Informavam que “em quase todas as cantinas existia o mal do fiado”. Este parecia o maior problema desse projeto, em busca de resposta para eliminar esse mal, foi feita uma avaliação sobre as causas do fiado nas cantinas comunitárias. O resultado oscilava entre o atraso do pagamento entre as pessoas que recebiam salário mensal (às vezes este salário era insuficiente para suprir as necessidades básicas da família e em outras situações. Outra questão observada era a falta de consciência do associado que deveria contribuir com mais dinheiro quando poderia fazê-lo, mas não fazia. Outras causas do problema era a falta de produção agrícola, ausência de boa saúde e a falta de boa vontade dos agricultores associados (SILVA, 2016).

Silva (2016) informa que após debaterem sobre o problema, os organizadores da cantina chegaram a algumas conclusões. No caso advertia que para haver a melhora da cantina, para está não vir a falir era necessário a criação de uma associação dentro da comunidade para atender e conscientizar os associados de participar com igualdade com uma cota na cantina e tornar os associados mais íntimos da situação da cantina.

Algumas questões apontadas, quanto à importância das cantinas, parecem elucidar os problemas apresentados por este projeto desenvolvido pela igreja Católica nas comunidades rurais da região de Cametá. Quando se perguntou aos trabalhadores rurais se “a cantina é um valor para você, sim ou não, e por quê? As respostas foram variadas, mas foi consenso à afirmação de que a cantina na época ruim trazia mercadoria de que a população pobre precisava, uma vez que as famílias podiam poupar mensalmente uns Cr\$ 300,00.⁶⁹ Deste modo é possível perceber que a cantina foi instrumento que ajudou os trabalhadores, sendo que na comunidade Nova América, segundo a declaração do informativo de 17 de julho de 1981, a cantina comunitária era

⁶⁸Boletins das Comunidades Cristãs de 1981, número 01, de Março e número 02, de abril.

⁶⁹Informativo número 3 de 1979, da Prelazia de Cametá.

o projeto que havia motivado a Comunidade Cristã a “prosseguir em frente na sua caminhada de fé”.⁷⁰

Em vista disso a formação de cantinas seria um primeiro passo para lavradores se defenderem contra a exploração do seu trabalho, mas existiam projetos mais ousados após a abertura de cantinas, logo deveria haver também a formação de cooperativas, dirigidas pelos próprios trabalhadores, pois essas cooperativas seriam mais fortes através da união dos sócios da cantina, pois reuniria um número maior de associados. Essa certeza se dava pelo fato de que as cantinas apesar de reunir poucas pessoas eram eficazes.⁷¹ Tratava-se, portanto, de uma experiência que buscava também um exercício de formação dos trabalhadores rurais, visto que estes deviam se apropriar do conhecimento vinculado a experiência do trabalho em cooperativas, assim como da importância em exercer um mínimo de organização para assegurar melhorias na sua condição de vida.

2.4.2 O projeto de cultivo experimental de Braço-Miri

Sem sombra de dúvidas outro projeto além das cantinas, que chamava bastante atenção, organizado pela Prelazia de Cameté era os referentes à agricultura. Sobre este é notória a importância do mesmo, pois existiam várias colunas dos jornais que ensinavam as técnicas, para os pequenos e médios agricultores, plantarem sem citar inúmeras palestras e debates para arrecadar fundos para estes projetos, muitos desses auxílios vinha da Holanda.⁷² Sobre a questão o engenheiro agrônomo da época senhor Bernardo Krommendijk, informa que este deveria ensinar técnicas mais adequadas para a lavoura com pimenta, cacau, café, guaraná, fruteira e também criação de pequenos animais.⁷³

Segundo o engenheiro holandês a pimenta do reino foi primeiro produto introduzido em Tome-Açu, na década de 1970 não muito longe da Prelazia de Cameté. Nesse momento alguns padres holandeses descendentes de agricultores começaram a experimentar o plantio da pimenta do reino. Este episódio remonta os anos de 1972 e 1973. A iniciativa teria sido tomada pelos padres Jacobus Cornelis Van Poels (Padre

⁷⁰*Ibidem.*

⁷¹*Ibidem.*

⁷²Informativo de 17 de julho de 1981, Prelazia de Cameté.

⁷³*Ibidem.*

Tiago), Gerardus Alfons Paridaen (Padre Geraldinho), Johannes Gerardus Boonekamp (Padre Joãozinho), como registramos.⁷⁴

Para implantação do projeto existiam as cooperações internacionais através da “Brasil op Weg”, MISERIOR, ADIUTO, que funcionava como um fundo de ajuda aos projetos da teologia aqui no Brasil e em outros países da América Latina. Houve inúmeras discussões sobre a auto sustentação desses projetos da igreja progressista e também dos movimentos sociais, uma dessas idéias, era que a igreja promover suas próprias plantações agrícolas, para poder ter condições de promover seus encontros e seus cursos de formação e treinamento, para não mais precisar da cooperação internacional. Então em Cametá a sede da Prelazia de Cametá chegou a ter um plantio de quase 30 mil pés de pimenta que serviria como fundo para manter os trabalhos sociais e pastorais da Igreja (SILVA, 2016, p. 153).

Considerando a experiência da Prelazia de Cametá, havia três áreas de plantios demonstrativos; Curuçambaba, Aricurá e Bração-Miri. Este último era uma área de 100 hectares localizada no município de Baião/PA, onde foram plantados cinco mil pés de pimenta do reino, para demonstração educativa. A agricultura familiar vinha adicionada de pequenos financiamentos para que os agricultores pudessem colocar na prática o que aprendeu no curso de agricultura. Os financiamentos eram pagos com a própria produção de pimenta, pois existia muita inflação, segundo o engenheiro na época a *Pimentus negrituns*, chegou a alcançar \$ 4,00 dólares o quilo (SILVA, 2016).

Tendo como exemplo a experiência de Bração-Miri, esta consistia em uma área que recebia o ano todo, principalmente nos meses de janeiro até maio, toda semana, grupos de agricultores vindos de toda a Prelazia de Cametá para aprender na prática o tratamento de diversas culturas, e como montar um sítio familiar, que era uma forma de plantar, de modo que o agricultor tivesse o ano todo o que comer. Então era plantado de tudo um pouco, sem esquecer também do meio ambiente, não fazendo queimadas, fazendo uma agricultura sustentável. Havia a experimentação do adubo orgânico, na época o adubo químico era mais barato e por um tempo ele foi utilizado, mas em longo prazo o adubo orgânico se mostrou mais eficiente. Aqui fica mais uma vez registrada a idéia de uma formação dos trabalhadores pela via da apropriação técnica e do conhecimento, do que se entendia como a melhor forma de cultivo (SILVA, 2016, p. 153).

⁷⁴Informativo número de 02 de abril de 1981, Prelazia de Cametá.

No caso de Bração-Miri os registros revelam uma tentativa de organização dos agricultores pela via do trabalho, uma característica observada nos projetos vinculados a igreja. Neste aspecto, a formação técnica, através da apropriação de novas tecnologias associadas ao plantio, partilhava de uma preocupação com a melhor condição de vida dos trabalhadores, sem esquecer a necessidade de organização política destes agricultores. Ao que se observa, os plantios demonstrativos não apenas expressavam a necessidade da introdução de novas formas de cultivo, como ainda revela a expectativa que a igreja adotou como estratégia de organização.

Imagem 05: Entrada do sítio Bração Miri em 1980.



Fonte: Prelazia de Cametá, 1980.

As experiências da igreja no sentido de intervir na organização dos produtores rurais se expressam em ações que envolviam outros gêneros agrícolas. No caso, tratava-se do guaraná que na época a propaganda promovida através do rádio e televisão, desencadeou uma grande procura. Segundo o informativo de janeiro 1982 o plantio de guaraná da região estava adiantado, considerando as primeiras experiências de cultivo. O informativo faz questão de enfatizar o cuidado que se deveria ter com as mudas de

guaraná ensinando o “passo a passo” todas as técnicas necessárias ao desenvolvimento de arbustos, e todas as possíveis variações de crescimento. Destacava que era bastante lucrativo plantar guaraná, pois as fábricas de refrigerantes, onde 90% do guaraná eram utilizados, os 10% restantes é destinado para as fábricas de remédios estavam procurando em torno de 3 mil toneladas e a produção naquele momento chegava a penas a 60 toneladas, o que demonstrava que havia uma grande demanda pelo produto. Isto tornava o guaraná bastante valorizado. Apenas para se ter uma idéia, o quilo somente torrado por duas horas no forno de farinha era de Cr\$ 3.000,00. Por tanto era de suma importância que os agricultores se unissem na produção dos pés de guaranás, uma vez que este seria mais uma renda para os trabalhadores, mas uma maneira, ou melhor, dizendo mais um instrumento prático para a libertação econômica do pequeno agricultor.⁷⁵

Apesar do ano de 1982, ter sido positivo para os agricultores da região, o ano seguinte foi de dificuldades, pois nos meses de janeiro e fevereiro as chuvas não foram favoráveis. A escassez de chuva provocou a perda da produção de arroz, o milho e também a pimenta. Somente alguns produtos tais como café, cacau e guaraná, não sofreram tantos danos, no entanto a mandioca que possui a resistência contra seca fracassou devido às pragas que atingiram nos meses depois da seca, mostrando os primeiros problemas quanto à experiência dos plantios promovidos pela ação dos projetos da igreja.⁷⁶

Os problemas anteriores levaram os agricultores a se depararem com o preço do arroz, milho e farinha muito mais alto para os consumidores, uma vez que a oferta do produto era baixa. Esta situação provocava reclamações quanto às experiências de cultivo desenvolvidas pela igreja. Sobre a questão, o senhor Manoel Bragança Pinheiro informa que muitos trabalhadores, ele inclusive, começaram a duvidar desta forma de organização de trabalho desenvolvida pela igreja, pois a escassez de chuva que levou a queda na produção, não apenas deixava os agricultores endividados, como ainda ficava sem alimentos para seu sustento, isto porque muitos lavradores deixavam de produzir gêneros que serviam para sua alimentação, para cultivar a pimenta ou o cacau. Manoel Pinheiro continua destacando que com isso, muitos deixaram de ir até nas reuniões, pois

⁷⁵Revista da Prelazia de Cametá, número 109 de dezembro de 1983 a janeiro de 1984.

⁷⁶Informativo número 02 de janeiro de 1982, Prelazia de Cametá.

achavam que a forma como “as coisas estavam indo, era melhor cada um seguir seu caminho”.⁷⁷

As palavras de Manoel Pinheiro reafirmam a vinculação entre os projetos desenvolvidos pela igreja e a organização dos trabalhadores rurais, numa relação entre a formação técnica e a política. Em outras palavras, a implantação de projetos aparece como estratégia de mobilização dos agricultores na região, em uma relação de complementação. Neste aspecto, o êxito na organização destes trabalhadores, ao que tudo indica, estava associado a bom andamento dos projetos.

Dessa forma, se percebia a visão da igreja Católica na época que se posicionava tentando unir fé com as ações concretas da realidade vivenciada pela população local, determinando assim, a ação pastoral assumida em Puebla em 1968, que denunciava as estruturas injustas e as ideologias que oprimiam e escravizavam o povo, convocando as pessoas a uma vida de “comunhão e participação”, engajando-se num processo de libertação do homem, repassando sua missão evangelizadora, numa opção preferencial pelos pobres, como já registrado.

2.5 Trabalhadores Rurais e a construção da barragem de Tucuruí

O posicionamento da igreja na opção pelos pobres entrava de cheio nos conflitos e injustiças sofridas por essa classe, onde os lavradores eram empobrecidos e frutos da exploração do sistema capitalistas impetrados pelos governos ditatoriais na região. Como se dizia na época, foram tempos difíceis e terríveis enfrentados pelo povo. Suas organizações foram proibidas, muitos líderes foram presos, perseguidos e assassinados. Os direitos humanos eram desrespeitados e tudo em nome de uma ideologia da “segurança nacional”. Todavia, todos aqueles que ousavam defender a liberdade e a justiça eram perseguidos e chamados de “comunistas”. Neste sentido, parte da igreja Católica incentivava a resistência contra as injustiças, ajudando a construção de um processo de libertação, que visava despertar nos cristãos o compromisso com a transformação que perpassava pelo caminho evangélico e o engajamento político. Garantindo com isso que “a política não era algo estranho a fé, mas sim uma dimensão da própria fé, pois a fé sem prática (obra) é uma fé morta”.⁷⁸

⁷⁷Entrevista com Manoel Bragança Pinheiro de Souza membro do STTR de Cametá, junho de 2015.

⁷⁸Trecho baseado no Doc. de Puebla nº 521-524. Jornalzinho das Comunidades Cristãs, nº 102, p. 19 -20, Agosto/1982 (Arquivos da Diocese de Cametá).

Os registros sobre os aspectos principais desta época é anteriormente destacado para abrir espaço para pensarmos as formas de organização dos trabalhadores rurais vinculadas as praticas de atuação da igreja, em um contexto de regime ditatorial. Neste aspecto, as ações dos trabalhadores rurais e sua relação com a igreja é concebida como também espaço de formação de lideranças, ou seja, a atuação dos agricultores em torno de sua organização e luta por melhores condições de vida deve ser lida como experiências formativas de lideranças politicas que, posterior ou concomitantemente, passam a atuar nos sindicatos.

O engenheiro agrônomo Bernardo Krommendijk afirma que também recebiam o apoio da entidade internacional holandesa chamada de CEBEMO, ligada a CORDAID, que prestava ajuda financeira a região Tocantina, na área da agricultura, saúde, conflitos de terra, etc. Esclarece que essa entidade juntava dinheiro na sociedade da Holanda e demais países europeus como objetivo de ajudar as organizações da sociedade civil, como as ong's Cáritas e CPT, aqui no Brasil. Na época, lembra ele, que tudo começou com os trabalhos ligados a igreja, porque “era só debaixo do guarda chuva da igreja que se poderia desenvolver um trabalho digno, porque tudo o que se fazia na época era considerado trabalho subversivo [...]”, porque sofriam perseguições direto da polícia secreta ligada a ditadura militar que imperava também na região, como registra as imagens a seguir. Essas entidades tinham, portanto, dentro do seio da igreja Católica a intenção de ajudar as pessoas pobres do terceiro mundo, na luta em combate aos regimes ditatórias, percebido como responsáveis pela falta de liberdade, opressão e miséria a que vivam as populações rurais do país e da região de Cametá.

Imagem 06: Policiais da Ditadura Militar em vigília as Manifestações do dia 25 de Julho de 1984



Fonte: Arquivo pessoal do Sr. Bernardo Krommendijk, 1984.

Imagem 07: Presença da “polícia secreta” disfarçada de fotógrafo, em registro as manifestações dos trabalhadores rurais, 1984.



Fonte: Arquivo pessoal do Sr. Bernardo Krommendijk, 1984.

Bernardo Krommendijk pontua ainda, que a formação dos trabalhadores rurais se destacou de forma mais acentuada depois da conquista dos sindicatos rurais na região. Isso se constata no relato da equipe da CPT, que na época era uma pastoral dentro da estrutura da Prelazia de Cametá. Ao fazer referência ao “Encontrão dos Lavradores” ocorrido no período de 24 a 28 de Abril de 1984, no Seminário da Aldeia-Cametá/PA⁷⁹, não deixa de destacar a importância destes encontros para a formação das lideranças políticas locais. Isto se justificaria, pois estes se constituíam como espaços onde se discutia as organizações sindicais, os rumos do novo sindicalismo, a conjuntura política dos novos partidos políticos não legalizados e de forma geral, os problemas enfrentados pelos lavradores da região Tocantina. Que a partir desses encontros que eram realizados mensalmente, crescia em toda região a consciência de organização e a partir da base foram criadas as oposições sindicais em toda a região.

Em Cametá, os trabalhadores rurais que compunham a chapa da oposição sindical ganharam as eleições do STTR, em 1974 com 1.597 votos contra 355 votos da

⁷⁹Jornalzinho das Comunidades Cristãs, nº 111, junho/1984 (Arquivos da Diocese de Cametá).

chapa da situação. Em 1983, foi conquistado o STTR de Baião, os trabalhadores rurais também participaram ativamente da política partidária, saindo como candidatos. Também em 1983, através de uma delegação de lavradores do Baixo Tocantins ao participarem do Congresso ENCLAT's, foi fundada a CUT – Tocantina.⁸⁰ E neste mesmo ano foi conquistado o STTR de Tucuruí, onde a organização dos trabalhadores rurais romperam mais uma vez com o “peleguismo” e obtiveram a vitória com 151 votos, contra 95, da chapa da oposição que criaram todo tipo de estratégias para impedir e tumultuar a eleição, até mesmo com a intervenção da polícia. Segundo relatos da CPT, este grupo, tinham apoio da Eletronorte e da Empresa Camargo Correa, que eram contra os lavradores na época, devido seus posicionamentos contra as injustiças da barragem. Estas empresas portanto, apoiavam e faziam oposição ao trabalhadores rurais, afirmam que elas doaram ônibus para transportar eleitores para votar em sua chapa, como também dos aliados políticos do PDS – Partido Democrata Social, que pagava cerveja e cigarros para conquistar os eleitores.⁸¹

No dia 02 de dezembro de 1985, foi a vez da conquista do STTR de Limoeiro do Ajurú, onde duas chapas concorreram as eleições. A “chapa 01 contava com a assessoria do advogado João Batista, que estimulava os trabalhadores para briga, tumultuando o processo de votação, que neste dia aconteceu num clima de muita tensão [...]”, mas a chapa 2 apoiada pela CUT e pela oposição sindical, ganharam por 333 votos contra 70 votos da chapa da situação.⁸² Em 1986, foi conquistado o STTR de Mocajuba.⁸³

No decorrer desse processo de organização foram surgindo as primeiras iniciativas formativas e as experiências sequenciais que proporcionaram a criação de espaços específicos de formação e qualificação dos trabalhadores rurais que atuavam no sindicato; dessa forma, foram valorizando as formações como peça fundamental para a construção e organização como categoria sindical, afirma Bernardo Krommendijk.⁸⁴

O entrevistado Bernardo Krommendijk destaca ainda, que um dos pontos forte de organização dos trabalhadores foi a mobilização contra a Hidrelétrica de Tucuruí, confirmando a presença da igreja Católica em comunhão na organização dos movimentos populares e trabalhadores rurais, servindo este momento como importante acontecimento para fortalecer a organização dos trabalhadores rurais. Por conta disso,

⁸⁰Jornalzinho das Comunidades Cristãs, nº 109, dezembro/1983.

⁸¹Jornalzinho das Comunidades Cristãs, nº 112, Julho de 1984.

⁸²Jornalzinho das Comunidades Cristãs, nº 119, p. 13, dezembro de 1985.

⁸³Relatório do VII Encontro Anilzinho, out/1987.

⁸⁴Entrevista com o Sr. Bernardo Krommendijk, em fevereiro de 2016.

esses eventos de manifestação dos trabalhadores em toda a região Tocantina, foi cada vez “evoluindo” e ganhando forças, como o dia 25 de julho em que se comemorava o *dia do Trabalhador Rural*, 1º de Maio - o *dia do Trabalho*, 7 de Abril – o *dia Nacional da Saúde*. Um caso a destacar é a comemoração do dia 25 de julho, onde contou com a presença de mais de cinco mil pessoas em caminhada pelas ruas da cidade de Cametá. Esclarece que a programação sempre começava na catedral de São João Batista, depois percorria as ruas da cidade até chegar a Igreja de Santa Maria, na entrada da cidade pela BR 422, onde era celebrado um missa e depois encerrava com uma confraternização (música, dança, cerveja, como descontração). Que na época possuíam apenas um carro que era da prelazia, onde improvisavam uma caixa de som com um alto-falante, como registra as imagens a seguir.

Imagem 08: Cartaz 25 de Julho, Dia do Trabalhador Rural, em 1984.



Fonte: Arquivo pessoal do Sr. Bernardo Krommendijk, 1984.

Imagem 09: Manifestação do 25 de Julho, 1984.



Fonte: Arquivo pessoal do Sr. Bernardo Krommendijk, 1984.

Senhor Bernardo Krommendijk informava ainda que fazia as filmagens através de uma pequena câmara, e que teve de passar escondido dos órgãos de fiscalização no aeroporto do Brasil, o que lhe garantiu fazer ricos registros das manifestações dos trabalhadores rurais em Cametá. Ressalta ainda que estas imagens apresentadas aos trabalhadores rurais, também serviram para auxiliar na formação política desses sindicalizados, pois despertavam sentimento de orgulho e admiração, pelo que até então haviam realizados.⁸⁵

Destaca que na época, o foco principal era as reivindicações contra a barragem de Tucuruí, onde lembra que foram organizados através dos movimentos, a ida para Tucuruí, com objetivo de bloquear os trabalhos realizados pela Eletronorte, que era a empresa responsável pelos serviços da construção da barragem. Que depois que os trabalhadores resolveram fazer o manifesto, foram para as ruas nas mediações da barragem, enfrentando dezenas de policiais, que bloqueavam a passagem dos trabalhadores, e “após horas de espera no sol escaldante, informava que foi possível fazer uma negociação para deixar passar uma equipe de umas dez pessoas

⁸⁵Entrevista com o Sr. Bernardo Krommendijk, em fevereiro de 2016.

representantes dos trabalhadores como a presença do Bispo D. José Elias, em que o objetivo era negociar com a Eletronorte”.⁸⁶

O projeto de construção de barragens na Amazônia remete aos anos de 1960, mas foi colocada em prática em 1973. A produção teria de alcançar a meta 7.960 mega watt. No caso da barragem de Tucuruí iria se formar o segundo maior lago artificial do mundo, possuindo uma altura 85 metros, e podem passar por ela até cem mil metros cúbicos de água por segundo (isto quer dizer duas vezes mais água que na cheia dos anos de 1980), o reservatório possuiria 2.160 km.

Esses dados, segundo o engenheiro agrônomo Bernardo Krommendijk faziam parte de uma campanha de conscientização, para que a população tivesse uma noção de quanto era grandiosa a barragem, porém a preocupação não estava com o progresso tão anunciado pelo governo, mas com suas conseqüências.⁸⁷ Para a população que morava na área da barragem foi feito um decreto de desapropriação por utilidade pública. No caso, o governo havia mandado fazer um levantamento das famílias da área, onde o reservatório se encontrava, das quatro mil famílias, 3.600 entraram no levantamento e os 400 restantes ficaram de fora. Dessas famílias 2.700 eram agricultores. Na colônia destinada as famílias, os lotes eram de 50 hectares, mas era de conhecimento dos agricultores que na norma da reforma agrária essa medida era de 100 hectares, além do mais, nesta área não havia escolas com professores, postos médicos, nem entrada de estradas vicinais, ou de penetração. De acordo com os dados, foram destinados 640 lotes para 2.700 famílias.⁸⁸

Diante destas situações as famílias envolvidas neste processo e os trabalhadores rurais da região começaram a se organizar e conseguiram muitas glebas de terras. Antes destas pressões feitas pelos lavradores, o Getat e a Eletronorte, diziam que não existiam terras, todavia os trabalhadores ainda continuavam preocupados com a questão da madeira, pois a Capemi não daria conta de tirar toda a madeira que seria alagada com a construção do reservatório da hidrelétrica. “A solução”, segundo os estudos do instituto de pesquisa ligado a Eletronorte seria jogar “agente Laranja” nas arvores, isto é, um veneno que mata todo o verde. Os efeitos seriam catastróficos, pois iria causar muitos

⁸⁶Entrevista com o Sr. Bernardo Krommendijk, em fevereiro de 2016.

⁸⁷Revista das Comunidades Cristãs, número 108, outubro de 1983, Prelazia de Cametá.

⁸⁸Revista das Comunidades Cristãs, número 106 maio de 1983, Prelazia de Cametá.

prejuízos para os peixes, árvores as pessoas, enfim para o ecossistema do rio Tocantins.⁸⁹

A experiência de luta que envolveu os agricultores atingidos pela construção da barragem de Tucuruí não apenas serviu para aglutinar os interesses destes trabalhadores. Bernardo Krommendijk destaca que esta demanda para garantir os mínimos direitos, como a terra para plantar, fez com que os lavradores se voltassem ainda mais para a defesa de organizações sindicais que lutassem em defesa dos trabalhadores rurais. Este movimento, para o engenheiro, é fundamental para o fortalecimento dos sindicatos rurais, pois muitos passavam a ver nestas entidades a capacidade de aglutinar seus interesses e capacidade de enfrentar as agências públicas e as empresas privadas que se instalavam na região.⁹⁰

Imagem 10: Manifestação dos Trabalhadores contra a Barragem de Tucuruí e o bloqueio dos policiais militares, 1984.



Fonte: Arquivo pessoal do Sr. Bernardo Krommendijk, 1984.

⁸⁹Ibidem.

⁹⁰Entrevista com o Sr. Bernardo Krommendijk, em fevereiro de 2016.

Imagem 11: Manifestação dos Trabalhadores contra a Barragem de Tucuruí/PA, presença da Policia Militar, 1984.



Fonte: Arquivo pessoal do Sr. Bernardo Krommendijk, 1984.

Imagem 12: Passagem da Equipe de negociação com a presença de D. José Elias Chaves (de camisa manjas compridas branca), 1984.



Fonte: Arquivo pessoal do Sr. Bernardo Krommendijk, 1984.

Na época toda a discussão girava em torno dos prejuízos causados pela construção da barragem. Que a Eletronorte garantia que os danos iriam afetar apenas os que estavam acima da barragem, tranquilizando o povo que morava a jusante. Mas não era o que se comprovava, informa Bernardo Krommendijk. Este foi o caso, lembra de 1984, quando secou praticamente todo o rio Tocantins no trecho de Tucuruí até na Vila de Ituquara.⁹¹ Que como consequências nunca voltou ao normal, pois muitos peixes desapareceram, o lodo verde que descia na água, contaminando sem condição de uso pelas populações ribeirinhas, obrigando-os a ter que buscar água na cidade. Lembra que também sobre isso escreveu várias cartilhas, alertando o povo sobre os danos da barragem.

Imagem 13: Pronunciamento do Engenheiro Agrônomo Bernardo Krommendijk, em manifestação dos atingidos da Barragem de Tucuruí/PA, 1984.



Fonte: Arquivo pessoal do Sr. Bernardo Krommendijk, 1984

⁹¹Sobre esse ocorrido o Sr. Bernardo Krommendijk, fez pessoalmente as filmagens aéreas (e ainda possui em seus arquivos) que mostram o estado do rio Tocantins no momento que se encontrava seco, praticamente sem água. Justifica que as filmagens na época saíram muito caras, mas foram custeadas pela entidade holandesa CEBEMO, o qual fazia parte.

Imagem 14: Manifestação contra os danos causados pela construção da Hidrelétrica de Tucuruí, 1984.



Fonte: Arquivo pessoal do Sr. Bernardo Krommendijk, 1984.

Imagem 15: O povo organizado contra a Hidrelétrica de Tucuruí



Fonte: Arquivo pessoal do Sr. Bernardo Krommendijk, 1984.

Considerando os registros presentes no Relatório de Atividades do STTR-Cametá, sobre o Encontro de formação para trabalhadores e trabalhadoras rurais de Cametá, ocorrido no período de 03 a 04 de Janeiro de 2001, no centro de formação do Seminário da Aldeia-Cametá/Pa, foi possível assegurar a importância da participação de representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cametá nos diversos acontecimentos de luta em defesa das populações pobres do Tocantins. Mais do que isso, estes acontecimentos parecem ter servidos como experiências importantes para a formação de lideranças e da importância dessas na continuação da luta que envolvia as demandas do trabalhadores rurais. Neste aspecto, este evento, teve como objetivo: fortalecer o sindicato, buscando maior organização em sua base, visando a promoção, a participação e a conscientização dos trabalhadores e trabalhadoras rurais no processo de obtenção de conquistas.

O evento também permitiu a construção do planejamento estratégico deste sindicato para os anos seguintes, destacando a necessidade de se trabalhar a formação dos sindicalistas com ações e temáticas específicas, como: organização coletiva de formação para implantação de políticas de formação do sindicato; relação de temas propícios e associados as demandas sociais de cada momento; construção de agenda de formação permanente; organização de cursos e buscar parceiras com entidades parceiras; formulação de propostas para intervenção do STTR nas áreas da cidadania, seguridade social, infraestrutura rural (eletrificação e estradas), organização produtiva e regularização fundiária. Os sindicatos deviam ainda incentivar e ampliar as lutas de massa como o *Dia Mundial da Saúde, Dia do Trabalho, Grito da Terra, Grito dos Excluído, Dia da Mulher e Dia do Trabalhador Rural*.

Como meta principal o encontro de formação, definia o marco central que residia no desfecho político que os respectivos cursos deveriam atingir enquanto estratégia mobilizadora e capaz de envolver e formar os delegados e delegadas sindicais, filiados e lideranças rurais da região. O questionamento girava em torno de todas as aprendizagens obtidas através desses processos formativos e das mudanças que os educandos poderiam alegar no decorrer do curso, além da afirmação da multiplicação criativa que assumiram ao dizer que iriam levar e repassar para a base os conhecimentos obtidos nestes cursos.

Imagem 16: Encontro de Formação do STTR-Cametá, Janeiro/2001.



Fonte: Acervo do STTR-Cametá, 2001.

Evidencia-se, portanto, nos cursos de formação, elementos para uma nova sociabilidade a partir de raízes da identidade camponesa e de classe. Compreender as questões que fundamentam a sociedade desigual, excludente para a maioria da população, identificar o lugar onde os preconceitos se fazem presentes, constituía-se como trilhas necessárias para se contrapor e buscar uma nova construção social. Neste aspecto, a conquista desses espaços se propõe a desenvolver uma pedagogia que procura contribuir para que os sujeitos reflitam sobre os sentidos da vida e sobre a reinvenção da emancipação humana. Numa pedagogia que estimule o olhar crítico sobre a realidade e que negue a perspectiva mercantil apregoadada pelo capitalismo em suas reinvenções na sociedade contemporânea e que produza um sentimento de revolta e insatisfação quanto às condições de exclusão vivida por estes trabalhadores. Estas parecem ser as reflexões em que as experiências de formação de liderança no Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadores de Cametá estiveram emersas, e que se observa nos registros materiais dessas experiências e da memória expressada na fala dos sujeitos que construíram este processo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar a formação de lideranças sindicais em Cametá/PA, destacando os aspectos significativos desse processo educativo dentro do lócus de observação, o STTR de Cametá, se constituiu um exercício de observação e registro que mesclava as ações de formações no interior desta entidade, como também das experiências formativas que se constitui nas ações de luta em defesa de direitos. É o que se poderia dizer de um exercício de formação que mesclava apropriação de conhecimento pela via dos cursos formativos, mas também pelos atos promovidos pelo sindicato.

Neste aspecto, evidenciamos as atividades de formação política desenvolvidas por esse sindicato, ao longo de sua trajetória como entidade constituída, analisando a formação desses sujeitos enquanto grupo social, numa perspectiva de luta de classes, transformando-os em elementos potencializadores de uma consciência de classe para si, que através de sua organização política adquiriram novos significados e valores. A compreensão dos aspectos formativos destas lideranças possibilitou reflexões e percepção da atuação destes indivíduos como sujeitos responsáveis em despertar mudanças entre seus membros como dirigentes, numa consciência hegemônica, contribuindo na busca para a transformação da sociedade. Isto fazia com que sua representação enquanto entidade, não fosse apenas um mero espaço de apaziguamento, nem vistas como utópicas, mas sim, detentores de mudanças sociais, capazes de superar as condições minimizantes estabelecidas pela classe dominante.

Por conseguinte, apontamos que através de seus saberes sociais, foi possível resignificar seus conhecimentos enquanto sujeitos sociais, numa relação de disputa de hegemonia político-ideológica com o capital, onde os trabalhadores e trabalhadoras rurais se fazem representar nos movimentos, apontando indícios de participação popular frente à realidade a qual estão expostos.

Temos consciência que ao se tratar de formação, referimo-nos também aos conhecimentos e atitudes que os sujeitos produzem diante dos problemas sócio-políticos vivenciados em sua realidade, o que “corrobora” para o processo de organização. Neste sentido, estamos assumindo um processo abordado pelo materialismo histórico dialético, que não se baseia apenas em descrever e impressionar-se, frente a esses aspectos, mas analisar a partir de uma perspectiva enquanto luta de classe, compartilhando com o processo de organização e fortalecimento dos trabalhadores e

trabalhadoras rurais enquanto classe. Portanto, são conhecimentos capazes de transformar a realidade em que vivem. Em outras palavras, ao abordamos sobre o termo formação, analisamos a partir de uma opção epistemológica, neste caso, utilizamos não apenas a visão pós-moderna, mas numa perspectiva histórico dialético. É por isso, que atribuímos neste trabalho que os trabalhadores e trabalhadoras rurais, enquanto sujeitos sociais constroem no cotidiano de suas relações, os seus conhecimentos.

Todavia, através das análises desenvolvidas chegamos a possíveis conclusões que estudar a formação dos trabalhadores rurais numa perspectiva marxista, pressupõe ter conhecimentos do processo de organização que eles fazem parte. Que estes enquanto sujeitos autênticos, constroem conhecimentos que se contrapõe a lógica capitalista, em relação ao sistema de contradições. Que dentro dessa ótica, só existe conhecimento por causa do trabalho. Neste aspecto, é o trabalho que gera o saber; para isso é necessário conhecermos as relações de produção onde o trabalho se realiza, ou seja, o conhecimento dos trabalhadores rurais é social porque é criado por um conjunto de sujeitos que têm o trabalho rural como elemento fundante de suas relações produtivas.

Para que possamos compreender e atingir nosso objeto de pesquisa como entidade representativa foi necessário buscarmos elementos dentro de uma base epistemológica que está por traz do conceito de movimento social, tendo por base a categoria consciência de classe, luta de classe, classe e relação de exploração, numa categoria que se embasa na idéia de uma consciência de classe em que se pressupõe o seu macro da consciência de classe em si, e para si.

Diante destas questões é importante ressaltar que não basta perceber estes trabalhadores como apenas integrantes desses movimentos, é necessário que estes sejam concebidos no seu processo de formação e qualificação, para entendermos como se constituem como lideranças. Em outras palavras, estamos destacando que a formação de lideranças constitui como estratégia central do movimento sindical rural em Cameté, como forma de garantir a própria permanência do sindicato. Para isso é necessário pensar cursos que, ao mesmo tempo em que reflita sobre a realidade de vida dos trabalhadores agrícolas, permitam construir estratégia de lutas que alterem esta realidade.

Há de se destacar também, que estes aspectos formativos, aparecem não apenas vinculados aos cursos apresentados pelo sindicato em parceria com a igreja e organizações não governamentais, mas também podem ser visualizados nas ações de luta promovidas pelo sindicato, como em defesa dos atingidos pelas barragens, por

exemplo. Outro caso de formação de lideranças aparece ainda nos projetos desenvolvidos pela igreja, como cantinas e cultivos experimentais, pois não se tratava apenas de ações voltadas para a melhoria da qualidade de vida desta população rural, mas também estes projetos buscavam assegurar a mobilização, o trabalho em regime de cooperação e ações coletivas, permitindo que estas experiências contribuíssem para um aperfeiçoamento da atuação política destes trabalhadores.

Diríamos, portanto, que o STTR de Cameté constituiu-se como espaço emblemático de formação. Esta atuação protagonista permitiu que Chicão, Zé Capina, Maria Gonzaga, Bragança, entre outros, se apropriassem de conhecimentos que envolviam estratégias da luta sindical e direito dos trabalhadores, e nesse movimento formaram um conjunto de sujeitos, que na atuação de militância no sindicato, se forjaram lideranças.

DOCUMENTOS DE CONSULTA

Arquivo do STTR-Cametá

- Relatório do curso de treinamento para fundar-se o STTR de Cametá, em 06/11/1973.
- Termo de sessão de posse do STR-Cametá, em 27/07/1975.
- Ata de reunião da Assembléia Geral Ordinária do STTR-Cametá, em 10/08/1975;
- Ata de reunião da Assembléia Geral Ordinária do STTR-Cametá, em 20/08/1975;
- Ata de reunião da Assembléia Geral Ordinária do STTR-Cametá, em 29/11/1976;
- Ata de reunião da Assembléia Geral Ordinária do STTR-Cametá, em 27/03/1976;
- Ata de reunião da Assembléia Geral Ordinária do STTR-Cametá, em 10/07/1976;
- Ata de reunião da Assembléia Geral Ordinária do STTR-Cametá, em 20/02/1977;
- Ata de reunião da Assembléia Geral Ordinária do STTR-Cametá, em 15/02/1977;
- Ata de reunião da Assembléia Geral Ordinária do STTR-Cametá, em 16/10/1977;
- Ata de reunião da Assembléia Geral Ordinária do STTR-Cametá, em 30/10/1977;
- Ata de reunião da Assembléia Geral Ordinária do STTR-Cametá, em 23/07/1978;
- Ata de reunião da Assembléia Geral Ordinária do STTR-Cametá, em 26/11/1978;
- Ata de reunião da Assembléia Geral Ordinária do STTR-Cametá, em 29/03/1980;
- Ata de reunião da Assembléia Geral Ordinária do STTR-Cametá, em 29/11/1980;
- Ata de reunião da Assembléia Geral Ordinária do STTR-Cametá, em 30/12/1981;
- Ata de reunião da Assembléia Geral Ordinária do STTR-Cametá, em 03/12/1984;
- Ata de reunião da Assembléia Geral Ordinária do STTR-Cametá, em 14/01/1985;
- Ata de reunião da Assembléia Geral Ordinária do STTR-Cametá, em 01/05/1985;
- Ata de reunião da Assembléia Geral Ordinária do STTR-Cametá, em 23/10/1985;
- Ata de reunião da Assembléia Geral Ordinária do STTR-Cametá, em 14/01/1985;
- Ata de reunião da Assembléia Geral Ordinária do STTR-Cametá, em 13/01/1986;
- Ata de reunião da Assembléia Geral Ordinária do STTR-Cametá, em 16/10/1985;
- Ata de reunião da Assembléia Geral Ordinária do STTR-Cametá, em 11/08/1986.
- Ata de reunião da Diretoria do SRT-Cametá, em 01/09/1975; 10/10/1975;
- Ata de reunião da Diretoria do SRT-Cametá, em 16/01/1976; 28/02/1976;
- Ata de reunião da Diretoria do SRT-Cametá, em 28/09/1976;
- Ata de reunião da Diretoria do SRT-Cametá, em 16/11/1976;
- Ata de reunião da Diretoria do SRT-Cametá, em 15/01/1977;
- Ata de reunião da Diretoria do SRT-Cametá, em 18/05/1977;
- Ata de reunião da Diretoria do SRT-Cametá, em 27/07/1981;
- Ata do Conselho Fiscal do STTR de Cametá, em 01/07/1977;
- Ata de posse da Junta Governativa do STTR de Cametá, em 17/11/1984.
- Relatório do STTR de Cametá, de 23/01/1976;
- Relatório do STTR de Cametá, de 09/04/1976;
- Relatório do STTR de Cametá, de 25/11/1977;
- Relatório do STTR de Cametá, de 25/08/1977;
- Relatório do STTR de Cametá, de 29/07/1981;
- Relatório do STTR de Cametá, de 05/04/1981.

Arquivo da Diocese de Cametá

- Carta de rompimento da Prelazia de Cametá com a FASE, em 10/1980.
- Relatório do STTR-Cametá, em 01/07/1995.
- Relatório da 8º encontro de lavradores da região Tocantina, de 24 a 28/04/1985.
- Relatório da 9º encontro de lavradores da região Tocantina, de 27/04 a 01/05 de 1986.

- Relatório do 1º Encontro Intersindical em Mocajuba, em 26 a 29/01/1983.
- Relatório do 2º Encontro Intersindical em Igarapé Miri, em 02 a 04/04/1983.
- Relatório do 6º Encontro dos Lavradores em Cametá, em 11 a 16/04/1984.
- Relatório do 2º Encontro dos animadores Prelazia de Cametá do Tocantins ocorrido nos dias 24 a 27 de setembro de 1981.
- Relatório do 3º Encontro de Animadores da Prelazia de Cametá em 23 e 24 de março/1982.
- Relatório de 5º Encontro de Animadores da Prelazia de Cametá de 09 a 12 de julho/1984.
- Relatório do 6º Encontro de animadores da Prelazia de Cametá ocorrido nos dias 22 a 24 de abril de 1985, realizado no seminário da aldeia Cametá.
- Relatório do 8º Encontro de animadora e seus esposos da Prelazia de Cametá entre 24 e 27 de outubro de 1988.
- Relatório do Encontro de Padres e Animadores da Prelazia de Cametá de 24 a 27 de setembro 1981.
- Relatório do Encontro dos animadores 2 a 25 de maio de 1980.
- Relatório do III Encontro Anilzinho Comunidade Cristã de Nova América, 28 a 31 de outubro de 1982.
- Relatório do IV Anilzinho, em Jornalzinho das Comunidades Cristãs, nº 108, Outubro de 1983.
- Relatório do Encontro Anilzinho na Comunidade Cristã de Nova América entre 20 e 24 de outubro de 1989.
- Revista da Prelazia de abril de 1985, número 115.
- Cartilha do Anilzinho, p. 3. Arquivo da Diocese de Cametá.
- Informativo número 3 de 1979, da Diocese de Cametá.
- Informativo de 17 de julho de 1981, Diocese de Cametá.
- Informativo Nº 4 de julho de 1979 da Diocese de Cametá.
- Jornalzinho das Comunidades Cristãs, número 106 maio de 1983.
- Jornalzinho das Comunidades Cristãs, nº 108, outubro de 1983.
- Jornalzinho das Comunidades Cristãs, nº 102, p. 19 -20, agosto/1982.
- Jornalzinho das Comunidades Cristãs, nº 109, dezembro/1983.
- Jornalzinho das Comunidades Cristãs, nº 111, junho/1984.
- Jornalzinho das Comunidades Cristãs, nº 112, Julho de 1984.
- Jornalzinho das Comunidades Cristãs, nº 119, p. 13, dezembro de 1985.
- Boletins das Comunidades Cristãs de 1981, número 01, de Março e número 02, de abril.

Arquivo da Câmara Municipal de Cametá

- Ata da 6ª Sessão da 4ª Legislatura em 30/04/1959;
- Ata da 10ª Sessão da 3ª Legislatura em 20/06/1961;
- Ata da 17ª Sessão da 3ª Legislatura em 18/09/1961;
- Ata da 18ª Sessão da 3ª Legislatura em 19/08/1961;
- Ata da 1ª Sessão da 4ª Legislatura em 15/04/1962;
- Ata da 1ª Sessão da 5ª Legislatura em 31/01/1963;
- Ata da 1ª Sessão da 5ª Legislatura em 31/01/1963;
- Ata da 17ª Sessão da 3ª Legislatura em 18/09/1961;
- Ata da 2ª Sessão da 5ª Legislatura em 16/04/1963;
- Ata da 6ª Sessão da 5ª Legislatura em 22/04/1963;
- Ata da 9ª Sessão da 5ª Legislatura em 25/04/1963;
- Ata da 11ª Sessão da 5ª Legislatura em 29/04/1963;

- Ata da 13ª Sessão da 5ª Legislatura em 02/05/1963;
- Ata da 21ª Sessão da 5ª Legislatura em 148/05/1963;
- Ata da 31ª Sessão da 5ª Legislatura em 29/05/1963;
- Ata da 32ª Sessão da 5ª Legislatura em 30/05/1963;
- Ata da 34ª Sessão da 5ª Legislatura em 03/06/1963;
- Ata da 36ª Sessão da 5ª Legislatura em 10/06/1963;
- Ata da 56ª Sessão da 5ª Legislatura em 01/08/1963;
- Ata da 2ª Sessão da 5ª Legislatura em 15/04/1964;
- Ata da 19ª Sessão da 5ª Legislatura em 15/08/1964;
- Ata da 18ª Sessão da 3ª Legislatura em 16/05/1967;
- Ata da 13ª Sessão ordinária em 13/09/1973.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRÉ, Marli Eliza D.; LÜDKE, Menga. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.
- ASSIS, William Santos de. *A construção da representação dos trabalhadores rurais no sudeste paraense*. Tese de Doutorado, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, 2007.
- AZEVEDO, Fernando Antonio. *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- BARRETO, Álvaro. Uma avaliação da produção historiográfica sobre os Círculos Operários. In: Anos 90, Porto Alegre, nº7, julho de 1997.
- BOITO JUNIOR, Armando. *O sindicalismo de estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical*. São Paulo, 1991.
- BOURDIEU, Pierre. Une classe objet. In: *Actes de la recherche en sciences sociales*. v. 17-18, nov. 1977, p. 2-5.
- _____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro/Lisboa: Difel/Bertrand, 1989.
- BOFF, Leonardo; *Cadernos, Fé e Política*, nº 2, Rio de Janeiro, 1989.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é educação*. São Paulo: Brasiliense, 2007.
- _____. *O que é educação popular*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- CARVALHO, Delza Maria de. *Política e exclusão social: um estudo sobre o município de Cametá*. Belém: Camutás, 1998.
- CONCEIÇÃO, M. F. C. da. Reprodução social da agricultura familiar: um novo desafio para a sociedade agrária do nordeste paraense. In: *No mar, nos rios e na floresta: faces do campesinato no Pará*. (Orgs.) HEBETTE, J; MAGALHÃES, S. B. & MANESCHY, M. C. Belém: Edufpa, 2002.
- COSTA, Gilson da Silva. *Desenvolvimento rural sustentável como base no paradigma da agroecologia*. Belém: UFPA/NAEA, 2006.
- COSTA, L. F. C. *Sindicalismo rural brasileiro em construção*. Rio de Janeiro: Forense Universitária: UFRRJ, 1996.
- DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. *O Planejamento da Pesquisa Qualitativa*. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- DIEHL, Astor Antonio. *Os Círculos operários: um projeto sócio-político da Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1932 – 1964)*. Dissertação de mestrado PUCRS, Porto Alegre, 1986.
- DI PAOLO, Darcy de Nazaré Flexa. *Os Estivadores do Pará no Movimento Sindical Brasileiro: um estudo sociológico*. Belém (PA): CEJUP/CEPAS, 1986.

FAVARETO, Arilson. “Agricultores, trabalhadores: os trinta anos do novo sindicalismo rural no Brasil”. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 21 n. 62, 2006, p. 27-44.

FAVACHO, José Coutinho. *O Catolicismo Amazônico e as CEBs diante das Transformações Sociais em Ocorrência na Região: Estudo sobre a Pastoral da Prelazia de Cametá, à luz da Teologia da Libertação*. Dissertação de Mestrado em Teologia, PUC, Rio de Janeiro, 1984.

FORMAM, Shepard. *Camponeses: sua participação no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 28 ed. R J, Paz e Terra, 1987. (Col. O Mundo, Hoje). V. 21.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *A produtividade da escola improdutiva. Um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista*. São Paulo: Cortez, 1993.

GOHN. Maria da Glória. *Movimentos Sociais e Educação*. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. *O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias*. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. *Teorias dos movimentos sociais. Paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 2011.

_____. *Educação não formal e o educador social*. São Paulo: Cortez, 2010.

GOODE, William J. HATT, Paul K. *Métodos em Pesquisa Social*. BORI, Carolina (Trad.). 4ª Ed. Companhia Editora Nacional: São Paulo, 1975.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Vol. 1. Tradução e edição de Carlos Nelson Coutinho; co-edição de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

_____. *Os intelectuais e a organização da cultura*. São Paulo: Cortez, 1991.

GRZYBOWSKI, C. *Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo*. Petrópolis: Vozes: FASE, 1987.

GUERRA, G. A. D. *Das associações de Lavradores aos Sindicatos de Lavradores*. Trabalho apresentado no IV Encontro Regional do PIPSA, 1988.

GUERRA, G. A.D. e ACEVEDO MARIN, R. E. *Das associações de lavradores aos sindicatos de trabalhadores rurais – o caso do Pará*. Salvador: Cadernos do CEAS, v. Mar/Abr, nº 126, 1990.

HÉBETTE, J. O Grande Carajás: um novo momento da história moderna da Amazônia Paraense. In: *Na Trilha dos Grandes Projetos - Modernização e Conflito na Amazônia*. (Orgs.) CASTRO, E. M. R. de. & HEBETTE, J. Belém: NAEA/UFPA, 1989.

HOBBSAWM, Eric. *Mundo do trabalho: novos estudos sobre história operária*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

IANNI, O. *A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1979.

_____. *Classe e Nação*. Petrópolis: Vozes, 1986.

_____. *O sindicalismo dos trabalhadores rurais na micro-região de Marabá*. 1997.

KALDT, Emanuel de. *Católicos Radicais no Brasil*. Brasília: UNESCO/ MEC, 2007.

MANFREDI, Silvia Maria. *Formação sindical no Brasil: história de uma prática cultural*. São Paulo: Escrituras Editora, 1996.

MARTINS, José de Souza. *A militarização da questão agrária no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1984.

_____. *Os camponeses e a política no Brasil*. As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 3ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

MARX, Karl. *O capital: Crítica da Economia Política: livro I*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008..

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *História dos Movimentos Sociais no Campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

_____. “*Reforma Agrária: concepções, controvérsias e questões*”. In: Cadernos RIAD. Rio de Janeiro: IBASE, 1993.

_____. “Sem terra, assentados, agricultores familiares: considerações sobre os conflitos sociais e as formas de organização dos trabalhadores rurais brasileiros”. In: GIARRACCA, N. (Org.). *Una nueva ruralidad en América Latina?*. Buenos Aires: CLACSO, 2001.

_____. “Agricultura familiar no Brasil: Aspectos da formação de uma categoria política”. In: MABEL Manzanal; GUILLERMO Neiman. (Org). *Las agriculturas familiares del Mercosur. Trayectorias, amenazas y desafíos*. Bueno Aires: Ciccus, 2010.

NEVES, Delma Pessanha. “Mediação social e mediadores políticos”. In: NEVES, Delma Pessanha. *Desenvolvimento social e mediadores políticos*. Porto Alegre: Ed. EFRGS, 2008.

NOVAES, Regina Reyes. “Contag e CUT: Continuidades e rupturas da organização sindical do campo”. In: BOITO, Armando *et al* (orgs.). *O sindicalismo brasileiro os anos oitenta*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

_____. *De Corpo e Alma: Catolicismo, classes sociais e conflitos no campo*. São Paulo: Graphia, 1995.

PALMEIRA, Moacir. “A diversidade da luta no campo: luta camponesa e diferenciação do campesinato”. In: *Igreja e Questão Agrária*. São Paulo: Edições Loyola. 1985.

PANTOJA, Ana Bárbara de Oliveira. *Fé, política e organização sindical: a história do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cameté (1960-1985)*. Monografia de Conclusão de Curso, Belém: UFPA, 2009.

PAULON, Alessandra Ciambarella. Entre o rosário e as armas: a Ação Popular e a questão da luta armada no Brasil (1965-1968). *Anais da ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História*. Londrina, 2005, p. 1-14.

PEREIRA, Airton dos Reis. *O papel dos mediadores nos conflitos pela posse da terra na região Araguaia Paraense: o caso da Fazenda Bela Vista*. Viçosa: UFV, 2004a. 205p. (Dissertação de Mestrado).

PEREIRA, J. M. M. *O modelo de reforma agrária de mercado do Banco Mundial em questão: o debate internacional e o caso brasileiro*. Teoria, debate e balanço de resultados. Rio de Janeiro: CPDA, 2004b. (Dissertação de Mestrado).

PETIT, Pere. *A Esperança Equilibrista: a trajetória do PT no Pará*. São Paulo: Boitempo, 1996.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. “Movimentos sociais rurais no sul do Brasil: novas identidades e novas dinâmicas”. In: *Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade*, v. 1, n.1, p. 60-77, jul.-dez. 2007.

_____. O fazer-se dos agricultores familiares como sujeitos de direitos. In: *Pensamento Plural*, v. 4, p. 91-115, jan-jun. 2009.

_____. *As mãos que alimentam a nação: agricultura familiar, sindicalismo e política*. Tese (doutorado). Curso de Pós Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade/ Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2011.

RICCI, Ruddá. *Terra de Ninguém: Representação sindical rural no Brasil*. Campinas: Unicamp, 1999.

_____. “Escolas sindicais da CUT: uma obra inacabada”. *Jornal Brasil de Fato*, ago. 2008. Disponível em: <http://www.brasildefato.com.br/node/3788>.

POMPEU, J. D. P. *Ascensão e queda da pimenta do reino no município de Cametá*. Datilografado, 1998.

RODRIGUES, Doriedson do Socorro. *Saberes Sociais e Lutas de Classe: um estudo a partir da Colônia de Pescadores Artesanais Z-16 – Cametá/PA*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2012.

ROGGE, Jan. *Ascensão do sindicalismo rural no Nordeste paraense: movimento novo, estruturas velhas*. Dissertação de Mestrado, Lateina América Institut Freire Universitat, Berlin, 1996.

SANTOS, J. V. T. Lutas agrárias e cidadania. In: Viola E. J. et al (Org.). *Crise política, movimentos sociais e cidadania*. Florianópolis: Ed. UFSC, 1989.

SANTOS, Denise Silva dos. *A Igreja dos Pobres e Movimentos Urbanos: a atuação das CEBs nos movimentos de bairros de Belém (Décadas de 1970 e 1980)*. *Revista Estudos Amazônicos*, vol. V II, nº 1 (2012), pp. 274-300.

SCHIMTT, Rogério. *Partidos políticos no Brasil (1945-2000)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

- SILVA, Adriane dos Prazeres. *O Vale do Tocantins e a Lei Anilzinho: a Lei dos Posseiros (1961-1981)*. Dissertação de Mestrado, Belém: PPGHIST-UFPA, 2016.
- SILVA, Gilmar Pereira da. *Trabalho, educação e desenvolvimento: o Norte da educação da CUT na Amazônia*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Rio Grande do Norte, Programa de Pós- Graduação em Educação, Natal, RN, 2005.
- SILVA, Iby Montenegro de. *A Contag em perspectiva: um estudo sobre a formação política*. Tese de Doutorado, Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, 2013.
- SOUZA, Raimundo Valdomiro. *Campesinato na Amazônia: da subordinação à luta pelo poder*. Belém: NAEA, 2002.
- SOUZA, Jessie Jane Vieira de. *Círculos Operários: Igreja Católica e mundo do trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.
- SZTOMPKA, Piotr. *A sociologia da mudança social*. Tradução de Pedro Jorgensen Jr. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- TAVARES, Ricardo. *CONTAG, da Ditadura à Transição – Memória Social e Construção Política do Campesinato*. Dissertação (Mestrado). Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1992.
- TURA, L. R. Atores sociais e o suporte institucional dos projetos do FNO-Especial. In: *Campesinato e Estado na Amazônia: impactos do FNO no Pará*. (Org.) COSTA, F. A. & TURA, L. R. Brasília: Brasília Jurídica: FASE, 2000.
- _____. *Gritos do campo: reconhecimento político e exercícios de cidadania no Pará*. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS/PPGS, 1996. (Dissertação de mestrado).
- THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa: a árvore da vida*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987a. V. 1.
- _____. *A formação da classe operária inglesa: a maldição de Adão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987b. V. 2.
- _____. *A formação da classe operária inglesa: a força dos trabalhadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987c. V. 3.
- TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. *Introdução a pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.
- VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. *Filosofia da práxis*. São Paulo: Expressão Popular, 1968.
- VELHO, O. G. *Frente de Expansão e Estrutura Agrária: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- WATANABE, Célia Hissae. *Desenvolvimento rural sustentável solidário e a formação sindical: a experiência da CONTAG*. In: Revista Raízes; v. 29, pp. 166-173, n. 1, jan. – jun./2010.
- ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro (Org.). *Ditadura Militar na Bahia*. Salvador: EDUFBA, 2009.

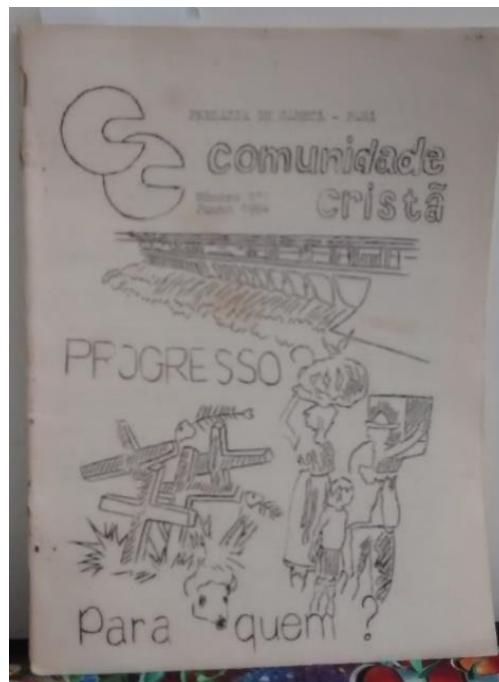
ANEXOS

Anexo 01: Capa da Revista do STTR-Cametá, 2004.



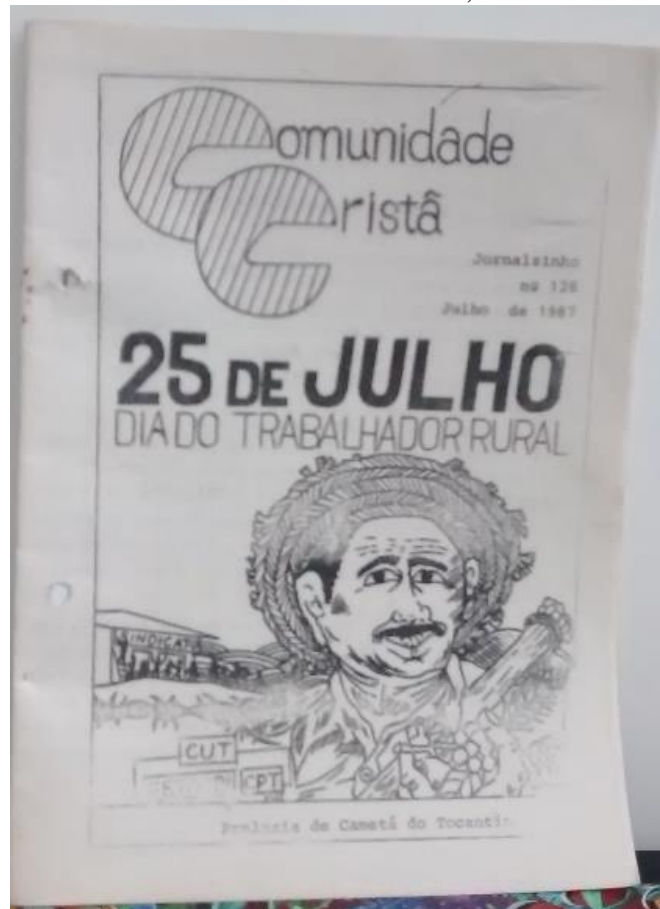
Fonte: Acervo do STTR-Cametá.

Anexo 02: Capa do jornalzinho das CC's sobre a construção da hidrelétrica de Tucuruí, 1984



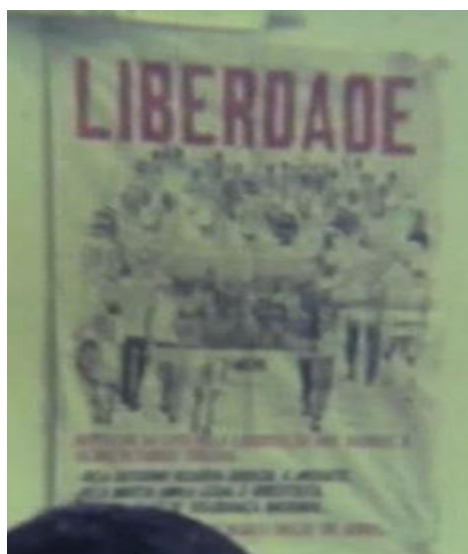
Fonte: Acervo da Diocese de Cametá.

Anexo 03: Capa do jornalzinho das CC's sobre 25 de Julho, Dia do Trabalhador Rural, 1987



Fonte: Acervo da Diocese de Cametá.

Anexo 04: Cartaz do Dia 25 de Julho, Dia do Trabalhador Rural, 1983.



Fonte: Arquivo pessoal do Sr. Bernardo Krommendijk, 1983.

Anexo 05: Líder sindical Roberto Pina (atual prefeito de Igarapé-Miri) em manifestação dos trabalhadores rurais, 1984.



Fonte: Arquivo pessoal do Sr. Bernardo Krommendijk, 1984.

Anexo 06: Foto da Manifestação do dia 25 de julho nas ruas da cidade de Cametá, 1984



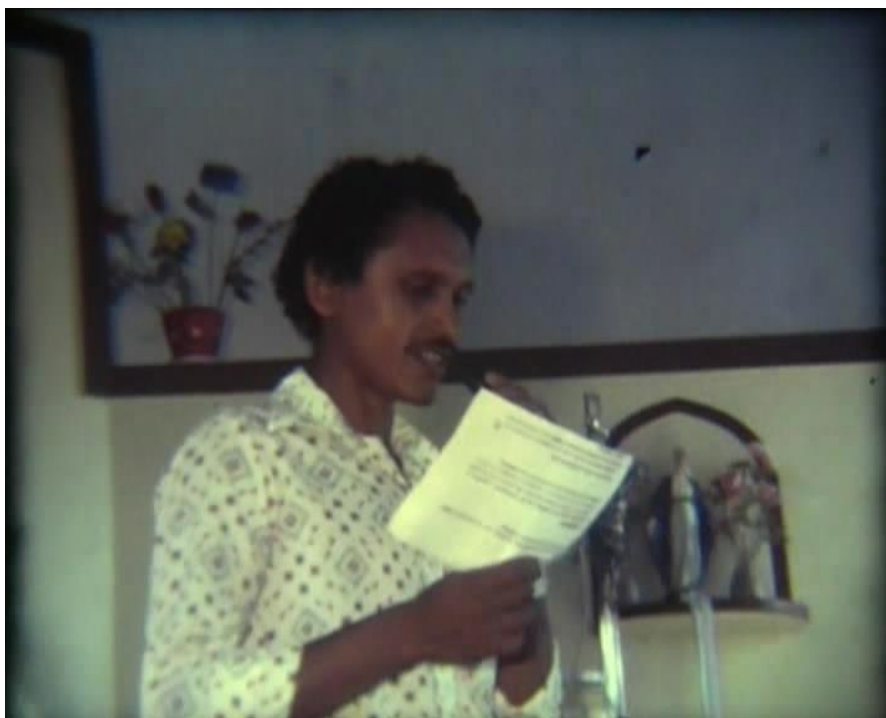
Fonte: Arquivo pessoal do Sr. Bernardo Krommendijk, 1984.

Anexo 07: Sindicalista “Chicão”, em pronunciamento do dia 25 de julho em Cametá, 1984



Fonte: Arquivo pessoal do Sr. Bernardo Krommendijk, 1984.

Anexo 08: Sindicalista ”Beneditinho” em missa do dia 25 de julho em Cametá, 1984



Fonte: Arquivo pessoal do Sr. Bernardo Krommendijk, 1984.

Anexo 09: Sindicalista Manoel Maria Louzada, ex-presidente do STTR de Cametá em
25 de julho em Cametá, 1984.



Fonte: Arquivo pessoal do Sr. Bernardo Krommendijk, 1984.

Anexo 10: Maria (ex-deputada) e Manoel Maria, durante Manifestação do dia 25 de
julho em Cametá, 1984



Fonte: Arquivo pessoal do Sr. Bernardo Krommendijk, 1984.

Anexo 11: Sindicalista Domingos da Silva Furtado, “Curaua” em Cametá, 1984.



Fonte: Arquivo pessoal do Sr. Bernardo Krommendijk, 1984.

Anexo 12: Ex-Presidente Lula em Cametá, 1984.



Fonte: Arquivo pessoal do Sr. Bernardo Krommendijk, 1984.